

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Departamento de Ciências e Técnicas do Património

Entre Propriedades e *Casas Perfeitas*:

Um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média

Volume I

- Texto –

Ângela Carina Areias da Silva

Dissertação elaborada para a obtenção de Grau de Mestre em História da Arte Portuguesa, sob a orientação científica da Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas

Porto - 2011

A todos os que me acompanham...
...E um obrigada especial ao João.

“ A architectura é entre todas as artes aquela que mais ousadamente procura reproduzir no seu ritmo a ordem do universo.”

Umberto Eco “ O Nome da Rosa”

RESUMO

Nos últimos trinta anos, tem-se assistido, no panorama nacional, a um crescente interesse no domínio da investigação da casa corrente dos finais da Idade Média. Se o conjunto de estudos e dissertações produzidos têm tido como intuito principal a análise de instituições eclesiásticas ou, mais frequentemente, o estudo das vilas e cidades medievais, o assunto da habitação corrente tem aí também marcado a sua presença. Por outro lado, os vestígios substanciais que da casa corrente se encontram em cada virar da esquina das cidades, e a sua multiplicação por todos os centros urbanos, tem despertado uma maior consciencialização por parte das nossas entidades, quanto à importância deste “património menor”.

O trabalho que propomos neste estudo enquadra-se, naturalmente, nestes dois contextos. Pretendeu-se, em primeira instância, uma análise e reconstituição da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média, assim como despoletar o interesse pela importância dos seus vestígios no centro histórico da mesma cidade.

Percorrendo um conjunto de fontes diversas desde o levantamento de instituições vimaranenses até à leitura das doações e testamentos da Colegiada da mesma vila, tentou reunir-se um conjunto de informes possíveis com vista a um maior conhecimento da casa comum. Através deles podemos olhar a parcela onde se inscreveu, descobrir os espaços não edificadas que englobou, visualizarmos o seu exterior, penetramos por “breves instantes” o espaço privado e descobriremos os diferentes modos como a *casa perfeita* se apoderou, à semelhança de tantos outros cenários, do espaço vimaranense.

ABSTRACT

In the last thirty years, we found out an increasing national concern about latest middle aged current house. A set of studies and essays were focussed on the analysis of Ecclesiastical institutes, and more often, in medieval villages and cities. Nevertheless the subject of current housing, encountered in every road as well as its presence in every urban centres, has aroused a major awareness of this “minor heritage” importance.

Throughout this essay, we intend to overcome both matters, reaching both goals. Firstly, we started by analysing and rebuilding current housing of the late Middle Age villa of Guimarães, as well as triggered the interest about the significance of its remains in historic downtown.

Using a variety of sources, such as surveys of local institutions and wills belonging to villa collegiate, we collected important data in what current housing is concerned. Those evidences allowed us not only to look at the portion occupied by it, but also to discover the surrounding non-built areas, visualizing the outer space, slightly going through private spots. Thus, we reveal how the “perfect house” took part of Guimarães city, as it occurred in many other settings.

Volume I

Texto

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	11
APRESENTAÇÃO	12
I. PARTE – INTRODUÇÃO	19
1. O Estudo da Casa Corrente: o estado da arte	20
2. A Vila de Guimarães: um cenário comum no urbanismo ocidental	22
II. PARTE – OS PROPRIETÁRIOS E AS PROPRIEDADES	31
1. As Instituições do Tombo de 1498	32
1.1 A Confraria de Santa Maria de Guimarães	32
1.1.1. As Formas de Aquisição	35
1.1.2. A Composição e Localização da Propriedade	37
1.1.3. O Valor e Gestão da Propriedade	43
1.1.4. Os Detentores do Prazos	45
1.2 O Morgado de Gil Lourenço de Miranda	46
1.2.1. As Formas de Aquisição	48
1.2.2. A Composição e Localização da Propriedade	49
1.2.3. O Valor e Gestão da Propriedade	52

1.2.4. Os Detentores do Prazos	54
1.3 A Confraria de S. Domingos de Guimarães	56
1.3.1. A Composição e Localização da Propriedade	58
1.3.2. O Valor e Gestão da Propriedade	62
1.3.3. Os Detentores dos Prazos	64
2. A Propriedade do Cabido	66
2.1. A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira	66
2.1.1. As Formas de Aquisição	68
2.1.2. A Composição e Localização da Propriedade	69
III. PARTE – A VILA DE GUIMARÃES NOS SÉCULOS XV E XVI	76
1. Novas Breves	77
IV. PARTE – DADOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DA CASA CORRENTE	85
1. O Lote	87
2. A Casa	94
2.1 O Exterior	94
2.1.1 – As Dimensões	94
2.1.2 - A Sobreposição de Pisos	99
2.1.3 – Os Materiais e Técnicas de Construção	102

2.1.4 – As Coberturas	106
2.2 O Interior	107
2.3 A Casa Comum: entre o domínio público e o privado	117
2.4 O Mercado Imobiliário	122
V. PARTE – A PERSISTÊNCIA E A CONTINUIDADE DAS FORMAS	127
1. Breves Considerações	128
CONCLUSÃO	134
GLOSSÁRIO	136
FONTES E BIBLIOGRAFIA	138

ABREVIATURAS E SIGLAS

1. *Abreviaturas*

Cf. - Confrontar

Coord. – Coordenação

Dir. – Direcção

Ed. – Edição

Nº - Número

Ob. cit. - Obra citada

p. – Página

S. – São

Séc. – Século /Séculos

Vol. – Volume/volumes

[...] – Excertos interpolados

2. *Siglas*

AMAP – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

DCTP – Departamento de Ciências e Técnicas do Património

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

SMS – Sociedade Martins Sarmento

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação, orientada pela Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas, constitui a última etapa de uma candidatura a grau de Mestre, no âmbito do Mestrado de História da Arte Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O trabalho de investigação que agora apresentamos intitulado “*Entre propriedades e Casas Perfeitas: Um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média*”, tem como objectivo principal a análise e a reconstituição das habitações onde, na centúria de quatrocentos e nas primeiras décadas de quinhentos, residiu todo um escalão intermédio da sociedade vimaranense. De lado, ficou, por conseguinte, toda uma arquitectura considerada de “prestígio”: edifícios religiosos, construções militares, a casa nobre, o paço.

As razões que se prendem à escolha deste tema como assunto de dissertação remetem para um trabalho iniciado ainda na licenciatura de História da Arte Portuguesa, cujo tema versou sobre a intervenção do arquitecto Fernando Távora no centro histórico de Guimarães. O seu trabalho de requalificação desenvolvido na conhecida casa seiscentista da Rua Nova e a projecção da sua importância como uma intervenção de respeito para com a sua traça medieval despertou, inevitavelmente, o nosso interesse sobre esta construção, assim como para com todas as outras que no casco histórico, pela sua repetição, emolduram o espaço urbano público e, em última instância, contribuem para a construção e definição da imagem desta cidade.

Não obstante, os vestígios evidentes que encontramos nestas construções no que concerne a uma morfologia ainda medieval, e na impossibilidade de realizarmos uma investigação capaz de traçar uma linha evolutiva desde as suas origens até um momento próximo, onde uma maior consciencialização se desenvolve em torno deste “património menor”, tivemos, obrigatoriamente, que impor restrições e definir balizas cronológicas.

A dificuldade conhecida no que respeita à existência de fontes documentais no período medieval capaz de nos relevar alguns pormenores da casa corrente, levou-nos inevitavelmente, a incidir este trabalho apenas nos finais da Idade Média, particularmente nos séculos XV e XVI.

Efectivamente, o avolumar de documentação e, sobretudo, a maior riqueza de textos que neste período abordam a casa, como por exemplo, a introdução de elementos

fundamentais como as dimensões, o número de pisos e alguns dados sobre a presença de dependências determinou, por conseguinte, o período cronológico do nosso estudo.

Apesar disso, torna-se importante ressaltar que os manuscritos produzidos durante a Idade Média, foram documentos maioritariamente pobres no que respeita à descrição da habitação. Geralmente, obedecendo a um formulário genérico e extremamente estereotipado, o seu conteúdo raramente registou alguns pormenores.

Não se pretendendo entrar no domínio do manuseamento dos documentos originais, tendo em consideração o limite temporal de uma investigação desta natureza, decidimos, por conseguinte, recorrer a textos transcritos e publicados que, de algum modo, se debruçassem sobre o tema supracitado.

O conhecimento da existência do *Tombo das Cappelas e Hospícios, etc., da Villa de Guimarães. Liv. XXVI, de 1498*, elaborado sobre a égide de D. Manuel I, na sequência da reestruturação das instituições assistenciais, revelou-se, nesse sentido, um notável contributo para um ponto de partida desta investigação.

De um modo geral, interessa-nos mencionar que dele resultou um levantamento extraordinário de propriedades – casas, almuinhas, pardieiros, fornos ect. - , de diversas instituições de assistência, capelas e morgadios de toda a comarca de Entre-Douro-e-Minho, inclusive, como referimos, da vila de Guimarães.

Foram algumas as instituições vimaranenses visadas nesta inquirição.

No presente trabalho de investigação não tivemos, contudo, a pretensão de analisar o património de cada estabelecimento uma vez que a sua extensão afigurou-se demasiado avultada para os propósitos que definimos para este trabalho.

A selecção das propriedades pautou-se, nesse sentido, pela existência de estudos realizados sobre este tombo, onde estão presentes a transcrição documental do património referente a cada uma das instituições. Deste modo, foram alvo da nossa análise a propriedade da Confraria de Santa Maria de Guimarães, a confraria de S. Domingos e o Morgado de Gil Lourenço de Miranda.

No mesmo contexto, importa ainda ressaltar a análise de mais uma instituição que optamos por incluir neste trabalho, nomeadamente a Propriedade Capitular. Pelo seu amplo património, pelo número considerável de habitações afectas a esta entidade e, sobretudo pelas informações que nos divulga, julgamos pertinente a sua alusão, que abrangeu cerca de dois séculos. Mais uma vez, as informações que recolhemos advieram de prazos transcritos em publicações periódicas.

Pensamos que um estudo onde estivesse patente um confronto de duas fontes de natureza distinta, nos poderia auxiliar no recolher de um máximo de dados disponíveis com vista ao nosso objectivo: a reconstituição da casa comum.

O estudo da casa corrente a partir do levantamento das propriedades constituiu, pelo exposto, o elemento-chave para a investigação a que se procedeu.

Por isso, dedicamos às propriedades uma parte significativa do nosso trabalho, porque afinal, é através delas, que conseguimos a localização física das casas que estudamos, no espaço urbano, numa determinada rua, é, por meio do seu estudo que conhecemos os seus proprietários, os seus foreiros, aferimos os seus preços, e encontramos, por vezes, algumas particularidades sobre a habitação.

As informações resultantes das propriedades, não revelam, naturalmente todos os dados que necessitamos para reconstituir a habitação dos finais da Idade Média, até porque os critérios seguidos no momento em que foram redigidos tiveram objectivos muito precisos e, por isso, detalhes arquitectónicos, materiais de construção, repartimentos forma sistematicamente omitidos.

Desta forma, e perante a dificuldade em encontrar informes sobre este assunto, procedemos à recolha de todo o tipo de fontes e de textos que de algum modo nos pudessem elucidar sobre mais um pormenor do universo habitacional. Desde actas de sessões camarárias, a visitas, crónicas, leituras de doações e testamentos, empenhamentos, furtos até às peças do Mestre Gil Vicente, tudo foi aproveitado no sentido de cruzar o máximo de dados possíveis.

Nesta mesma linha de raciocínio, o período cronológico que definimos, não significou necessariamente uma barreira estanque quanto ao tipo de fontes a que recorreremos, ainda que não ultrapássemos o dealbar de seiscentos. É conhecido entre os diversos autores, ainda que sempre com as devidas precauções, a utilidade de direccionar-nos para estudos posteriores no sentido de obter informações das centúrias anteriores. Importa acrescentar, neste âmbito, que sempre que procedemos a este método, tivemos a cuidado de assinala-lo devidamente.

Realizadas as considerações que pensamos fundamentais para a compreensão deste trabalho, torna-se imperioso revelarmos como se estruturou a sua organização.

Antes de nos debruçar sobre ele, cumpre-nos mencionar que a sequência dos pontos diversos que se segue é resultante de um caminho trilhado de modo progressivo, e que implicou necessariamente no seu percurso algumas transformações e enquadramentos no sentido de obter uma maior coerência.

A organização estrutural da dissertação que agora apresentamos encontra-se seccionada em dois volumes.

O primeiro volume, onde se encontra o corpo de texto, compreendeu cinco partes fundamentais. Num primeiro momento, procuramos expor um estado do assunto. Tendo em consideração que se trata de um tema ainda em notório desenvolvimento, revelou-se fundamental aferir as fontes e dados disponíveis sobre a questão, os estudos realizados e uma abordagem aos conceitos naturalmente subjacentes. Ainda no mesmo âmbito, mas introduzindo já de certo modo, uma segunda parte, decidimos nos debruçar na vila de Guimarães desde as suas fundações até à centúria de Trezentos, tocando assuntos que se demonstram cruciais na compreensão da génese desta vila, como para a maioria das cidades e vilas medievais ocidentais. Conceitos como espontaneidade, orgânico, desordem ou planeamento são abordados e discutidos no contexto desta vila, tema ou reflexão que nos permitirá, como poderemos constatar, a passagem para uma segunda parte deste trabalho, designadamente: As propriedades e os Proprietários.

Já aludimos anteriormente à importância destes elementos como chave fundamental para iniciarmos o estudo sobre a casa corrente.

Neste ponto, procedemos assim à análise de cinco instituições que, pela existência de documentos transcritos e publicados, nos possibilitaram o estudo das suas propriedades. Naturalmente que a observação que procuramos incidir no património de cada uma das entidades possidentes, se pautou, por uma maior aproximação à propriedade urbana e, particularmente, às casas que, por diversos motivos, estiveram afectas. De qualquer modo, e de acordo com o levantamento realizado, tentamos sempre que possível, sistematizar para cada uma das propriedades os aspectos mais relevantes, como sejam as formas de aquisição dos bens, a composição e localização, a gestão e valor das propriedades e os detentores dos prazos. A elaboração destes itens afiguram-se fundamentais uma vez que nos permitirão elaborar um percurso das propriedades e sobretudo das habitações.

Atente-se que procedemos ainda a uma pequena contextualização dos proprietários, muitas vezes omitidos por estas fontes. Mas porque os bens só existem em função deles e porque as suas circunstâncias, naquele período, estão totalmente associadas ao estado do seu património, achamos pertinente a sua referência.

Para terminar, importa acrescentar que neste capítulo, fomos elaborando para cada um dos proprietários, um conjunto de tabelas, algumas dispostas no corpo de texto,

outras presentes num segundo volume que sistematizaram, e simultaneamente nos auxiliaram, no tratamento e leitura das fontes publicadas.

A terceira parte da presente dissertação é constituída por um breve enquadramento da vila de Guimarães nas centúrias de quatrocentos e quinhentos. A percepção dos espaços urbanos mais importantes e, por isso, mais concorridos, juntamente com o conhecimento de novas estruturas e preocupações que se revelaram neste período, constituem dados essenciais para percebermos o comportamento da habitação comum.

A quarta parte do trabalho, consiste, por sua vez, no ponto fulcral da investigação, uma vez que nele se reúne todos os dados conseguidos no seu decurso para reconstituir a casa corrente dos finais da Idade Média.

Conjugando os informes disponibilizados pelas fontes e acrescidos de outros estudos a que nos socorremos perante as naturais omissões e falhas dos documentos, obtivemos um conjunto de dados que tiveram que ser necessariamente arrumados.

A sequência de temas que ordenamos neste capítulo obedeceu, pensamos, a uma ordem lógica de análise do objecto. Assim olhamos a parcela onde a habitação se inscreveu, descobrimos o espaço não edificado que necessariamente englobou, visualizamos a casa, designadamente o seu exterior – dimensões, número de pisos, materiais, técnicas de construção e as coberturas – para posteriormente nos debruçar sobre o privado – organização espacial, funções, receio doméstico, numa clara aproximação da escala urbana até à escala do indivíduo. Na sua leitura, torna-se imperioso falarmos que nem todos elementos foram analisados, dada a inexistência de dados sobre o assunto.

Ainda no mesmo capítulo e, por se revelar assunto generalizado em qualquer vila ou cidade medieva, debruçamo-nos na conhecida apropriação da habitação do domínio público por meio dos seus frequentes acrescentos, demonstrando-nos uma das imagens mais característica da época medieva.

Por fim, e para terminarmos a dissertação, pensamos ser pertinente debruçarmo-nos nos vestígios que ainda encontramos no espaço público e no edificado do centro histórico de Guimarães. Através da cartografia actual, procuramos entender a persistência e a continuidade das suas formas e dos seus elementos, não obstante as transformações operadas neste centro em nome do progresso e desenvolvimento, algo, que veremos ainda se conservar.

Antes de iniciarmos a dissertação propriamente dita, importa fazermos alguns reparos que justificam algumas das opções tomadas no desenvolvimento do corpo de texto.

Tal como referimos quanto à colocação de tabelas, decidimos que seria conveniente a disposição de algumas imagens ao longo do texto que elaboramos, remetendo contudo as restantes para o segundo volume. A selecção das representações designadamente cartografias, esquemas de plantas, projecções tridimensionais que optamos por colocar na redacção tem que ver com uma maior coerência e, sobretudo com a sistematização da leitura das fontes que expomos no decorrer da dissertação.

No que respeita ao recurso dos auxiliares visuais devemos advertir que as representações elaboradas constituem apenas cenários hipotéticos, podendo não corresponder à realidade, ainda que a sua realização tenha sido sustentada tendo em consideração as fontes disponibilizadas.

Ao longo do percurso investigacional, encontramos um conjunto de termos coevos a este estudo, que por razões de coerência textual tivemos que adaptar ou converte-lo à realidade do século XXI. Assim, procedemos, a título de exemplo, à conversão de “varas” em metros, e actualizamos expressões como “Joham” para João. As designações que assinalamos em itálico, constituíram termos, que embora saibamos o seu significado, decidimos por questões organizativas remeter para um glossário. Elemento complementar em qualquer trabalho, constituiu, na dissertação, uma ferramenta fundamental na compreensão de muitos termos que surgiram na consulta das fontes, e que são desconhecidos à época actual.

Para o segundo volume remetemos um conjunto de documentos transcritos e usados como alicerce do corpo de texto bem como um suporte iconográfico, que incluem desde pinturas, esquemas, reconstruções, fotografias. Sobre a sua organização nele debruçar-nos-emos no devido momento.

Para terminar esta apresentação, resta-nos manifestar o desejo no cumprimento de todos os objectivos anteriormente propostos, bem como despoletar o interesse deste tema entre a comunidade académica, particularmente no campo da historiografia de arte. Se num primeiro momento, a casa corrente nos pode parecer um objecto de estudo pouco interessante, ela é, no entanto, um instrumento crucial para conhecermos a cidade e, de um modo geral, toda a sociedade medieval. Como afirmou Luísa Trindade *“Entender a casa é também entender a estrutura familiar, a esfera privada, a*

*actividade comercial, as ambições sociais, as possibilidades económicas [...] Omiti-la é deturpar irremediavelmente a imagem do mundo medieval”.*¹

¹ TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal, 2002, p. 13-14

I. PARTE

INTRODUÇÃO

1. O Estudo da Casa Corrente: o estado da arte

No presente trabalho de investigação revela-se imprescindível tentarmos um estado da questão relativamente aos estudos desenvolvidos em torno da casa corrente do período medieval.

Constituindo um assunto ainda pouco abordado nos diversos campos do conhecimento, a casa corrente, tem vindo a suscitar, nas últimas décadas, algum interesse, particularmente na área da historiografia. Relembre-se, nesse sentido, o ciclo de conferências *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*, realizada na Universidade Nova de Lisboa, onde ficou bem patente o interesse actual deste tema entre os investigadores.

A abordagem pioneira no estudo da casa comum, remete, apesar do exposto, para a década de 60, momento em que A. H de Oliveira Marques, num estudo sobre a sociedade medieval, decidiu aí incluir todo um trabalho dedicado à habitação corrente portuguesa. Na investigação mencionada, o mesmo autor falava da ausência de trabalhos neste domínio, aludindo apenas aos contributos de Alberto Sampaio e Costa Lobo, que, de algum modo, se debruçaram sobre aquele assunto.

No mesmo ano, seria então conhecida a investigação de Vítor Pavão dos Santos, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, estudo que se transformaria numa verdadeira referência no contexto do assunto supracitado.

Ao visualizarmos o panorama nacional actual, relativamente à produção de textos, cujo objecto de estudo central é, efectivamente, a habitação corrente, podemos constatar que se afiguram muito reduzidos os trabalhos sobre esta temática. As publicações existentes revelam-nos, sistematicamente o mesmo conjunto de autores que ao longo dos anos se têm debruçado sobre o assunto. Neste sentido, nomes como o de Manuel Sílvio Alves Conde, Luísa Trindade, Maria Conceição Falcão Ferreira, Paulo Drumond Braga, Maria Ângela Beirante entre outros que não nos cabe no presente momento referir, contribuíram para uma visão mais ampla da habitação comum em Portugal.

Por outro lado, se atentarmos ao conjunto de investigações que têm vindo a ser elaboradas sobre as vilas e cidades medievais e se a estas acrescentarmos os estudos sobre as propriedades eclesiásticas, onde a habitação se insere de modo mais ou menos profundo, verifica-se que o estudo da casa corrente tem despertado um interesse significativo, sendo a zona principal de enfoque o centro e o sul de Portugal.

Neste percurso pelos estudos da casa corrente, importa assinalar a diversidade de fontes a que o autor que trata este tema, inevitavelmente tem que recorrer, no sentido de reunir o máximo de informações possíveis. A escassez de fontes sobre a habitação, e a existência de uma documentação que obedeceu a funções muito específicas, levou a uma constante omissão dos seus pormenores, e apenas os finais da Idade Média vieram a adicionar mais alguns informes. Atente-se, nesse sentido, ao avolumar de documentação iconográfica (gravuras, iluminuras e desenhos), motivo que justifica que a maior parte dos estudos produzidos se centrem neste limite temporal.

Numa outra perspectiva, a fragilidade dos materiais, a ausência de uma preocupação com estas habitações ao longo do tempo, a sua utilização sistemática, e, particularmente, a adaptação às novas necessidades, levaram a que, não obstante os vestígios presentes, a habitação passasse por transformações jamais irreparáveis.

Repara-se contudo em algumas situações excepcionais, onde acções de intervenção e conservação destes edifícios permitiram uma interrupção no seu processo de degradação. A intervenção da arqueologia urbana, particularmente no período medieval, apesar de alguns resultados, ainda se encontra numa fase muito inicial, não esquecendo as dificuldades financeiras, as políticas rigorosas actuais na intervenção dos centros históricos e uma maior direcção para as edificações ditos de “prestígio”.

Note-se ainda a referência constante por partes dos historiadores que tratam da habitação corrente sobre a importância da multidisciplinaridade para um melhor conhecimento destas construções, sobretudo quando o tema se centra na recuperação dos centros históricos. Como disse Maria Conceição Falcão Ferreira “ [...] *muito haveria de aproveitar a dita recuperação de um diálogo transversal, entre passado/presente.*”² Exemplo concreto na cidade de Guimarães, é o notável contributo do arquitecto Fernando Távora no seu estudo pelas construções populares.

Por último, torna-se necessário referir, que por questões de ordem estrutural, decidimos direccionar o estudo da vila e, particularmente os autores que se debruçaram sobre o edificado e seu cenário urbano, para o próximo capítulo.³

² FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: `duas vilas, um só povo`. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: Co-edição do CITCEM e da Universidade do Minho, 2010, p.327.

³ Para a elaboração do estado deste assunto, focamo-nos, inevitavelmente nas considerações já realizadas, por Luísa Trindade no seu estudo acima referenciado.

2. A Vila de Guimarães: um cenário comum no urbanismo ocidental

“ *La elección de un punto determinado como asentamiento es ya en si un acto de planificación, como lo fue el elegir el emplazamiento de outra ciudad con gran resonancia histórica en los siglos médios [...]*”⁴

Debruçarmo-nos no núcleo urbano da vila de Guimarães, perscrutarmos as suas origens num período tão longo como o da Idade Média, ainda que não constitua o nosso principal intuito, afigura-se tarefa fundamental neste percurso último que é conhecer o universo da casa corrente. A não referência, a um assunto de tal relevância, comprometeria todo o nosso trajecto, desde a compreensão das iniciativas operadas no espaço urbano quatrocentista e quinhentista, até à percepção da importância do edificado, na hierarquização das diferentes ruas, elementos fulcrais para interpretarmos o comportamento da habitação corrente na malha urbana.

Muitas palavras foram já dedicadas a Guimarães Medieval. Sob diferentes olhares e distintas finalidades, investigadores, ou simplesmente estudiosos, dedicaram o seu tempo e a sua escrita a este centro medieval, dando corpo a um significativo conjunto de publicações. Sem que se pretenda transcrever uma longa lista bibliográfica, lembremos o excepcional trabalho da historiadora Maria Conceição Falcão Ferreira, a quem, inevitavelmente, recorreremos ao longo de toda investigação, constituindo, sem dúvida, a nossa principal referência, pela expressiva variedade de assuntos, inclusive na própria abordagem pioneira do tema da casa corrente em Guimarães.⁵ Não podemos deixar de mencionar ainda o labor extraordinário de autores que possibilitaram o perpetuar da história da sua cidade através da divulgação de memórias e da compilação de corpos documentais como os investigadores João Gomes de Oliveira Guimarães, também conhecido por *Abade de Tagilde*, João Lopes de Faria, Eduardo de Almeida, Alberto Sampaio, Alberto Vieira Braga, A. L. de Carvalho entre muitos outros que não nos cabe, neste âmbito mencionar.⁶ Num espaço cronológico mais próximo não

⁴ BAROJA, Julio Caro – Paisajes y ciudades. Apud FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: duas vilas, um só povo* (...), p.103.

⁵ Não desejando nos repetir, os estudos minuciosos da Doutora Conceição Falcão Ferreira serão mencionados a seu tempo, no decorrer da presente investigação.

⁶ Entre a vasta obra produzida para este centro, referimos alguns autores indispensáveis à realização da nossa dissertação: GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – *Vimaranis Monumenta Historica a seculo nono post Christã vs que ad vicesimvm*, Guimarães, 1908, entre outros estudos do mesmo autor destaque ainda para o «Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães» publicados no *O Archeologo Português*, que utilizaremos no desenvolvimento deste estudo;

podemos, de igual modo, deixar de referir os estudos minuciosos de Maria Adelaide Moraes com as suas *Velhas Casas de Guimarães*, os trabalhos académicos de Cláudia Ramos, José Marques, bem como um número infindável de páginas que deram corpo à *Revista de Guimarães*, ao *Boletim dos Trabalhos Históricos*, às *Curiosidades*, às *Actas do Congresso Histórico da Colegiada*⁷, exemplos que atestam, como refere a Maria Conceição Ferreira, a “ [...] vitalidade da terra, enquanto centro gerador e produtor de escrita da sua história.”⁸, e sem os quais não poderíamos realizar a presente investigação.

Não esquecendo, por último, a alusão a Guimarães em obras e artigos de carácter geral, a impressão que nos fica, perfilhando a opinião da mesma autora “[...] desde as publicações de carácter apologético [...] passando pela publicação mais ou menos organizada das fontes documentais, parece numa primeira análise, que tudo foi feito já.”⁹

Retomando o assunto a que nos propusemos no presente capítulo, pensamos, assim, ser pertinente, num primeiro momento, realizar uma breve abordagem à evolução do núcleo urbano de Guimarães, desde as suas fundações até ao período trecentista.¹⁰

FARIA, João Lopes de - «Arquivo da Colegiada de Guimarães», *Revista de Guimarães*, vol. 34, e *Discrição de 80 pergaminhos pertencentes à Câmara Municipal de Guimarães copiados de João Lopes de Faria*, existente no AMAP; ALMEIDA, Eduardo de - *Romagem dos séculos I – O pão nosso de cada dia (Subsídios para a história económica de Guimarães)*. Guimarães: SMS, 1957; SAMPAIO, Alberto - «As vilas do Norte de Portugal», in *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I. Lisboa: Editorial Veja, 1979; BRAGA, Alberto Vieira - *Administração seiscentista do município vimaranense*. Guimarães, 1953, IDEM - *Curiosidades de Guimarães*, Guimarães, SMS, 1981; CARVALHO, A. L. de - *Os mesteres de Guimarães*, 7 vols., Guimarães, 1939/1951 entre outros escritos; CALDAS, António José Ferreira - *Guimarães – Apontamentos para a sua história*, 2 vols, Guimarães: Câmara Municipal e Sociedade Martins Sarmento, 1996; PINA, Luís de - *Vimaranes*, Porto, 1929; Ao nível das corografias e dicionários COSTA, António Carvalho - *Corografia portuguesa e descripção topografica do famoso reyno de Portugal (...)*, 2ªed. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Oliveira, 1868-1869; LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, 12 vols. Lisboa: Ed. Matos Moreira e Comp.º, 1874-1876.

⁷ Dos inúmeros escritos MORAES, Maria Adelaide Pereira de - *Velhas Casas de Guimarães*, 2 vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001; IDEM - *Em redor de Nossa Senhora da Oliveira*. Guimarães: Ed. autora, 1998. IDEM - *Guimarães – Terras de Santa Maria*. Guimarães: Ed. autor, 1978; RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva - *O mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca.950-1250)*, 2 vols., dact., FLUP, Porto, 1991; MARQUES, José - *A Arquidiocese de Braga no séc XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988; IDEM - *A confraria de S. domingos de Guimarães (1498)*, Separata da Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, vol.1, Porto, 1984, p. 57 a 95; IDEM - «Património e rendas da colegiada de Guimarães, em 1442», *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, *Actas*, vol.2, Guimarães, 1981, p. 213 a 237, «A Colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes Lemos (1449-1487) *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, *Actas*, vol.2, Guimarães, 1981, p. 239 a 323 entre muitos outros.

⁸ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...)*, op. cit., p. 30

⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 25.

¹⁰ As centúrias seguintes, denominadamente os séculos XV e XVI, por constituírem momentos essenciais da nossa investigação serão recuperadas num capítulo posterior sobre uma maior atenção.

Pretendeu-se, particularmente, na presente alínea, uma referência às principais linhas evolutivas deste núcleo urbano, tendo como princípio as suas semelhanças com os restantes centros contemporâneos, não obstante a individualidade e os traços distintivos impressos nas diferentes paisagens medievais.¹¹ De igual modo, se propôs uma muito breve reflexão em torno do traçado morfológico da vila, e, em particular, nos conceitos supracitados como o espontâneo, o orgânico e/ou aditivo, interpretados pelos autores sob diferentes perspectivas. A sua alusão torna-se primordial uma vez que nos permitirá compreender, não só a forma e a organização da malha urbana, como a próprio conceito de génese de grande parte das nossas cidades medievais.

Os estudos realizados sobre o urbanismo da vila em estudo têm sido unânimes ao considerarem pouco proveitosa a análise das hipotéticas fundações pré-urbanas.¹²

Deste modo, e face às limitações expostas, os passos iniciais da urbanização da vila de Guimarães têm sido comumente fundamentados no fenómeno decorrente do movimento da Reconquista, com a presença das famílias condaís portucalenses.¹³

O desenvolvimento urbano da vila de Guimarães não se revelou excepcional em analogia com as cidades e vilas da Europa Ocidental. Pelo contrário, ao longo dos séculos, o centro em estudo integrou-se, efectivamente, no quadro paisagístico conhecido. A seu tempo se foram inscrevendo elementos simbólicos, habituais nos núcleos urbanos de então: a muralha, a catedral, as igrejas paroquiais e os conventos mendicantes, o castelo, a torre senhorial e um centro com as suas construções.¹⁴

Realidade urbana comum ao cenário coevo, a vila vimaranense estruturou-se, inicialmente, em dois pólos significativos, designadamente a “Vila Baixa” e a “Vila Alta”. Durante séculos, ali se desenhou um quadro típico das cidades duplas: em baixo, em suaves declives, crescera um pequeno burgo em torno de um mosteiro dúplice mandado edificar por iniciativa de Mumadona Dias.¹⁵ Considerado o primeiro passo na futura formação da comunidade urbana, haveria o mesmo burgo, séculos mais tarde,

¹¹ IDEM – *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal, 1989, p. 7.

¹² IDEM, *Ibidem*, p. 8; SÃ, Alberto Manuel Teixeira de – *Sinais de Guimarães urbana em 1498*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2001, p. 30. A escassez de informações não permitiu apurar, até ao momento, elementos concretos neste domínio, encontrando-se a Arqueologia urbana medieval em atraso substancial em analogia por exemplo com o período clássico.

¹³ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite (...), op. cit.*, p.8

¹⁴ SÃ, Alberto Manuel Teixeira de – *Sinais de Guimarães urbana (...), op. cit.*, p. 31

¹⁵ Aquando a morte de Hermenegildo Mendes, a Condessa Mumadona terá procedido às partilhas com os seus filhos, cabendo-lhe a Quinta de Creixomil e a sua filha Onega, a Quinta de Vimaranes. No entanto, por achar a Quinta de Vimaranes mais adequada para a fundação de um mosteiro, a Condessa terá a trocado com a sua filha. A edificação do cenóbio terá sido realizada entre 950 e 959, ainda que surjam algumas dúvidas acerca das mesmas datas.

converter-se num dos mais importantes centros religiosos¹⁶. No cimo, por outro lado, a curta distância do mosteiro, no Monte Latito, formara-se, de igual modo, um núcleo habitacional de menores dimensões, em redor do Castelo de S. Mamede, também edificado por iniciativa da Condessa Mumadona¹⁷.

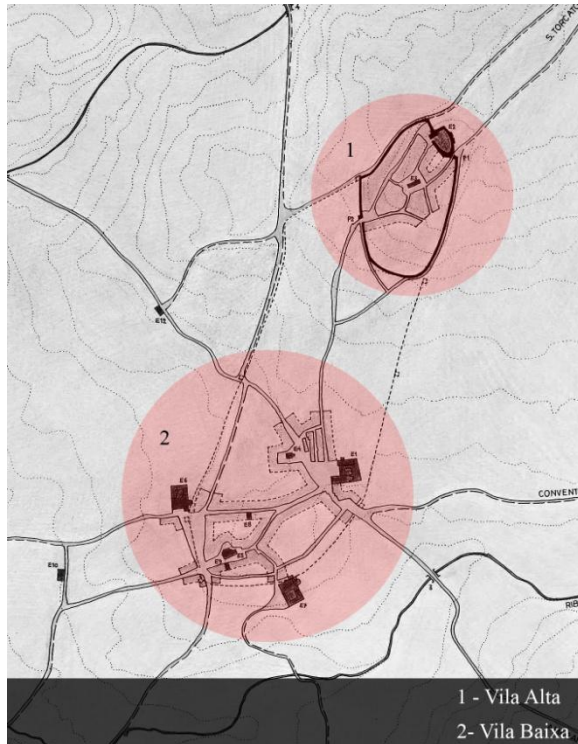


Figura 1. – *Localização das duas vilas.*
Imagem retirada de FERRÃO, Bernardo;
AFONSO, José Ferrão – *A evolução da forma urbana de Guimarães* (...), p. 2.

A circulação entre estes dois núcleos seria então garantida, possivelmente de forma exclusiva, por uma via que se revelou, sobretudo numa fase inicial de desenvolvimento, eixo ordenador do espaço urbano, a Rua de Santa Maria.¹⁸ Teria sido, portanto, em torno destes dois núcleos – vectores de expansão no posterior desenvolvimento da vila – que se teria organizado, paulatinamente, todo o tecido urbano.

¹⁶ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite* (...), *op. cit.*, p.10

¹⁷ IDEM, *Ibidem*, pp. 10-22, nota 71. O perigo de invasões normandas levou Condessa Mumadona a doar ao mosteiro, em 968, o castelo para sua protecção e do burgo que entretanto o ia envolvendo. O castelo foi construído, próximo e a norte do Mosteiro, no Monte Latito, que possuía as condições topográficas necessárias para as questões defensivas. Torna-se, importante referir que alguns autores defendem que Condessa Mumadona Dias ao construir o castelo, terá sido responsável pela edificação das muralhas que a envolveram. Referência também a D. Sancho I, que teria circuitado a cavalo, a parte alta da vila, no intuito de lhe assinar um termo. Sobre este assunto, Maria Falcão Ferreira aventa a hipótese de que a vila alta terá sido envolvida numa época posterior.

¹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 44.



Figura 2. – *Localização dos centros religiosos.* Imagem retirada de FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão – *A evolução da forma urbana de Guimarães (...)*, p. 13.

Neste processo evolutivo, uma questão que pensamos substancial, motivou, tal como sucedeu em outras vilas e cidades medievais, a fixação das gentes na vila em estudo, designadamente o sentimento de insegurança vivido neste período.¹⁹

O medo e angústia em tempos de guerra e, de um modo geral, perante todos os fenómenos desconhecidos, levaram o Homem Medieval em busca de alguma protecção, que os núcleos urbanos fortificados naturalmente favoreciam. Por outro lado, a segurança espiritual materializada nas construções religiosas funcionaram, certamente, como mais um elemento atractivo destes núcleos para as populações que se encontravam dispersas.

Igrejas de maior ou menor dimensão possuíram, como podemos constatar no mapa anterior, uma considerável malha urbana na sua envolvente. A sua acção, que podemos chamar magnética, tornou estas construções de algum modo agentes modeladores do próprio tecido urbano²⁰.

¹⁹ Jack Le Goff mencionava a propósito que “*aquilo que dominava a mentalidade a sensibilidade dos Homens da Idade Média, aquilo que determinava o essencial das suas atitudes era o sentimento de insegurança.*” Le Goff, Jack – *A civilização do ocidente medieval*. Apud. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite (...)*, *op. cit.*, p. 12, nota 33

²⁰ MARTÍN, Félix Benito – *La Formación de la ciudad medieval*. Valladolid: Univ. Valladolid, 2000. p. 232.

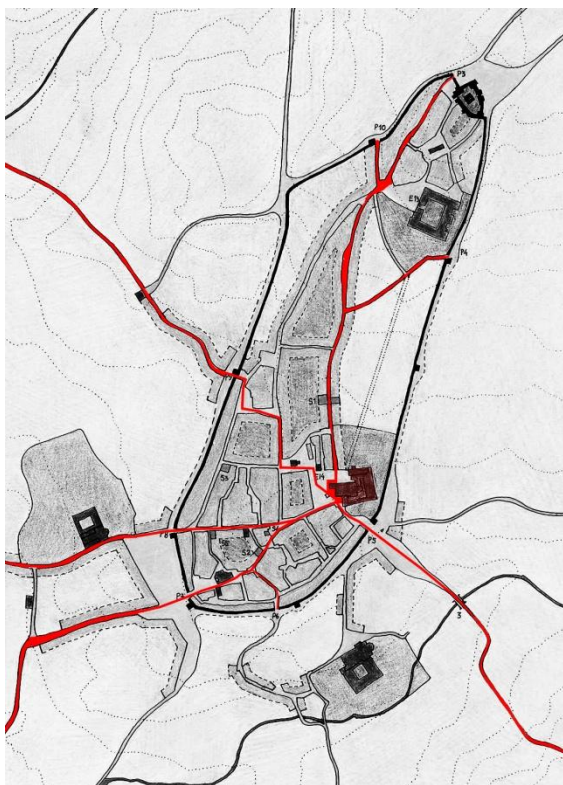


Figura 3. – Ligações viárias a partir da Igreja e Praça de Nossa Senhora da Oliveira. Imagem retirada de FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão – *A evolução da forma urbana de Guimarães (...)*, p. 13.

Exemplo paradigmático desta situação é o próprio Mosteiro de Guimarães, depois Colegiada Real, “*célula principal da vida quotidiana*”²¹, a sua importância como centro religioso, determinou, efectivamente, a configuração do tecido urbano circundante, inclusive o próprio traçado viário. A análise do mapa anterior permite-nos perceber que as ligações viárias existentes partiram, fundamentalmente, do conjunto formado pela igreja e praça. Deste centro²² estabeleceram-se contactos com outros significativos aglomerados urbanos então em formação no noroeste português.²³ Por sua vez, o natural desenvolvimento económico e social deste burgo, originou, ao longo destes eixos viários, o progressivo preenchimento das suas margens designadamente com o aparecimento de diversas igrejas, capelas e albergues para seu serviço, que haviam, mais uma vez, de funcionar como chamarizes na crescente urbanização destes elementos.²⁴

²¹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite (...)*, op. cit., p.13

²² IDEM, *Ibidem*, p. 20. A presença de uma edificação religiosa com uma praça contígua constitui um fenómeno corrente nas cidades medievais.

²³ A título de exemplo, repare-se que a saída para Vila de Conde era realizada através do eixo Mercadores /Sapateira/ Rua dos Gatos; para o Porto /S.Tirso- eixo Mercadores /Sapateira/Rua das Molianas e Caldeiroa; Póvoa de Lanhoso/ S. Torcato/Terras de Basto e Chaves, através da Rua de Santa Maria e a rua do Castelo entre outras ligações.

²⁴ FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão – *A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado*. In Guimarães – Património Cultural da Humanidade, 1 vol. Guimarães: Câmara Municipal, 2002, p. 8. Encontram-se registadas ao longo dos eixos viários, a presença de

A segunda metade do século XIII assistiu, porém, a uma alteração significativa da paisagem que se havia construído nas centúrias anteriores. Por iniciativa de D. Afonso III, mais tarde concluída por D. Dinis, procedeu-se à construção de uma cintura de muralhas que englobou os dois concelhos,²⁵ ainda que o núcleo da vila alta tivesse já sido fortificado.²⁶

Este facto, juntamente com o decurso de vários acontecimentos, veio determinar o princípio do fim da dicotomia vila alta/vila baixa²⁷ e, simultaneamente a supremacia do burgo e das suas gentes face ao núcleo urbano da vila do Castelo.

Foi D. João I o responsável pela extinção definitiva dos privilégios e bons usos da vila alta, e, sobretudo, pela atribuição, em 1389, da supremacia jurisdicional em favor do burgo. Incorporando a vila alta e a vila baixa num só concelho, ordenava que as gentes em Guimarães “*seiam todos hum poboo e contribuam todos como hum poboo.*”²⁸

Os sucessos históricos anteriormente expostos tiveram naturalmente repercussão no desenvolvimento urbano da vila. A perda de prestígio da vila Alta provocou uma menor procura daquele espaço, e por conseguinte, um progressivo despovoamento se fez sentir a partir daquele momento²⁹. Por outro lado, a importância alcançada pelo burgo, levou a um “descendo” dos habitantes do Castelo para parte mais baixa da vila, onde melhores condições de habitabilidade lhes eram oferecidas.

Em consequência do cenário anteriormente delineado, o eixo dinamizador de desenvolvimento da vila, inicialmente concentrado em dois núcleos, deslocou-se para um ponto concreto, nomeadamente a área circundante ao conjunto formado pela igreja e praça de Santa Maria.³⁰ Efectivamente, foi a partir deste espaço que se processou a partir de Trezentos um crescimento acentuado, o aparecimento de novas ruas, de pequenas passagens secundárias de traçado mais irregular ou os índices elevados de construção. Tudo isto anunciou o início de um novo ordenamento espacial, que haveria de se intensificar nas centúrias seguintes.

inúmeras construções como a Capela e Gafaria de S. Lázaro, Gafaria de Santa Luzia, a Albergaria de S. Roque, Igreja de S. Paio e Albergue de Nossa Senhora do Serviço, a Capela de S. Crispim, etc.

²⁵ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite (...), op. cit.*, p.22. A muralha definitiva que uniu as duas povoações, é frequentemente atribuída a D. Dinis, uma vez terminada no seu reinado. Contudo, já teria sido iniciativa de D. Afonso III que na vila reuniu as Cortes de 1250.

²⁶ Não existe concordância entre os autores quanto ao período de edificação da muralha da vila alta.

²⁷ SÃ, Alberto Manuel Teixeira de – *Sinais de Guimarães Urbana (...), op. cit.*, p. 36

²⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 36

²⁹ IDEM, *Ibidem*, pp. 36-37

³⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 37

O processo evolutivo, que se constatou na formação da vila de Guimarães, leva-nos à reflexão de um último assunto fundamental para a compreensão da génese do traçado morfológico deste centro, como para quase todas as cidades e vilas medievais.

Como sabemos, Guimarães insere-se no grupo de núcleos de criação espontânea, isto é, aglomerados cujo desenvolvimento inicial não foram previamente planeados ou concebidos. Tais conceitos não significam, efectivamente, a inexistência de ordem, rigor ou método, como em tempos se sustentou.

Olhando o caso concreto da vila de Guimarães, particularmente no que respeita ao momento da fixação das suas gentes, reconhecemos, naturalmente, uma vila cuja ocupação partiu de uma iniciativa própria, e por isso, efectivamente espontânea.

Repara-se contudo, que tal acção não se encontra desprovida de intuito. O local que a Condessa Mumadona escolhera para fundar um mosteiro, e que lhe tratou de assinar como “convinhavel”, estava situado numa região fértil, com forte abundância de água, clima ameno e encontrava-se sobre um ponto de rotas estratégicas que permitia assegurar a comunicação com outras povoações.

Do mesmo modo, o desenvolvimento morfológico que se processou ao longo dos séculos seguintes, não demonstrou qualquer existência de caos ou desorganização, sobretudo quando percebemos os elementos que estão subjacentes ao seu crescimento, não obstante a sua expressão irregular.

A historiadora Luísa Trindade, debruçando-se sobre as cidades orgânicas, caso em que insere a vila em estudo, esclarece-nos acerca do seu conceito: “ [...] *orgânico refere-se a organismos, ao que está provido de órgãos, a seres organizados ou organizações complexas*”.³¹ Isto significa que o traçado irregular e sinuoso não indica qualquer ausência de ordem, “ *A ordem existe. Apenas não se expressa morfológicamente por regras geométricas*”.³²

Observando mais uma vez a Guimarães Medieval, a sua fisionomia, e sem ousar falarmos de algum planeamento, a percepção que nos fica sobre o seu desenvolvimento parece, como referiu Maria Conceição Falcão Ferreira, pautar-se em função de um “[...] *expressar de sucessivas vontades* [...]”³³. Inclusive, desde o próprio acto de selecção de um sítio, e na criação de um mosteiro e um castelo. Depois as mercês que o conde legitima às gentes e as leva a continuar a fixar-se, - repare-se, que muitas vezes os

³¹ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal* (...), *op. cit.*, p. 123.

³² IDEM, *Ibidem*, p. 123

³³ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘Duas Vilas, um só povo’*(...), *op. cit.*, p. 106

homens abandonavam as vilas em busca de melhores condições de vida - até aos privilégios dos próprios monarcas. Na sua construção e desenvolvimento, como referiu a mesma autora “[...] *fica toda uma ajuda de poderes senhoriais e depois régios que em última análise, criaram e interferiram na planificação das duas vilas*”.³⁴

No âmbito do trabalho que desenvolvemos, atrevemo-nos ir mais longe, no seguimento desta mesma linha de raciocínio, falando de uma urbanização de espaços, resultante, da intervenção dos seus proprietários, como já havia referido Maria Ângela Beirante para a Évora Medieval “[...] *a urbanização nela praticada não é fruto duma transformação espontânea, antes nos parece como resultante de acções dirigidas, ainda que parcelares, pelos próprios detentores do território em que se ergueu a cidade.*”³⁵.

São os diferentes proprietários responsáveis pelas inúmeras parcelas que compõe o solo urbano. São os responsáveis pela gestão do seu património. Igrejas, concelhos, reis, conventos, confrarias, dirigem os seus bens, e por isso, em conjunto definem o destino urbanístico que é dado a uma vila.

Expostas as considerações que achamos fundamentais, e perante o assunto que investigamos, parece-nos primordial conhecer os proprietários das várias parcelas do solo urbano e acompanhar, tanto possível, a evolução das mesmas propriedades e particularmente as casas, assunto que nos interessa desenvolver.

³⁴IDEM, *Ibidem*, p. 106

³⁵BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 59

II. PARTE

OS PROPRIETÁRIOS E AS PROPRIEDADES

1.As Instituições do Tombo de 1498

Neste capítulo sobre proprietários e propriedades parece-nos pertinente, antes de iniciarmos a análise pelas diferentes instituições vimaranenses, ressaltar alguns aspectos que pensamos fundamentais para uma melhor compreensão do assunto que de seguida apresentaremos.

Deste modo, cumpre-nos alertar, em primeiro lugar, para as omissões que este tipo de estudo naturalmente comporta. A restrição nas fontes disponíveis e o limite temporal que uma investigação desta natureza implica, leva a que nos debrucemos apenas numa ínfima parte dos distintos detentores do solo urbano, designadamente nas instituições assistências insertas no Tombo de 1498, bem como no Cabido. Para trás ficam as propriedades das igrejas paroquiais, dos conventos, da instituição concelhia, régia, e sobretudo a particular.

A análise, que agora intentamos, debruçar-se-á na propriedade urbana e, particularmente, naquilo que ela revela do universo da casa corrente. Por conseguinte, consideramos essencialmente o património localizado no casco urbano e nos seus espaços imediatamente contíguos, não obstante a controvérsia em torno da compartimentação urbano/rústico.

Por último, importa ainda referir a consciência de que os documentos com que trabalhamos, por um conjunto de adversidades, são uma pequena parte do que existiu e, que chegou até nós. Sendo um património mutilado, as conclusões que possam deles ser retiradas, serão sempre, de certo modo “falseadas”.

1.1 A Confraria de Santa Maria de Guimarães

As informações que possuímos, para o estudo da propriedade da Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães, devem-se, fundamentalmente, à investigação realizada pelo historiador António José de Oliveira, a quem devemos os resultados da presente análise³⁶.

³⁶ OLIVEIRA, António José de – *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (Séculos XIV-XVI)*. Dissertação de Mestrado em História e Cultura Medievais. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1998

Tal como iremos proceder para as restantes confrarias, não nos debruçaremos de modo intensivo nas particularidades, enfatizando, por outro lado, os aspectos que achamos pertinentes para o desenvolvimento dos nossos propósitos.

Não é conhecida a data de fundação da Confraria do Serviço de Santa Maria. As primeiras referências documentais encontradas sobre a sua invocação surgem apenas nos finais do século XIV.³⁷

As suas origens parecem, contudo, remontar a um período anterior, atendendo a alguns estudos que convergem no sentido de atribuir à confraria supracitada o papel de precursora de outras instituições, designadamente da Confraria dos Clérigos de Santa Maria³⁸, datada da segunda metade do século XIII, e das Confrarias de S. Vicente e dos Alfaiates, que teriam sido posteriormente anexadas.³⁹

O fenómeno de fusão entre instituições de assistência não constituiu uma situação invulgar no cenário europeu e, tal como em outros casos, a Confraria do Serviço de Santa Maria terá “[...] *intentado uma acção de controlo de outras instituições suas congéneres [...]*”⁴⁰, de forma a consolidar a sua importância no burgo vimaranense, de que o crescimento da devoção a Santa Maria neste período esteve totalmente associado.⁴¹

No que diz respeito à sua organização interna, a confraria de Santa Maria enquadrou-se no comportamento de outras instituições contemporâneas, adoptando ao longo do tempo, uma maior complexidade resultante da sua relevância no cenário urbano mas, também, pela necessidade crescente de adaptação às inovações que estes tipos de estabelecimentos adoptaram desde os finais de Quatrocentos.⁴²

Situação semelhante podemos constatar quanto aos objectivos da Confraria do Serviço de Santa Maria, que tal como outras instituições, se direccionaram, particularmente, para o exercício de funções religiosas⁴³. A menção a uma albergaria ou hospital, pertencente a esta confraria, demonstra, porém, uma outra prática igualmente corrente no âmbito destas congregações, nomeadamente, a assistência aos enfermos,

³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 8.

³⁸ Sobre este assunto vejam-se os seguintes autores: FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), *op. cit.*, p. 1101; OLIVEIRA, António José de – *Op. cit.*, pp. 8-12.

³⁹ IDEM, *Ibidem*, pp. 11-13. Antes da fusão entre a Confraria do Serviço de Santa Maria e as Confrarias dos Alfaiates e de S. Vicente, já estas se tinham unido, adoptando como patrono S. Vicente.

⁴⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 12-13. Na origem destas anexações, terá estado, segundo o mesmo autor, uma possível crise económica entre as Confrarias dos Alfaiates e S. Vicente

⁴¹ IDEM, *Ibidem*, p. 12.

⁴² IDEM, *Ibidem*, p. 25.

⁴³ IDEM, *Ibidem*, p. 203.

peregrinos e pobres⁴⁴, vivendo-se um “ [...] *espírito de caridade [...] tal como Cristo o ensinara [...]*”⁴⁵.

Na presente análise torna-se relevante compreendermos a realidade social da confraria de Santa Maria e o seu papel na vila de Guimarães, uma vez que aí residem dados essenciais para entendermos a composição do seu património e a sua implantação geográfica.

Efectivamente, a Confraria do Serviço de Santa Maria revelou-se, nos finais da Idade Média, uma instituição de *elite*, já patente, aliás, no conteúdo dos seus estatutos⁴⁶. Da sua composição social faziam parte “ [...] *uma rede de solidariedades entre homens e mulheres, que dominavam o topo da pirâmide social da vila de Guimarães e do seu termo [...]*”⁴⁷, constituíam “ [...] *uma organização com marcada influência económica e social dentro do burgo vimaranense*”.⁴⁸ A tal ponto que a entrada para alguns dos seus membros constituiu um meio de ascender socialmente e, para outros, uma forma de reconhecimento de um estatuto social já conhecido⁴⁹.

A sede da Confraria do Serviço encontrava-se localizada num espaço igualmente privilegiado da vila de Guimarães, o claustro da igreja de Santa Maria, mais precisamente numa capela funerária contígua da invocação de S. Brás.⁵⁰ Mandada edificar por Álvaro Gonçalves de Freitas, vedor da fazenda de D. João I⁵¹, o espaço em questão funcionou como local de reuniões do Cabido, celebração de contratos, realização de missas em honra da sua padroeira, mas também pelos seus confrades falecidos.

Como bem observou António José de Oliveira, existiu nesse sentido, uma relação muito próxima entre a capela de S. Brás e a própria confraria, manifestada no

⁴⁴ IDEM, *Ibidem*, pp. 70-71

⁴⁵ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – Para o Estudo das Confrarias Medievais Portuguesas. Apud OLIVEIRA, António José de – *Op. cit.*, p. 71

⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 64.

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 64

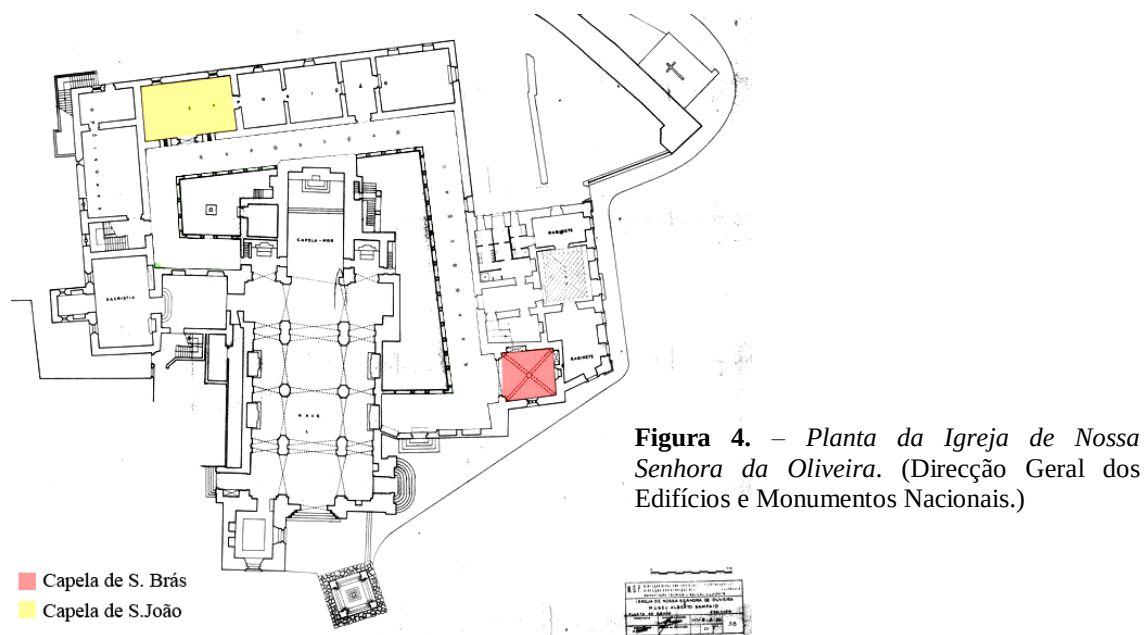
⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 64

⁴⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 65

⁵⁰ Antes da edificação da capela de S. Brás, a Confraria do Serviço de Santa Maria terá utilizado a capela de S. João, também situado no claustro da mesma igreja, para espaço de reunião. Era prática corrente na Idade Média, as confrarias medievais possuírem a sua sede em capelas localizadas nas instituições religiosas, devido às questões económicas que um local próprio implicava.

⁵¹ IDEM, *Ibidem*, pp. 45-46 Álvaro Gonçalves de Freitas nomeia no seu testamento Diogo Martins como um dos seus testamenteiros, incumbindo-o de construir a capela de S. Brás no claustro da igreja de Santa Maria.

facto de alguns dos administradores da capela mencionada deterem cargos directivos na mesma confraria.⁵²



1.1.1. As Formas de Aquisição

O tombo de 1498 apenas nos oferece uma visualização do património da Confraria do Serviço num determinado período, impedindo-nos, deste modo, de conhecer a forma como a instituição foi adquirindo as suas propriedades. O número significativo de imóveis que encontramos neste inventário, leva-nos a considerar que a sua constituição se processou de modo paulatino até atingir a sua plenitude nos finais do século XIV, período em que se assiste a uma crescente devoção e culto a Santa Maria.

Não obstante a escassez de informações relativamente a este assunto, ao analisarmos a propriedade urbana da Confraria no ano de 1498, encontramos subentendidos no respectivo levantamento, dois casos em que são conhecidos os modos de transferência para a instituição em estudo⁵³. Ambos os imóveis que são casas, estão situados na Rua da Caldeiroa e resultaram de um legado testamentário por parte do tabelião Rodrigo Eanes.⁵⁴ O seu testamento, conhecido através do traslado realizado em

⁵² IDEM, *Ibidem*, p. 201

⁵³ No inventário dos bens da Confraria encontram-se as seguintes referências “*Item Mais leixou o dito Rodrigo anes ta/beliam a dita confraria ha/metade das casas em que/morou (...)*”; “*Item humas casas d erdade da /dita confraria que estam em /Rua caldeira (...)* E forom de Rodrigues anes tabaliam/ E depois forom de lopo /de crasto e de sua mulher costança de/ freitas e mandaram a dita comfra/ria as ditas casas e deram as quaes/casas a dita confraria (...)” IDEM, *Ibidem*, pp. 233-234

⁵⁴ IDEM, *Ibidem*, p.108

1446, por iniciativa do procurador e mordomo da confraria João Alvares, fornece-nos algumas informações acerca do percurso destas habitações até à posse definitiva da confraria de Santa Maria.⁵⁵ Numa das cláusulas do contrato mencionado, Rodrigo Eanes doava os réditos das suas propriedades à confraria, impondo o seu usufruto para a sua mulher, Constança Martins, e depois da sua morte para os seus irmãos. Só apenas em 1453, após o falecimento de Constança Martins, os bens seriam “totalmente” apossados pela instituição.⁵⁶

Se associarmos os dados conseguidos para 1498, às fontes compulsadas pelo historiador António José Oliveira em centúrias anteriores, podemos constatar, com a devida precaução, que a maior forma de aquisição de bens imóveis da Confraria em estudo se traduziu nas doações e nos legados testamentários.⁵⁷

Estes generosos donativos não resultaram apenas do supracitado sufragar das almas por meio de celebração de missas, apesar de constituírem, muito provavelmente, o maior número de casos.

Efectivamente, no âmbito das doações e legados, percebemos que outros motivos existiram presentes no processo de transferência de propriedades. No momento de admissão de um confrade para o Serviço de Santa Maria, por exemplo, além de um pagamento a efectuar, podia o novo membro doar uma propriedade à instituição.⁵⁸

A inexistência de informes no inventário de 1498 quanto a outros modos de aquisição de propriedade urbana, levou-nos, mais uma vez, a proceder à consulta de dados de natureza diferente mas igualmente respeitantes à Confraria em estudo.

Nesse sentido, encontra-se registado para o século XV a compra de metade de um imóvel localizado na Rua da Caldeiroa, sendo a Confraria já proprietária da outra parcela⁵⁹.

No que diz respeito aos escambos, não foram encontrados documentos que atestem a sua presença, o que não quer dizer que não tenham existido. Aliás, o facto de certas propriedades da Confraria surgirem em documentos avulsos e, posteriormente,

⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, p.108

⁵⁶ IDEM, *Ibidem*, p.108-109

⁵⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 103

⁵⁸ Curioso neste facto, são os “pedidos” que os confrades faziam em troca das suas doações, onde se manifestava frequentemente uma tentativa de fuga às obrigações impostas no regimento da Confraria. Os seus estatutos, elaborados precisamente em função deste desmazelo, mencionavam a ausência constante de confrades em missas de sábado assim como o incumprimento de funções como a religiosidade mortuária, tão importante no quotidiano da confraria do Serviço de Santa Maria.

⁵⁹ Esta propriedade surge no tombo de 1498 emprazada a João Pires.

não se encontrarem referidas no Tombo de 1498, leva-nos a considerar que estes imóveis poderiam ter sido transferidos para outro proprietário.⁶⁰

Face ao exposto, podemos ponderar que os escambos – considerando que estes teriam sido prática nesta instituição - tal como as compras, não seriam realizados de modo aleatório. As acções da confraria pautaram-se, muito provavelmente, por uma preocupação em concentrar o seu património, que se encontrava disperso geograficamente devido às doações e legados testamentários, que afinal constituíram a forma de aquisição mais relevante. Sobre este assunto, debruçar-nos-emos mais atentamente no capítulo seguinte.

1.1.2. A Composição e Localização da Propriedade

A composição do património da confraria do Serviço de Santa Maria, tal como António José de Oliveira mencionara, estava em consonância com a sua situação geográfica e com a sua estrutura interna, “[...] *de feição nitidamente urbana* [...]”⁶¹.

Efectivamente, ao analisarmos o quadro seguinte elaborado a partir do inventário de 1498, verificamos que o tipo de propriedade predominante, do ponto de vista numérico, fora os bens urbanos em detrimento dos bens rústicos. Números que não causam qualquer perplexidade quando temos conhecimento que a posse de propriedade urbana significava um maior usufruto de rendimentos e, consequentemente, um maior enriquecimento económico para a instituição.

Quadro I – Composição da Propriedade

Tipo	Número
Propriedade Urbana	39
Propriedade Rústica	25
Total	64

No domínio da propriedade urbana compulsada, constatou-se, de igual modo, que o grosso dos bens afectos à Confraria foi constituído fundamentalmente por prédios habitacionais, concentrando em si a maioria do património urbano. Em menor número

⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 101. O mesmo autor refere a este propósito: “A hipótese de que se teriam perdido todos os registos das propriedades não é muito provável pois esses pergaminhos que consultamos faziam parte do cartório da confraria.”

⁶¹ IDEM, *Ibidem*, p. 64

foram indicadas outras tipologias designadamente cavaleriças, vinhas, uma almuinha, uma estalagem, um palheiro e um pelame, o que evidenciou uma relativa diversidade de domínios que compuseram o património da Confraria.

Quadro II – Composição da Propriedade Urbana

Tipo de bem	Número
Casas	31
Cavaleriças	2
Vinhas	2
Almuinha	1
Estalagem	1
Palheiro	1
Pelame	1
Total	39

Os bens associados a esta instituição concentraram-se, na sua esmagadora maioria, no espaço intramuros da vila e, só um ínfimo número se situou nos seus arrabaldes. Encontramos ao longo do levantamento referências a propriedades localizadas nas ruas de Couros, Caldeiroa, Santa Luzia e Gatos, pontos estratégicos, na maioria situados juntos às portas da cerca e utilizados regularmente por quem se dirigia à vila de Guimarães ou dela partia para outras vilas e cidades.

Ao conjugarmos a análise da composição da propriedade urbana com a sua respectiva localização, obtivemos dados essenciais que nos ajudaram a perceber o grau de urbanização dos espaços que compunham esta vila nos finais da Idade Média.

Por exemplo, nas ruas situadas extramuros, foram contabilizadas cerca de nove propriedades que compreendiam prédios urbanos mas sobretudo espaços dedicados ao cultivo como exidos, almuinhas e vinhas, elementos essenciais no abastecimento diário da vila. Acrescenta-se ainda a referência a um pelame e uma casa com aloque, ambos localizados na rua de Couros⁶², e que testemunharam, de certa forma, a actividade da artéria ligada desde tempos remotos à indústria dos curtumes e dos pelames.⁶³

⁶² Cf. Tabela da propriedade da confraria do Serviço de Santa Maria inserta no volume II deste trabalho.

⁶³ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: 'Duas vilas, um só povo' (...), op. cit.*, p. 295. O dinamismo destas ruas está já patente no século XI, concretamente na menção do foral de 1096 onde se menciona a produção de peles (coelho, boi ou vaca). A especificação desta zona é, aliás, corroborada pelas confrontações dos pelames pertencentes à confraria, onde se constata a alusão a outros: “*Jtem a dita comfaria hum pelame/d herdade que esta em rua de coj/rós e parte de huma parte com pe/lames de bras*

Torna-se importante referir que os *espaços por edificar*⁶⁴, anteriormente mencionados - que nos surgem quer associados às habitações quer em parcelas individuais – estavam concentrados, de igual modo, no interior da cerca da vila, ainda que não com a mesma frequência.⁶⁵

No que diz respeito ao património urbano situado no intramuros, à excepção de duas cavalariaças localizadas no adro de S. Paio e de uma vinha na área do Castelo, toda a propriedade era constituída por habitações.

A leitura do quadro seguinte demonstra que estas construções estavam concentradas fundamentalmente em quatro zonas, que são as seguintes: a rua Nova do Muro, adro e rua de S. Paio, rua da Sapateira e a Rua dos Mercadores. Artérias muito próximas entre si e, de igual modo, da sede da confraria, situada como vimos no Claustro da Igreja de Santa Maria da Oliveira, mais precisamente na capela de S. Brás.

Quadro III – Localização da Propriedade Urbana

	Localização	Número
Intra-muros	Rua Nova do Muro	7
	S. Paio	4
	Rua da Sapateira	6
	Rua dos Mercadores	3
	Judiaria	2
	Rua da Flores	1
	Rua Val de Donas	1
	Rua da Infesta	1
	Castelo	1
	Rua da Arrochela	1
	Rua de S. Tiago	2
Arrabaldes	Rua de Couros	2
	Rua da Caldeiroa	4
	Santa Luzia	3
	Rua dos Gatos	1
TOTAL		39

Jorge e pedro anes baj/nheiro e jaz a Redor das paredes sob/ho aloque de pêro vaaz portageiro (...)". OLIVEIRA, António José de – *Op. cit.*, p. 237

⁶⁴ TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra (...)*, *op. cit.*, p. 144

⁶⁵ Para o espaço intra-muros apenas detectamos a presença de uma vinha situada na vila alta, próximo do Castelo.

Estes factos levam-nos a reflectir nesta relação geográfica entre a instituição e a sua propriedade. Podemos pensar que tal se devesse à esfera de influência que a confraria possuiu no centro urbano e em menor número nos arrabaldes e termo da cidade, mas outra hipótese podemos colocar, não revogando a anterior conjectura.⁶⁶

Assim, consideramos que a confraria, à semelhança de outras instituições, confrontada com a dispersão geográfica do seu património, poderá ter intentado, ao longo do tempo, uma acção de reordenação e concentração dos seus bens, utilizando, por exemplo, o processo de escambo que lhe permitira a substituição dos mesmos.⁶⁷ Imaginamos que tal iniciativa beneficiaria a confraria, que próxima dos bens, poderia exercer uma acção de controlo mais rigorosa.



Figura 5. – *Reconstituição da propriedade da Confraria do Serviço de Santa Maria através da planta de 1569. (1) – Localização da sede da confraria.**

O inventário de 1498, pela sua natureza, oferece-nos uma perspectiva muito lacunar do universo da casa corrente. Não obstante a escassez de informes relativos a estas construções, procuramos, contudo, expor os dados conseguidos, mantendo alguma precaução nas possíveis interpretações.

⁶⁶ OLIVEIRA, António José de – *Op, cit.*, p. 116

⁶⁷ BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha – *Op, cit.*, p. 233

*Ver com mais pormenor as plantas e reconstituições incluídas no volume II.

Deste modo, a partir da fonte anteriormente referida, detectamos dependências/espços que com frequência se acharam contíguos às habitações. São citados, neste sentido, cinco exidos, três situados no espaço intramuros, mais concretamente na Rua Nova do Muro, e dois nos arrabaldes, na Rua da Caldeiroa.

Dispostos na parte traseira da casa⁶⁸, estes espaços possuíam, na maior parte das vezes, a mesma largura que as habitações, às quais estavam adjacentes.⁶⁹ A sua área variava entre os 25,4 m² e os 72,6 m², o que em média significava para cada exido uma superfície aproximada de 46,7m². Esta relativa dispersão de valores estava relacionada com a maior amplitude de dois exidos, ambos localizados na Rua Caldeiroa, zona de arrabaldes, onde muito provavelmente existiu uma maior liberdade construtiva.

Outros espaços se registaram como anexos às habitações. A alusão a uma casa com seu aloque, anteriormente mencionada e, uma outra em que “*detras tem uma casinha com seu vinho*”⁷⁰ constituem alguns dos exemplos encontrados.

Quadro IV - Referências a casas e suas dependências

Casas	31
Exido	5
Aloque	1
Casinha	1

Para a reconstituição morfológica das habitações afectas à confraria do Serviço, dispomos de alguns informes relevantes, dos quais se destacam, ainda que em reduzido número, a dimensão e altura destas construções.

No que concerne ao primeiro ponto, dos vinte e quatro títulos inventariados, apenas são conhecidos as dimensões de oito casas, o que nos revela uma amostra muito restrita. Ainda assim podemos constatar que as áreas destes prédios rondavam os 16, 9 m² e os 80 m², o que em média nos dava uma superfície de 44,4 m² para cada casa.

À semelhança de outros casos, verificou-se uma desproporção acentuada entre o comprimento e a largura destas habitações, revelando-nos, de certo modo, a forma

⁶⁸ Atente-se à seguinte transcrição, “[...] e tem hum emxido por detras [...]”. OLIVEIRA, António José de – *Op. cit.*, p. 235

⁶⁹ Nos quatro casos em que se registou a presença de exidos, três possuíam a mesma largura que as habitações.

⁷⁰ Sobre os resultados obtidos, Cf. Tabela da propriedade da confraria do Serviço de Santa Maria inserta no volume II deste trabalho.

destes edifícios. Frequentemente alongados, os imóveis inventariados, por vezes, ultrapassaram em profundidade o triplo da sua largura.

A habitação com a fachada mais exígua estava localizada na rua dos Mercadores, uma das artérias mais movimentadas e prestigiantes da vila. Porém, torna-se necessário mencionar que valores semelhantes foram encontrados para outras zonas do intramuros, assim como, curiosamente, para os seus arrabaldes.

Em relação à altura das casas, possuímos dados para cerca de quinze casos, não havendo nos restantes qualquer especificação do número de pisos.

Deste modo, se observa de imediato, que a casa de dois pisos (rés-do-chão e 1 sobrado) constituiu a tipologia dominante com cerca de oito casos, seguido de seis habitações com três pisos (rés-do-chão e 2 sobrados) e, por último, com apenas um caso contabilizado, uma casa de um piso (térrea).⁷¹

Embora a casa sobradada se encontre um pouco por todo o espaço intramuros, não deixa de se verificar que esta tipologia adquire uma presença incontestável nas ruas de maior dinamismo comercial. Exemplos significativos desta situação são as casas de dois sobrados cuja localização se concentrou unicamente nas ruas da Sapateira e dos Mercadores, eixos estruturantes do centro urbano, e extremamente próximos do ponto nevrálgico desta vila: a Igreja e praça de Nossa Senhora da Oliveira. Acrescenta-se ainda, conforme já referido, a existência de uma casa térrea localizada na Rua de Couros, espaço menos procurado e, portanto, sem necessidade de sobreposição de pisos.⁷²

Não obstante a finalidade que norteou a feitura do inventário de 1498, foram encontrados, ainda assim, alguns dados dispersos que nos ajudaram a perceber algumas das soluções arquitectónicas utilizadas na casa corrente.

O registo de três sacadas, respectivamente uma na rua Nova do Muro e, duas na Caldeiroa, constituem recursos característicos deste período, utilizados sobretudo com a finalidade de aumentar a superfície construída da habitação.

Quanto à cobertura das habitações, encontramos no inventário a referência a uma casa “*terrea e telhada*” situada na Rua de Couros, o que demonstra que nem todas as habitações localizadas no interior da cerca assim como nos arrabaldes seriam protegidas por telha. A alusão, aliás, em outro momento do levantamento da

⁷¹ Optamos por colocar entre parêntesis a designação consoante nos surgiu na documentação medieval.

⁷² OLIVEIRA, António José de – *Op. cit.*, p. 129. O autor menciona que nesta rua existia uma maior liberdade construtiva, uma vez que servia uma zona da vila menos procurada devido aos maus cheiros provenientes dos curtumes.

propriedade da confraria, a uma casa de palheiro no adro de S. Paio, corrobora esta mesma afirmação.

O levantamento de 1498 nada nos diz acerca da compartimentação interna destes prédios urbanos. Porém, duas passagens encontradas aí parecem levantar ainda assim algumas questões sobre este assunto. Ambas as referências falam de dois casos semelhantes em que habitações no decorrer do tempo foram divididas em duas moradas, correspondendo a proprietários diferentes⁷³. Situação que nos permite verificar que um aglomerado familiar poderia habitar quer metade de uma habitação, quer uma casa “inteira”.

Ao contrário do que acontecia com as instituições coevas, o património da Confraria de Nossa Senhora do Serviço não revela, nos finais do século XV, qualquer indício de destruição ou ruína, apresentando-se em bom estado de conservação.⁷⁴ Tal fenómeno esteve, muito provavelmente, relacionado com a forma de gestão desta instituição, que preocupada com os seus bens, terá exercido um controlo contínuo sobre o seu património.

1.1.3. O Valor e Gestão da propriedade

Antes de nos debruçarmos propriamente na administração da confraria do Serviço de Santa Maria, torna-se necessário advertir que devido a algumas dificuldades sentidas na leitura da fonte de 1498, optamos por considerar apenas propriedade censitária, aquela em que de facto surge referida como tal, suprimindo, por outro lado, aqueles dados que nos despertaram algumas dúvidas. Entendemos que esta distinção é fundamental para nos precaver de possíveis interpretações falaciosas que poderiam alterar a nossa percepção na questão dos réditos auferidos por esta instituição.

Ao restringirmos o campo de análise à propriedade urbana, verificamos, que as casas de habitação – pelo seu elevado número – constituíram a maior fonte de rendimento da confraria. Das trinta e uma casas contabilizadas, detectou-se a prevalência de títulos censitários (15) sobre os foreiros (11), sendo os restantes bens desconhecidos (5), dados os obstáculos da sua terminologia a que já aludimos.

⁷³ Sobre os resultados obtidos, Cf. Tabela da propriedade da confraria do Serviço de Santa Maria inserta no volume II deste trabalho.

⁷⁴ Compara-se, neste contexto, a análise do estado da propriedade de Gil Lourenço de Miranda. Cf. páginas 49 a 52.

Não obstante, uma maior percentagem numérica de casas censitárias à confraria, observou-se, contudo, que os rendimentos conseguidos pela propriedade foreira ultrapassaram largamente os valores respeitantes aos censos.⁷⁵

Estes indícios encontram, segundo António José de Oliveira, a sua justificação nas precauções dos detentores que, ao emprazar estes prédios urbanos, impunham algumas restrições na maior parte das vezes relacionadas com a sua conservação.⁷⁶

Dentro da propriedade foreira – a que nos interessa aqui tratar – os valores das rendas provenientes das habitações, apresentam-se, de um modo geral, relativamente uniformes quando analisados no espaço intramuros e zona peri-urbana.

De facto, a localização não parece ser, para a gestão da confraria do Serviço de Santa Maria, um factor determinante na fixação dos foros anuais. Tendo em conta o universo limitativo dos valores apurados, uma casa localizada na Rua da Caldeiroa com dimensões muito semelhantes variava entre os 70 e os 100 reais, enquanto que no interior da cerca, particularmente nas artérias de maior movimento como a rua dos Mercadores, rua Nova do Muro e S. Tiago, os valores das rendas rondavam os 99 e os 150 reais.⁷⁷

Nem sempre, porém, se verificou o mesmo comportamento de valores para o espaço intramuros, sobretudo quando nos referimos a uma ligeira subida de preços face aos arrabaldes da vila. Com efeito, ao nível dos foros, a renda mais baixa que encontramos situava-se precisamente numa das ruas mais caras da vila e dizia respeito a uma casa de dois sobrados com um rendimento de 14 reais e 3 pretos.⁷⁸

A gestão do património urbano da confraria, e concretamente das suas casas, realizou-se através do contrato a prazo, definido maioritariamente em três vidas.⁷⁹ Acrescenta-se ainda, na forma de administração desta instituição, a prática de sub-emprazamento numa habitação localizada na Rua dos Mercadores, da qual era proprietário João Gonçalves dos Contos.

⁷⁵ Das 31 casas afectas à confraria obtivemos para as habitações foreiras um rendimento total de 1028 reais, 3 pretos e duas galinhas e para as casas censitárias uma quantia final de 467 reais, 15 pretos e 1 maravedi.

⁷⁶ OLIVEIRA, António José de – *Op. cit.*, p. 193

⁷⁷ Encontramos para a Rua Nova do Muro, um edifício partilhado por dois proprietários que pagavam em conjunto à Confraria um foro anual de 180 reais.

⁷⁸ Estes dados levam-nos a reflectir que outros factores podiam estar associados no momento da fixação do foro, sendo o valor locativo e o espaço habitacional, elementos nem sempre relevantes para a sua definição.

⁷⁹ O inventário de 1498, em alguns casos não é totalmente esclarecedor quanto à duração de vidas do contrato de emprazamento. Sobre este assunto veja-se SÃ, Alberto – *Op. cit.*, p.90, nota 190. O mesmo autor refere que “ [...] os contratos podiam perdurar em número de vidas entre uma e três, e, em caso excepcionais, quatro vidas ou mais, como o encontrado para Évora.”

A data eleita para solver o pagamento dos prazos era na totalidade dos casos analisados o dia de S. Miguel de Setembro. Todas as rendas eram pagas, sem excepção, em numerário⁸⁰ e, na maior parte das vezes em reais⁸¹.

Por último, importa referir que o inventário de 1498 não revelou qualquer informação sobre o modo como as rendas arrecadadas foram utilizadas pela Confraria do Serviço de Santa Maria.⁸²

1.1.4. Os Detentores dos Prazos

Para terminar a presente análise, torna-se imperioso conhecer ainda a condição social dos detentores dos prazos das habitações tratadas anteriormente. Como já havíamos referido, encontram-se documentados cerca de onze prédios urbanos foreiros à Confraria do Serviço de Santa Maria. Desses onze títulos, apenas se apresentam identificados oito indivíduos, sendo cinco os casos em que surgem associados a uma profissão ou estatuto social.

Trata-se, pois, de um universo extremamente reduzido para proceder a qualquer tipo de análise, pelo que decidimos não nos debruçar nos seus resultados.⁸³

Apesar de todas limitações, podemos, ainda assim, constatar alguns dados pertinentes que, se num primeiro momento se afiguram algo irrelevantes, podem quando conjugados com outros registos, nos oferecer informações fulcrais sobre a pluralidade de relações entre o foreiro e as suas casas.

Deste modo, foi possível constatar através da base de dados elaborada⁸⁴, que a uma mesma pessoa poderiam estar associadas sob diferentes formas, um número variado de habitações. Passamos a exemplificar algumas situações. Bastião Gonçalves, tabelião, surge como morador de uma casa de dois sobrados, situada na rua dos Mercadores, a qual estava emprazada a João Gonçalves dos Contos, que por sua vez

⁸⁰ Foi detectada, porém, uma habitação, cuja renda era constituído simultaneamente por um foro em numerário e um par de galinhas.

⁸¹ Apenas foi constatada uma situação excepcional de um prédio urbano localizado na Rua Nova do Muro em que o seu pagamento foi efectuado em maravedis.

⁸² OLIVEIRA, António José – *Op., cit.*, p. 194 Nesse sentido, mais uma vez recorremos a este autor que nos esclarece que os réditos provenientes da propriedade urbana e rústica eram gastos em cera e com os pobres do seu hospital. O mesmo autor aventa ainda a hipótese, que as rendas seriam utilizadas no pagamento das missas pelos seus confrades, assim como nas diversas cerimónias e festas, que à semelhança de tantas outras confrarias, se organizavam em honra da sua padroeira.

⁸³ Em todo o caso encontram-se discriminados no inventário em questão um correeiro, um escudeiro, um abade, e uma viúva

⁸⁴ Cf. tabela da propriedade da confraria do Serviço de Santa Maria inserta no volume II deste trabalho.

pagava à confraria um foro 14 reais e 3 pretos. O mesmo Bastião Gonçalves aparece novamente documentado como foreiro de uma cavalaria no adro de S. Paio, pertencente à mesma instituição e pela qual pagava 30 reais.

No mesmo domínio encontramos João Pires, que trazia por prazo duas habitações, ambas situadas na Rua da Caldeiroa e pelas quais pagava à confraria anualmente foros de 80 e 100 reais.⁸⁵ Nas mesmas circunstâncias se acha a *Ferradeira*, de marido já finado, que se apresentava como foreira de três habitações, todas concentradas na Rua Nova do Muro.⁸⁶

Por fim, não podemos deixar de relembrar, o extraordinário manancial de informes que o tombo de 1498 nos deixa conhecer sobre homens, mulheres e os seus laços familiares, dados, que reunidos, nos permitem descobrir a gente anónima, que laborou nos seus mesteres, que defendeu, construiu, cresceu, aqueles, que sem os conhecermos construíram e viveram a vila de Guimarães nos finais da Idade Média.⁸⁷

1.2. O Morgado de Gil Lourenço de Miranda

Antes de nos debruçar sobre a estrutura do Morgado de Gil Lourenço de Miranda e nas suas disposições fundacionais, importa num primeiro momento, esclarecermos o motivo pelo qual esta instituição se inseriu no inventário de 1498, elaborado por ordem de D. Manuel.

À semelhança do que aconteceu para as confrarias que tratamos na presente investigação, os titulares deste morgado surgem, nos finais do século XV, imbuídos de obrigações assistenciais que teriam sido impostas pelos seus instituidores aquando a sua fundação.

Efectivamente, a carta de instituição do Morgado de Gil Lourenço de Miranda, divulgada num estudo do historiador José Marques⁸⁸ mencionava, numa das suas cláusulas, a obrigatoriedade dos seus sucessores em manter continuamente um pobre, devendo-lhe proporcionar a devida alimentação diária bem como vestuário e calçado⁸⁹.

⁸⁵ O foreiro João Pires residia numa das habitações mencionadas.

⁸⁶ OLIVEIRA, António José – *Op. cit.* p. 235.

⁸⁷ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: 'Duas vilas, um só povo' (...), op. cit.*, p. 394

⁸⁸ MARQUES, José – O Morgado de Gil Lourenço de Miranda. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2007/2008, p. 12-51.

⁸⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 48-50. Nesse sentido, refere ainda a carta de instituição que a alimentação seria formada por ” [...] *huum pam alvo e hua broa e hua posta de carne ou pescado per qualquer dia for e meo dozaao de vinho* [...] tal como o vestuário e calçado especificadamente constituído por“ [...] *huum anno huum sayo de pardo e outro anno hua capa de pardo e cada anno huas botas* [...]”. Acresce-se ainda

A instituição deste morgado associada ao fenómeno de consolidação de casas senhoriais no período pós-guerra⁹⁰, foi outorgada por Gil Lourenço de Miranda e por sua mulher Joana Gonçalves, na data de 4 de Agosto de 1430, sendo fundamental para a sua confirmação “ [...] *o facto de não terem filhos e pretenderem conservar a unidade do avultado património reunido e evitar contendas entre os eventuais pretendentes à herança.*”⁹¹

É nesse sentido bem conhecida, através do documento de instituição, a vontade dos seus instituidores no que respeita ao esquema sucessório da linhagem do morgado.

Antes de nos debruçar sobre este ponto, torna-se necessário, antes de mais, conhecer a figura de Gil Lourenço de Miranda.

O tombo de 1498 apenas o menciona como cavaleiro, o que de certo modo permite perceber à partida que se tratou de uma figura relevante no seio da nobreza, mas nada mais. A investigação realizada por José Marques acrescenta, contudo, algumas informações singulares sobre este nobre.

Gil Lourenço de Miranda aparece como uma figura muito próxima de D. João I. Em 1388, surge identificado como *criado e cevadeiro mor* do monarca, funções que segundo o mesmo autor seriam “ [...] *confiadas apenas a pessoas de absoluta confiança* [...]”⁹² A mesma percepção é corroborada na confirmação de um contrato de aforamento de um casal pertencente a Gil Lourenço, no qual o *Rei da Boa Memória* alegava na sua justificação as grandes razões que tinha para o outorgar, revelando assim a sua proximidade com o cavaleiro.⁹³

Após a morte dos instituidores do morgado, temos conhecimento que o primeiro herdeiro terá sido Gil Lourenço de Miranda, o *Moço*, filho de Leonor Afonso, sua sobrinha, desde pelo menos 1 de Março de 1434 até 3 de Agosto de 1450, data em que verifica a confirmação de D. Afonso V relativamente à sua posse.⁹⁴ Ainda que não tenhamos dados sobre a duração desta titularidade, sabemos, contudo, pelo inventário de 1498, que o próximo sucessor foi Gonçalo Lourenço de Miranda, seu filho.

a obrigatoriedade da celebração de missas pela alma dos instituidores, devendo estas ser dirigidas pelos “ [...] *mais onestos frades* [...] *do mosteiro de Sam Domingos de Guimaraes* [...] *no sabado das oitavas da Pascoa* [...].”

⁹⁰IDEM, *Ibidem*, p. 12

⁹¹IDEM, *Ibidem*, p. 17

⁹²IDEM, *Ibidem*, p.15

⁹³IDEM, *Ibidem*, p.16. A confirmação deste contrato por D. João I, prática, aliás, corrente na alienação dos bens da Coroa, demonstra significativamente, segundo o mesmo autor “ [...] *o apoio recebido* [por Gil Lourenço de Miranda] *desde a eclosão da revolução, em Dezembro de 1383, arrastando-se as campanhas de recuperação e pacificação do território nacional havia já cinco anos*”.

⁹⁴IDEM, *Ibidem*, p.19

1.2.1. As Formas de Aquisição

O inventário de 1498 não possui qualquer referência quanto ao modo de aquisição do património relativo ao morgado de Gil Lourenço de Miranda.

Tal como em outros momentos deste estudo, decidimos, por isso, recorrer aos documentos divulgados por José Marques no estudo já supracitado. A sua informação ainda que não nos elucide quanto à proveniência concreta destes bens, permite-nos, através do cruzamento de alguns dados, elaborar algumas conjecturas.

Deste modo, a confirmar a relação entre a instituição do morgado de Gil Lourenço de Miranda com as recompensas pelos serviços prestados a D. João I, podemos aventar a hipótese de que alguns dos bens teriam, inicialmente, procedido de doações régias.

Tais suposições compreenderiam, por exemplo, a doação do monarca da quinta do Pinheiro em 3 de Abril de 1398 ao cavaleiro Gil Lourenço de Miranda, “*com todas as suas honras, jurisdições, tomadias e maladias, rendas, direitos e pertenças*”⁹⁵, assim como a confirmação de um contrato de aforamento relativo ao casal de Miradoiro a que anteriormente referimos. Estes dois casos parecem adivinhar um cenário de presentes e gratificações, que, infelizmente a escassez de documentação, não nos permite comprovar.

Por outro lado, fontes anteriores ao ano de 1430 deixam registar alguns passos de Gil Lourenço de Miranda determinado em aumentar o seu património. A título de exemplo destaca-se o aforamento de meio casal de Armeiro sito na freguesia de S. Tiago de Caldelas, que posteriormente viria a ser incluído no tombo de 1498.⁹⁶

A carta de instituição do morgado possibilitou ainda um divisar de propriedades que até à sua data, Gil Lourenço de Miranda e Joana Gonçalves conservavam designadamente a quinta de S. Miguel de Real, assim como “[...] *todallas outras quinntaas e casaaes e casas e erdades que nos ora avemos* [...]”⁹⁷, transparecendo um conjunto patrimonial expressivo. O carácter vago com que estes bens foram nomeados impede-nos, contudo, de perceber se terá existido um aumento circunstancial do património até ao ano de 1498, ou, se pelo contrário não se verificaram alterações significantes.

⁹⁵IDEM, *Ibidem*, p.16

⁹⁶IDEM, *Ibidem*, pp. 32-41

⁹⁷IDEM, *Ibidem*, p. 48

Não obstante as limitações observadas, ficam, porém, algumas disposições impostas pelos instituidores do morgado sobre uma “política” de património, que, mais uma vez, não sabemos se foi devidamente seguida⁹⁸.

1.2.2. A Composição e Localização da propriedade

A partir do registo do património do morgado de Gil Lourenço de Miranda podemos observar que a propriedade rústica ocupou, neste caso, o lugar dominante com setenta e oito bens face aos trinta e quatro urbanos inventariados.

A sua propriedade encontrava-se dispersa por um número considerável de freguesias - cerca de quarenta e sete – distribuídas por concelhos e outros territórios nomeadamente Braga, Guimarães, Julgado de Refoios, Montelongo, Basto, Vermoim, Chaves, Lanhoso entre outros.⁹⁹

Quadro I – Composição da Propriedade

Tipo	Número
Propriedade Urbana	34
Propriedade Rústica	78
Total	112

No conjunto do património, a esmagadora maioria dos bens urbanos foi formado, mais uma vez, pelos prédios habitacionais, seguidos de outras tipologias, sem expressividade numérica como pardieiros, chãos, almuinha, forno e leira.

Quadro II – Composição da Propriedade Urbana

Tipo de bem	Número
Almuinha	1
Leira	1
Casas	26

⁹⁸ IDEM, Ibidem, p. 48. A título de exemplo, veja-se o seguinte excerto retirado da carta de instituição do morgado: “ [...] mandamos e queremos e outorgamos que quallquer que o dito morgado ouuer nom possa vemder nem dar nem escambar nem alhear nenhua erdade do dito morgado [...] e queremos e outorgamos que quallquer homem ou molher que o dito morgado que todollas erdades que ouuer ou lhe ficarem per erança que fiquem para o dito morgado poor seer acrescentado e nom mingoadado [...] e que antes que comece de ministrar o dito morgado faça emventairo de todallas erdades que ao dito morgado pertecem [...].”

⁹⁹ IDEM, Ibidem, p. 21

Pardieiros	3
Chão	2
Forno	1
Total	34

Ao analisarmos a distribuição dos bens urbanos verificamos que a propriedade suburbana – representada por uma leira e almuinha - encontrava-se situada nos arrabaldes da vila, em espaços muito próximos da cerca.

De um modo geral, o património urbano do Morgado de Gil Lourenço de Miranda encontrava-se fixado no espaço intramuros.

Da observação do Quadro III, constatamos que das vinte e seis casas contabilizadas, o maior número estava situado na Rua da Judiaria (8), na Sapateira (5), na Porta da Torre Velha (3), e nas ruas dos Mercadores e Nova do Muro (3), sendo as restantes distribuídas por diversas ruas e vielas, que no dinamismo quotidiano da vila, desempenharam, certamente, um lugar mais secundário. Esta análise torna notório ainda, o facto de grande parte das casas de habitação afectas ao morgado estarem situadas nas artérias principais que, de uma forma ou outra, garantiram o acesso à Igreja e praça de Nossa Senhora da Oliveira, recinto polivalente por excelência.

Quadro III – Localização da Propriedade Urbana

	Localização	Número
Intramuros	Rua Val-de-Donas	1
	Rua Nova do Muro	1,5
	Castelo	1
	Santa Margarida	1
	Rua da Sapateira	5
	Rua do Sabugal	1
	Rua dos Mercadores	1,5
	Rua da Judiaria	8
	Torre Velha (Porta)	3
	Rua das Flores	1
Arrabaldes	Santa Luzia	1
	Rua dos Gatos	5
	Rua da Caldeiroa	1

	S.Francisco (proximidades)	1
	Sem referência	2
TOTAL		34

De igual modo, se constatou, curiosamente, uma significativa aproximação do conjunto das habitações com a moradia do titular do morgado, Gonçalo Lourenço, situada na Rua das Flores.

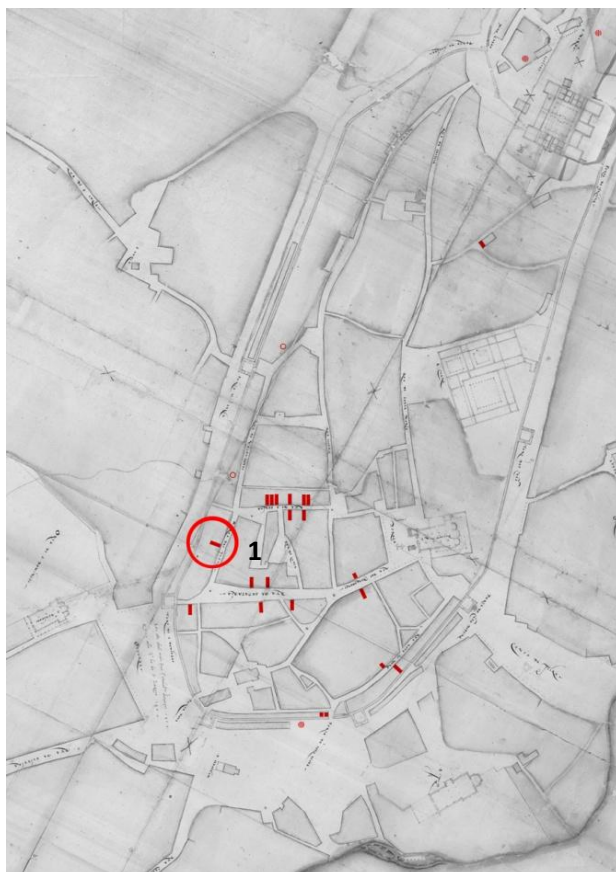


Figura 6. – Reconstituição da propriedade do Morgado de Gil Lourenço de Miranda através da planta de 1569. (1) – Localização da casa do titular do morgado. *

Nos arrabaldes, as casas encontravam-se situadas, à semelhança de outros casos, nos eixos de circulação mais importantes do tecido urbano, habitualmente vias de acesso a outras localidades.

Neste domínio, diferencia-se a Rua dos Gatos, pelo avolumar de habitações aí fixadas, local privilegiado pelo assentamento dos dominicanos, que terá sido, sobretudo *“caminho preferencialmente seguido para quem vinha do litoral para o intramuros e vice-versa”*.¹⁰⁰

¹⁰⁰FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit.*, p. 291-292

*Ver com mais pormenor as plantas e reconstituições incluídas no volume II.

O inventário do Morgado de Gil Lourenço de Miranda não revela praticamente informações quanto ao universo das suas casas. À exceção de uma referência a um forno situado junto ao Convento de S. Francisco – desconhecemos o fim a que se destinava – e a uma casa com as suas hortas na Rua dos Gatos, nada mais sabemos sobre este assunto.

Um dado parece, contudo, evidenciar-se no conjunto de habitações associadas ao morgado, não tanto relacionado com a sua morfologia mas sobretudo com o seu estado de conservação.

Assim, pudemos observar pelo registo de 1498, um elevado índice de destruição e abandono no seu património urbano. Diversas situações apontam para esta realidade. A título de exemplo, são frequentes as referências a casas que “*jazem no chão*”, a casas que arderam e pelas quais os foreiros não pagavam renda, ou ainda a pardieiros *que foram casa*, utilizando uma expressão conveniente à época. Destes últimos, importa informar que ambos se encontravam na parte mais alta da vila – Castelo e Santa Margarida – local despovoado, onde a sua fragilidade parece se contextualizar e ganhar mais firmeza, não esquecendo neste sentido, a denominação que os documentos davam aquela zona, a Vila Velha¹⁰¹.

O cenário que traçamos acerca do estado do património urbano do Morgado de Gil Lourenço de Miranda, parece denunciar à primeira vista um estado de falência e/ou uma ausência de preocupação relativamente à gestão das suas propriedades. A alusão no inventário a “[...] *casas em que viveo joham Mayo* [...] [e que em 1498] *estam no chaao que as deixou perder Gill Lourenço* [...]”¹⁰², na época titular do Morgado, ajudam a tornar mais sólida a opinião anteriormente defendida.

1.2.3. O Valor e Gestão da Propriedade

Tal como em outras ocasiões, o carácter vago e ambíguo da fonte de 1498, limitou, mais uma vez, a nossa análise, neste caso, patente na administração do património do Morgado de Gil Lourenço de Miranda.

¹⁰¹ IDEM, *Ibidem*, p. 385

¹⁰² Sobre todos os resultados obtidos, Cf. Tabela da propriedade do Morgado de Gil Lourenço de Miranda inserta no volume II deste trabalho.

De qualquer modo, e tendo em consideração a amplitude da propriedade urbana desta instituição, pudemos constatar que a sua exploração foi realizada maioritariamente na forma de emprazamento.¹⁰³

Ainda que o inventário não clarifique o número de vidas estipulado para cada imóvel, o título de instituição do morgado de 1430, revela-se, nesse sentido, bastante elucidativo, particularmente na vontade expressa dos seus instituidores, que sustentavam que nenhum dos bens se poderia “ [...] *nem emprazar nem aforar salvo em tres pessoas* [...] ”¹⁰⁴, acrescentando “ [...] *como he costume desta terra e fazendo algum deles o contraíro que nom valha* ”¹⁰⁵. Tais imposições, atendendo à prática de outras instituições coevas, teriam sido, muito provavelmente, cumpridas pelos seus sucessores.

Da análise do inventário do Morgado de Gil Lourenço de Miranda apenas se detectou a presença de dois títulos censitários, sendo os restantes títulos desconhecidos quanto ao tipo de relação estabelecida com o seu proprietário. Os censos que pudemos apurar estavam associados a duas habitações, a primeira localizada na Rua Nova do Muro, pertencente a Leonor Pires, viúva de João Gonçalves das Maranhas e da qual pagava à instituição 26 reais, e a outra situada na Rua da Sapateira, junto à porta de S. Domingos, da qual era proprietário Gonçalo Gonçalves, sapateiro, que pagava anualmente um censo de 40 reais. Curiosamente, este imóvel estava sobrecarregado com mais três censos de igual valor em benefício de outras instituições nomeadamente a Confraria do Hospital de São Francisco, Confraria de S. Domingos e a Confraria dos Sapateiros.¹⁰⁶

Não constituindo prática usual nos regimes contratuais da época, foi encontrada uma referência a um imóvel de aluguer, situado na Rua da Sapateira, pelo valor de 1000 reais, naturalmente o montante mais elevado do conjunto de bens presentes no inventário de 1498.¹⁰⁷

O elevado índice de destruição e abandono, patente no conjunto de tipologias que encontramos e que demonstram de algum modo uma deficiência na gestão do património do Morgado, conforme já havíamos mencionado, trouxe consigo um

¹⁰³ Das trinta e quatro propriedades detectadas, oito não revelaram qualquer informação, duas constituem bens censitários e os restantes (24) são títulos foreiros.

¹⁰⁴ MARQUES, José – *O Morgado de Gil Lourenço (...), op. cit.*, p. 48

¹⁰⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 48

¹⁰⁶ Seria frequente a uma casa estar atribuída várias obrigações censitárias. Sobre este assunto veja-se SÃ, Alberto Manuel Teixeira de – *Op. cit.*, p. 99-100

¹⁰⁷ A referência a uma torre nas traseiras permite constataremos que se terá tratado de uma tipologia habitacional distinta das restantes construções insertas no inventário quinhentista.

decréscimo de rendimentos auferidos pela mesma instituição naquele período. Com efeito, os pardieiros que haviam sido anteriormente habitações comuns, e as casas que por vicissitudes que desconhecemos tinham ardido, ou mesmo os edifícios que naquela época permaneciam no chão, não ofereceram quaisquer lucros ao seu proprietário.

As informações respeitantes à propriedade foreira revelaram-se demasiado lacunares no momento de aferir os seus valores, sobretudo no domínio das habitações.

Atendendo às limitações, observamos, por exemplo, que a rua do Sabugal e a Torre Velha, constituíram os espaços onde os valores se tornaram mais baixos, respectivamente 20 e 16 reais, ainda que para esta mesma zona fossem detectados montantes mais elevados. Ao aproximarmo-nos do coração da vila, verificamos que os preços tendencialmente aumentavam. A rua da Sapateira transformava-se num dos espaços mais caros a par de uma outra artéria, a Rua da Judiaria¹⁰⁸, que neste conjunto de bens, se destacara pelos seus valores elevadíssimos, rondando os 100 e os 475 reais. Também no espaço extramuros se encontravam habitações significativamente caras, em particular nas zonas próximas da cerca, caso da Rua dos Gatos que neste morgado se destacou consideravelmente.

Calculando um valor total de rendimentos, segundo o inventário quinhentista, o morgado de Gil Lourenço de Miranda auferia, anualmente, um montante de 4.954 reais e 16 galinhas.

1.2.4. Os Detentores dos Prazos

No que respeita à situação socioprofissional daqueles que em 1498 residiram nas casas urbanas afectas ao morgado, os registos existentes revelaram apenas doze casos em que a identificação do inquilino surgiu associado a algum ofício ou estatuto.

Conjugando, assim, os dados disponíveis neste domínio, encontramos *grosso modo* a presença de dois grupos distintos. O primeiro conjunto estava constituído por representantes de diversos mesteres nomeadamente da área do calçado e couros (sapateiros/correeiros), do sector dos transportes (carreteiro, almocreve), da alimentação (bucheiro/vinhateiro) e, por último, do sector do vestuário (alfaiate). Esta diversificação de actividades reflectia, de algum modo, uma vila fortemente direccionada para a produção de artesanato e comércio, onde a especialização dos trabalhos ocupava lugar

¹⁰⁸ Face às circunstâncias, a Judiaria foi rebaptizada como Rua Santo Espírito.

privilegiado. O outro grupo abrangia, por outro lado, uma comunidade judaica sediada na sua Judiaria, com todos os seus membros identificados pelo nome¹⁰⁹.

Sem que se pretenda analisar a comuna de judeus na vila de Guimarães, - relembre-se, nesse sentido, os estudos elaborados ao longo do tempo sobre este assunto¹¹⁰ - as informações presentes no inventário do Morgado de Gil Lourenço de Miranda, mais do que acrescentar, vêm reafirmar o já conhecido. Efectivamente, as terminologias adoptadas no inventário sugerem que algumas das habitações dos judeus ficaram abandonadas, muito provavelmente, após a publicação daquele decreto de expulsão ordenado por D. Manuel I, no ano de 1496. Mas, outros itens do mesmo registo nos demonstram uma outra realidade em que se confirma a permanência dos judeus na vila de Guimarães, bem como a alteração dos seus nomes e, por certo, a conversão em cristãos-novos.¹¹¹

São escassos os elementos que permitam perceber se, de facto, existiu algum tipo de perturbação nas relações desta minoria com os cristãos.¹¹² O que parece não haver dúvida, é da importância social da comunidade judaica, e particularmente de alguns dos seus membros, que beneficiaram de amplos privilégios do monarca¹¹³ e se destacaram pelo seu valor “científico”.¹¹⁴

¹⁰⁹ Situação excepcional ocorre na utilização das fórmulas “mulher de (...)”, deixando-as no anonimato.

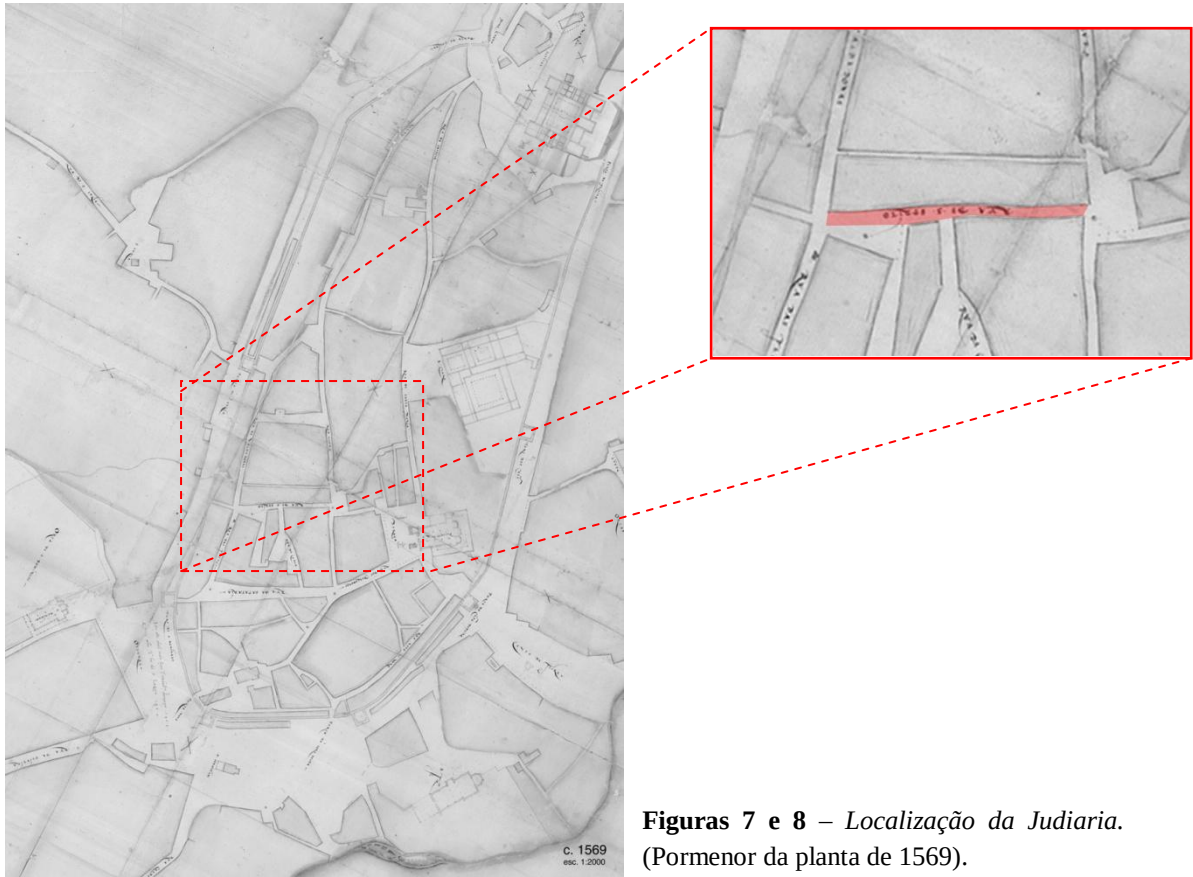
¹¹⁰ Entre alguns autores MARQUES, José - *As Judiarias de Braga e Guimarães no século XV*. Orense:[s.n], 1994; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro – *Os Judeus em Portugal no século XV*, 2ºvol. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982; MORETÓN FONSECA, Emílio – *Viviendas de judíos y conversos en Galicia y el Norte de Portugal*. *Anuario Brigantino* 2004, nº 27, pp.431-466;

¹¹¹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: 'Duas vilas, um só povo' (...)*, *op. cit.*, p. 279. Sobre este assunto a mesma autora refere “*As medidas tomadas por D. Manuel, na sequência do contrato de casamento com a filha dos Reis Católicos, carregariam a convinhável contaminação de intolerância, por um lado; por outro, uns quantos 'artifícios para manter o máximo de judeus convertidos, face ao peso desta minoria na vida sócio-económica do reino.*”

¹¹² MARQUES, José – *As judiarias de Braga e Guimarães (...)*, *op. cit.*, p. 360

¹¹³ IDEM, *Ibidem*, p. 357.

¹¹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 358.



Figuras 7 e 8 – Localização da Judiaria.
(Pormenor da planta de 1569).

1.3 A Confraria de S. Domingos de Guimarães

O conhecimento que possuímos até ao momento, sobre a Confraria de S. Domingos de Guimarães, deve-se exclusivamente ao inventário elaborado, em 1498, por ordem de D. Manuel, fonte sobre o qual nos temos debruçado ao longo deste capítulo.

O documento em questão, pela sua natureza essencialmente económica, não revela, à semelhança de outros casos, quaisquer dados relativos à sua origem bem como ao seu percurso histórico.

A confortar esta ausência de informes, o inventário permite-nos, contudo, uma visão sincrónica do estado desta instituição naquele período, sendo, por isso possível, através de elementos muito dispersos do seu texto, reconstituir alguns dos seus estatutos e objectivos, assim como analisar o seu património urbano e rústico.

A confraria de S. Domingos de Guimarães, segundo o historiador José Marques¹¹⁵, desempenhou, tal como outras congregações, uma acção de complementaridade com o então exercício catequético dos frades dominicanos, cabendo a si exercer “ [...] *uma função consolidadora e de enraizamento do espírito* [...] ”¹¹⁶ difundido pela mesma ordem.

Não se pretende, no presente estudo, repetir as múltiplas discussões sobre a data de fixação dos pregadores na vila de Guimarães bem como as divergências de propostas sobre a construção da sua igreja, a princípio adossada à cerca da vila e, posteriormente, edificada na embocadura da Rua dos Gatos, local aliás, onde iremos constatar a maior concentração de património da confraria.¹¹⁷

Supõe-se que a existência da *Confraria da Rua dos Gatos*¹¹⁸ terá sido, naturalmente, subsequente à implantação dos frades dominicanos nesta vila, sendo comumente apontada a segunda metade do século XIII para a sua chegada. Mas mais do que lançar hipóteses de possíveis momentos de assentamento, importa relembrar o seu significado como “[...] *um dos garantidos indiciadores da importância urbana do sítio* ”¹¹⁹.

Quanto aos fins que nortearam esta confraria, recuperando as palavras de José Marques, a partir da fonte já supracitada, refere-nos que a mesma possuiu “[...] *os objectivos culturais e assistenciais, comuns a todas as outras, revestindo a prática assistencial o duplo aspecto de auxílio aos vivos e de condigna sepultura e sufrágio dos mortos* ”.¹²⁰ Informação, aliás, evidenciada nos compromissos desta instituição, revelados pelo então escrivão de 1498, Gonçalo Rodrigues.¹²¹

Através do documento quinhentista, temos notícia ainda de alguns dos órgãos directivos que constituíram a Confraria de S. Domingos, nomeadamente, um juiz, um

¹¹⁵ MARQUES, José - *A confraria de S. Domingos de Guimarães (...), op. cit.*, pp. 57 -95

¹¹⁶ IDEM, *Ibidem*, p.

¹¹⁷ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: 'Duas vilas, um só povo' (...), op. cit.*, p. 318-322

¹¹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 671

¹¹⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 313. Fenómeno corrente nas cidades medievais contemporâneas, as ordens mendicantes constituíram paradigmas de evolução e configuração urbana de um determinado local. Sobre este tema veja-se MARTÍN, Félix Benito – *Op. cit.*, p. 251.

¹²⁰ MARQUES, José - *A confraria de S. Domingos de Guimarães (...), op. cit.*, p. 64

¹²¹ IDEM, *Ibidem*, p. 95. Atente-se à seguinte transcrição, “*Dise per o dicto juramento [o escrivão] que cada mes se diz no moesteiro de Sam Domingouos da dicta villa cada mes hua missa oficiada com orgãos e todos os confrades [...] e do dinheiro das rendas se compram cera para os círios e tochas e asy roupas pera os pobres. E no dito espirital tem seus leitos e camas e roupas [em] deposito onde os pobres se acolhem e agasalhom [...] e per estas rendas se paga ao moesteiro de Sam Domingos doze canadas d’azeite e a egreja de Sam Paio da dita villa dam e pagam seis canadas d’azeite e todo o mais como dito he se despende no sprital e pobres delle [...]*”.

mordomo, um procurador e um escrivão, processando-se a sua eleição anualmente, em assembleia-geral.¹²² Neste quadro, destacou-se também, o cargo de hospitaleiro, responsável pela gestão permanente do respectivo edifício, o que justificou, nesse sentido, a existência de uma “*casinha do espritaleiro*”¹²³ anexo à mesma construção.

1.3.1. Composição e Localização da propriedade

A ausência de informações associadas à Confraria de S. Domingos de Guimarães impediu que nos debruçássemos sobre o modo como esta instituição adquiriu as suas propriedades ao longo da sua existência. O tombo de 1498, responsável pela notícia desta congregação, não divulga quaisquer dados referentes à proveniência do seu património, limitando-se apenas a enumerá-lo.

Deste modo, e tendo em consideração o comportamento de outras confrarias coetâneas, a constituição dos bens dominicanos deverá ter sido realizada, maioritariamente, a partir das já conhecidas doações e legados testamentários, mecanismos frequentes que acentuaram, segundo o historiador José Marques “ [...] o *prestígio de que ela gozava e a influência que exercia.*”¹²⁴

Ao confrontar a soma de propriedade produtiva¹²⁵ que a Confraria de S. Domingos detinha no ano de 1498, supõe-se que, o processo de composição dos seus bens, terá sido algo moroso, sobretudo em tempos conturbados, como foram os séculos XIV e XV.¹²⁶ Motivos que levantam a possibilidade de situar a origem da instituição nos princípios do século XIV ou finais do século XIII.¹²⁷

Através do quadro seguinte, podemos observar que a *Confraria da Rua dos Gatos*, era detentora, em 1498, de um total de sessenta e nove títulos, que se repartiam em vinte e oito bens urbanos e quarenta e um bens rurais. A clara predominância de propriedade rústica manifestada neste inventário, índice significativo da importância

¹²² IDEM, *Ibidem*, p. 64

¹²³ IDEM, *Ibidem*, p. 84

¹²⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 82. O supracitado inventário deixa-nos, porém, visualizar um único caso em que é conhecido o processo de transferência do imóvel, também ele associado a uma doação. Trata-se de metade de uma casa situado na Rua dos Gatos “ [...] *a qual...deixou huua Catalina Estevez, mulher que foy de Joham do Souto* [...]”. IDEM, *Ibidem*, p. 89

¹²⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 68

¹²⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 83

¹²⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 83

atingida pela instituição,¹²⁸ não significou, porém, uma arrecadação de maiores rendimentos como veremos posteriormente.

Quadro I - Composição da Propriedade

Tipo	Número
Propriedade Urbana	28
Propriedade Rústica	41
Total	69

O rigoroso levantamento que este documento evidencia, particularmente na sua dimensão urbana, permitiu-nos, por outro lado, uma visão mais aproximada do seu respectivo conjunto. Assim, dos informes recolhidos e expostos no quadro II, podemos verificar, mais uma vez, que grande parte do património urbano estava, nos finais do século XV, constituído por casas. Em menor número, no mesmo domínio, encontravam-se outros tipos de propriedade urbana tais como dois chãos, um palheiro, uma vinha e um hospital.

Deste conjunto importa destacar a existência do hospital de S. Domingos, local de assistência aos pobres e doentes, mais próximo “[...] *de uma albergaria ou hospedaria do que uma instituição de saúde* [...]”¹²⁹, e que encontrava-se situado na Rua das Molianas, e confrontava com uma casa da Confraria e com outro edifício pertencente à Colegiada da Senhora da Oliveira.¹³⁰ Dele se conhece as suas dimensões e configuração, composto por sobrado, exido e casa do hospitaleiro, devendo ter-se constituído como uma referência nas suas imediações¹³¹

Quadro II – Composição da Propriedade Urbana

Tipo de bem	Número
Hospital	1
Casas	23
Palheiro	1
Vinha	1
Chãos	2

¹²⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 82

¹²⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 65

¹³⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 66

¹³¹ No inventário de 1498 registou-se ainda a descrição de algumas alfaias domésticas no seu interior.

Total	28
-------	----

A propriedade urbana da Confraria de S. Domingos de Guimarães encontrava-se situada na sua totalidade no espaço extramuros. A rua dos Gatos, espaço privilegiado e amplamente dinamizado pela entrada e saídas de pessoas da vila¹³², foi definitivamente o local onde se concentrou praticamente todo o seu património imobiliário urbano. Nesse sentido, não será de estranhar que a própria instituição, representada pelo seu respectivo hospital e mosteiro, estivesse sediada na mesma rua. A forte influência dominicana não se fez sentir apenas na Rua dos Gatos, ela compreendeu, de igual modo, outros espaços circundantes. O “rossio” do Toural traduziu, neste contexto, um dos espaços mais afectados, tendo sido aí contabilizadas oito propriedades, das quais cinco eram constituídos por habitações. Foi ainda encontrada uma casa localizada junto à Porta da Vila, também designada como Porta de S. Domingos.¹³³



Figura 9 – Reconstituição da propriedade da Confraria do S. Domingos de Guimarães através da planta de 1569. *

¹³² SÃ, Alberto Manuel Teixeira de – *Op. cit.*, p. 68. “Prolongamento natural, para o exterior, do importante eixo urbano de Guimarães (Santa Maria – Mercadores – Sapateira), acedia ao rossio do Toural pela Porta da Vila (ou Porta de S. Domingos). A artéria conduzia em direcção ao Porto e, grosso modo ao litoral, constituindo-se, naturalmente, como uma importante via de circulação.”

¹³³ IDEM, *Ibidem*, p. 68

*Ver com mais pormenor as plantas e reconstituições incluídas no volume II.

Quadro III – Localização da Propriedade Urbana

Arrabaldes	Localização	Numero
	Rua das Molianas	1
	Rua dos Gatos	18
	Toural	8
	Porta de S. Domingos (Junto ao Muro)	1
TOTAL		28

De entre os registos colhidos na fonte são conhecidos alguns aspectos relativos à morfologia das habitações afectas à confraria em estudo.

No que respeita à altura das habitações, dos vinte e três títulos contabilizados, verificamos, mais uma vez, o claro predomínio de casas de dois pisos (18), seguidas, em menor número, de casas de um piso (3), permanecendo, por último, dois casos em que não se conhece a sua condição.¹³⁴

A fonte de 1498 dedica ainda uma particular atenção às dimensões dos imóveis de S. Domingos. O significativo número de títulos com as suas respectivas áreas¹³⁵, permite, de certa forma, juntamente com outros dados, apreender a fisionomia desta artéria naquele período, considerado o principal espaço no extramuros da Vila de Guimarães.¹³⁶

Perante os dados conseguidos, constatou-se, deste modo, que a área dos imóveis situados na Rua dos Gatos rondava os 30,3 m²¹³⁷ e os 75,9 m², sendo três os casos em que se verificou um valor superior aos 50 m².

Os edifícios mencionados no conjunto da propriedade da confraria apresentam uma dispersão acentuada na sua relação largura/comprimento. Do mesmo modo se observou que a profundidade destas construções, frequentemente ultrapassa o dobro e triplo da sua largura, atribuindo-lhes a já conhecida configuração estreita e alongada.

Importa ainda acrescentar, que ao longo do levantamento, se detectaram algumas situações onde estes volumes se apresentaram algo irregulares, manifestando-se uma discrepância em termos de largura na respectiva parte frontal e posterior. Na

¹³⁴ Cf, pagina 100, nota 284.

¹³⁵ Particularizando a situação das habitações, temos conhecimento que dos vinte e três títulos registados, catorze revelam as suas respectivas dimensões, quatro apenas apresentam a sua largura e cinco não mencionam qualquer medição.

¹³⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 68

¹³⁷ O inventário refere um valor inferior ao mencionado, contudo, essa área encontra-se associada a metade de uma casa.

totalidade dos casos encontrados, os prédios urbanos tendiam a diminuir de amplitude na parte traseira, possivelmente devido à confrontação de outras estruturas nas suas laterais.

A leitura do documento de 1498 evidencia, igualmente, a presença de aberturas dispostas na parte posterior das habitações, que frequentemente davam acesso a espaços não edificados, também eles pertencentes à mesma construção: os exidos ou quintais.

Efectivamente, mais de metade dos imóveis arrolados dispunham de exidos¹³⁸. Localizados nas traseiras das habitações, possuíam na maior parte dos casos, a mesma largura que as respectivas casas, enquanto que o seu comprimento variava significativamente devido ao amplo espaço que deveria dispor naquele arrabalde.¹³⁹ Alguns destes terrenos dispunham de uma saída traseira para o espaço público¹⁴⁰, outros funcionavam como área partilhada por duas habitações em simultâneo.¹⁴¹

Através de diversas passagens do inventário da Confraria de S. Domingos, pudemos apurar alguns imóveis com sacadas, todos localizados na artéria dos Gatos, um deles com uma vara de comprimento.

Por fim, e afastando-nos de certa forma do domínio morfológico dos edifícios que intentamos reconstituir, o documento em questão notícia ainda, o estado de conservação das suas estruturas no período assinalado. Por motivos lógicos, optamos por relegar este assunto para o tópico seguinte.

1.3.2. O Valor e Gestão da Propriedade

Ao considerarmos apenas o conjunto de propriedade urbana, podemos observar, mais uma vez, que as casas de habitação constituíram a principal fonte de ingresso da Confraria de S. Domingos de Guimarães. Na sua totalidade, a instituição auferia a cada ano a significativa quantia de 3210 reais, valor este relativo às rendas

¹³⁸ Das vinte e três habitações, doze possuíam exidos. Um destes espaços tinha um ameixoeiro.

¹³⁹ No domínio dos exidos, foi observada uma dispersão acentuada entre valores. Na rua dos Gatos a sua área variava entre os 10,9 m² e os 1034,6 m².

¹⁴⁰ Observe-se a seguinte transcrição: “[...] *a quall casa he de hum sobrado e teem meo sobrado roto e asy teem pêra o dito resio do concelho hua saída do emxido que emtesta no disto resio* [...]”

¹⁴¹ Entre os várias situações detectadas, considere-se exemplo “[...] *quaaes casas ambas do sobredito enxido se servem irmamente como cousa de hum senhorio que as ora teem por prazo* [...]”

provenientes dos foros, já que dos vinte e oito títulos registados, dois correspondiam a títulos censitários.¹⁴²

Neste domínio, não podemos deixar de estabelecer uma analogia com a disparidade de valores encontrados para a propriedade rústica, que entre casais e herdades, perfaziam na sua totalidade, a quantia de 342 reais anuais, valor insignificante tendo em conta a extensão da área ocupada.¹⁴³

Dentro da propriedade foreira, o montante das rendas provenientes das habitações, apresentam-se muito semelhantes entre si, rondando os 140 e os 250 reais.¹⁴⁴ A pequena dispersão que se constata nestes valores, não estava associada à área ocupada pelas construções nem à sua situação topográfica, uma vez que estavam todas situadas na mesma zona. Deste modo, outros motivos estiveram presentes no momento de fixar os preços das habitações, infelizmente nenhum dos dados apresentados pela fonte nos pareceu divulgar qualquer notícia nesse sentido.

Um aspecto importante a salientar, é, porém, o preço de dois chãos pertencentes à Confraria de S. Domingos, que se encontravam destinados à construção de casas, segundo a condição imposta pela mesma instituição, “[...] e *lhe he atermadeo termo porque as ajam de fazer este anno que vem [...]*”.¹⁴⁵ A área ocupada por estes espaços, equivalente à superfície preenchida pelas habitações, encontrava-se aforada pela módica quantia de 20 reais, o que leva a supor que seria a própria construção, possivelmente, o elemento definidor do foro. Por outro lado, o registo de duas casas *feitas de novo*, localizadas no Tournal com o foro atribuído de 20 reais, parece demonstrar simultaneamente uma forma de proporcionar ao morador, possivelmente, o responsável pela sua construção, o usufruto das novas condições de habitabilidade, benefícios que reverteriam apesar de tudo em favor da instituição.

¹⁴² Da propriedade censitária, a confraria auferia anualmente a módica quantia de 40 reais. Importa referir de igual modo a ausência de informes quanto ao tipo de contrato estabelecido com três propriedades.

¹⁴³ MARQUES, José - *A confraria de S. Domingos de Guimarães (...)*, op. cit., pp. 75-76. Sobre este assunto, o autor refere a propósito que “ *O deficiente aproveitamento das potencialidades económicas deste património – como de muitos outros – afigura-se evidente [...]. Para tal concorreu também o regime de exploração indirecta praticado, mais propício a desvios desta natureza [...]. Situações idênticas documentam-se não só noutras instituições das regiões de Guimarães e Braga, mas também por todo o País com forte incidência nas instituições mais voltadas para o sector de assistência, que atravessavam uma crise profunda [...].*”

¹⁴⁴ Registou-se para meia casa, o valor de 80 reais.

¹⁴⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 89

A fórmula contratual praticada pela Confraria de S. Domingos foi, à semelhança de outras instituições, o empraçamento, sendo neste caso, definido, na maioria das vezes, o número de vidas em que o imóvel se encontrava.¹⁴⁶

Quanto ao pagamento dos prazos, podemos verificar que, em grande parte dos casos, era feito anualmente por dia de S. Miguel de Setembro. Todas as rendas foram pagas em numerário, em reais. De uma forma geral, são desconhecidos os locais onde o pagamento era realizado, restando apenas uma referência excepcional ao hospital da Confraria¹⁴⁷.

O inventário de 1498, como já mencionamos, divulga alguns indícios que nos elucidam sobre o estado de conservação dos edifícios e, naturalmente, sobre a forma de gestão da Confraria de S. Domingos. Ainda que se trate de uma perspectiva limitada, dado o número de casos encontrados, a percepção que nos fica aponta para uma administração algo cuidada, sendo várias as alusões a casas novas, assim como as imposições de transformar alguns “chãos” em edifícios. À excepção da referência a “*meo sobrado roto*”¹⁴⁸ e a um “*palheiro que ora jaz derribado no chãao*”¹⁴⁹, o conjunto de habitações afectas a esta instituição não parece evidenciar qualquer índice de deterioração, existindo inclusive cláusulas que impunham um limite temporal para a edificação de alguns espaços.¹⁵⁰

1.3.3. Os Detentores dos Prazos

Para terminarmos o estudo da Confraria de São Domingos, importa, agora, conhecer a condição social dos seus enfiteutas, particularmente daqueles que detinham, ainda que de modo temporário, as habitações urbanas.

As informações fornecidas pelo tombo de 1498 relativamente a esta instituição, revelaram, como já tivemos oportunidade de constatar, que a propriedade urbana se encontrava concentrada, quase exclusivamente na rua dos Gatos, e um pequeno número na zona imediatamente contígua, o rossio do Toural. Este facto, permitiu, juntamente

¹⁴⁶ Encontramos na descrição do inventário o recurso a um sub-empraçamento, a que estavam associadas sete títulos.

¹⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 87

¹⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 85

¹⁴⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 86

¹⁵⁰ IDEM, *Ibidem*, p.89

com os dados reunidos, caracterizar, de algum modo, o ambiente social das artérias atrás mencionadas.

Das vinte e três casas arroladas, foram identificados catorze enfiteutas, sendo, porém, apenas doze os casos em que se indicaram a respectiva situação socioprofissional. Através da análise deste conjunto, podemos verificar que a maior parte dos foreiros das casas afectas à Confraria de S. Domingos, estavam associados a uma profissão, sendo os ferreiros e os sapateiros, os ofícios com maior destaque, ainda que também tenham sido contabilizados dois mercadores, um ataqueiro e um estalajadeiro.

Deste modo, podemos visualizar a Rua dos Gatos, assim como parte do rossio do Toural, como espaços ocupados maioritariamente por uma população modesta, associada aos mesteres, onde o trabalho do ferro e do couro assumiram um papel fundamental.¹⁵¹

Através da base de dados por nós elaborada, podemos ainda observar que a um mesmo foreiro se encontram relacionadas diversas habitações. Se num dos casos reconhecemos a situação de sub-emprazamento, outros houve em que não foi perceptível compreender o tipo de relação estabelecido entre o foreiro e o prédio urbano. Tal foi o caso do enfiteuta Pero Fernandes, morador em Braga, que detinha cinco prédios urbanos, todos localizados na Rua dos Gatos, e sobre os quais não se refere qualquer morador, bem como o foreiro Pedro Dias, detentor de duas habitações, e morador apenas num dos títulos.¹⁵²

As informações contidas no inventário da Confraria de S. Domingos não nos permitem avançar mais do que o mencionado. Supomos, contudo que seria irremediável a cedência do usufruto dos imóveis por parte dos proprietários a outrem. Trata-se, porém, de um cenário algo complexo, pelo que a hipótese de prática de sub-emprazamento para todos os casos pode ser precipitada, dada a diversidade de situações e interesses de que se revestiram as fórmulas contratuais da Idade Média.¹⁵³

¹⁵¹ IDEM, *Ibidem*, p. 82

¹⁵² Cf. Tabela da propriedade da confraria da Confraria de S. Domingos inserta no volume II deste trabalho.

¹⁵³ SÃ, Alberto Manuel Teixeira de – *Op. cit.*, p. 93-94

2. A Propriedade do Cabido

2.1. A Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira

Tendo em conta o propósito do presente assunto, consideramos que não seria oportuno, a abordagem à longa história que envolveu a formação da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, sucedânea ao antigo mosteiro de Guimarães.

As fontes que conseguimos reunir no sentido de procedermos a uma análise do património do Cabido levaram-nos, no entanto, a uma inevitável abordagem à instituição no período quatrocentista.¹⁵⁴

Julgamos que as adversidades que enfrentaram, juntamente com as alterações que se verificaram nos seus quadros directivos e, até o facto de usufruírem da posse de uma Virgem Milagrosa, nos proporcionariam um maior entendimento sobre o estado em que se encontravam as propriedades do Cabido, nas suas diversas perspectivas.

Conforme já aludido em outro momento deste estudo, a igreja de Nossa Senhora Oliveira havia-se transformado, neste período, num verdadeiro centro nacional de peregrinações, ou como nos refere Maria Falcão Ferreira, numa «segunda Compostela».¹⁵⁵

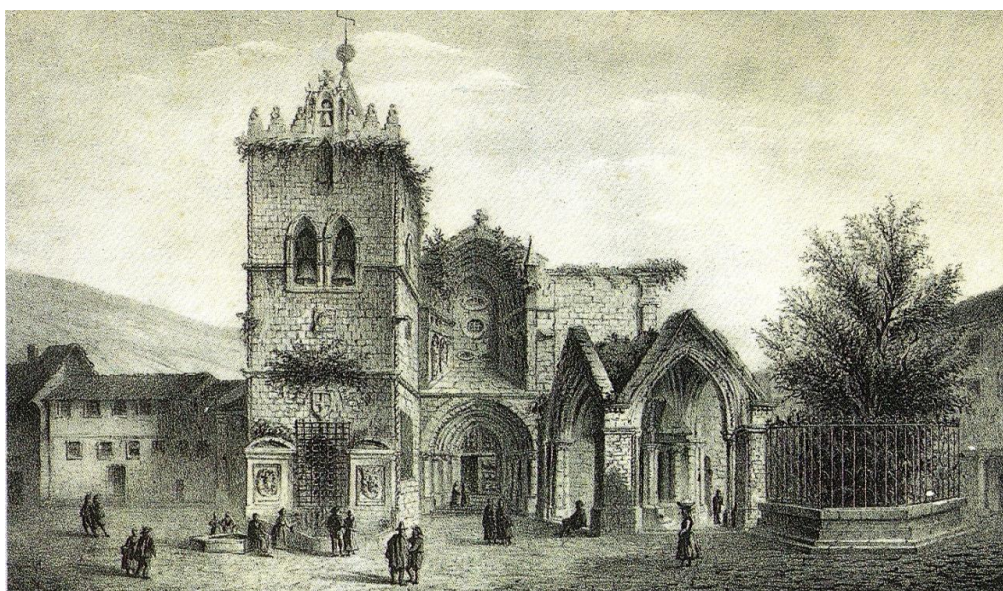


Figura 10. – Igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

Imagem retirada de Aa.Vv – Guimarães. *Do passado e do presente* (...), p. 215

¹⁵⁴ Recorde-se que para esta análise foram primordiais os documentos transcritos por João Gomes de Oliveira Guimarães, também conhecido por Abade de Tagilde, e que se encontram publicados no *Archeologo Português* e na *Revista de Guimarães*.

¹⁵⁵ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite* (...), *op. cit.*, p. 19.

O incremento de devoção à Virgem, valorizado pela fama dos seus milagres e pela crença dos próprios reis, testemunhada na mais célebre romagem de D. João I de que Fernão Lopes nos fala, contribuía de modo indelével, para um aumento expressivo dos bens da Colegiada.¹⁵⁶

Porém, apesar de todo este cenário áureo que envolvia a instituição em estudo, a situação económica da Colegiada, à semelhança do que se passava com o Cabido de Braga, apresentava-se pouco favorável, e, até ao final do século, progressivamente se foi agravando.¹⁵⁷ Efectivamente, a longa série de tensões que se fizeram sentir na Igreja Santa Maria da Oliveira, com a presença dos priorados de D. Rui da Cunha (1424-1449) e, sobretudo com D. Afonso Gomes de Lemos (1449-1487), em muito contribuíram para o depauperamento desta instituição vimaranense.¹⁵⁸

No cerne destas sucessivas conflituosidades esteve a defesa pela independência da jurisdição episcopal, recusando-se, continuamente, a igreja da Oliveira a “[...] *aceitar as visitas canónicas dos prelados bracarenses e pagar os direitos a eles devido, não abdicando estes das suas prerrogativas jurisdicionais e materiais*”.¹⁵⁹

As dificuldades sentidas pela Colegiada começariam a manifestar-se já no início do priorado de D. Rui da Cunha, que se viu obrigado a reduzir o número de conezias, bem como a realizar uma gestão mais rigorosa das rendas, como nos testemunha a organização dos livros dos prebendeiros.¹⁶⁰

Segundo nos refere o historiador José Marques, teria sido, porém, a partir do priorado de D. Afonso Gomes de Lemos, que a situação da Colegiada se agravaria consideravelmente. As tensões internas resultantes dos seus interesses, os conflitos gerados com instituições locais e enfiteutas, constituíram alguns dos factores que determinaram um inevitável empobrecimento da Colegiada.¹⁶¹ A tal ponto que em 1483, ultrapassados todos os conflitos, e “*conscientes da impossibilidade de, pelos próprios meios, saírem da angustiante situação, solicitaram à Santa Sé, a concessão de indulgências aos fieis romeiros que visitassem a igreja de Nossa Senhora da Oliveira e aí deixassem as suas esmolas em certos dias do ano.*”¹⁶² A este pedido outros se

¹⁵⁶ MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 519

¹⁵⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 522

¹⁵⁸ IDEM, *Ibidem*, pp. 565-586

¹⁵⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 520

¹⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 536

¹⁶¹ IDEM, *Ibidem*, pp.562-586

¹⁶² IDEM, *Ibidem*, p.584

sucederiam, sem contudo, mostrarem qualquer efeito, continuando a situação material da Colegiada a degradar-se até ao final do século XV.

Em sequência destes acontecimentos, e perante uma Colegiada e Padrão em notório mau estado, a devoção à Virgem Maria foi se esmorecendo e com ela os seus peregrinos e as suas dádivas.¹⁶³

2.1.1. As Formas de Aquisição

As informações que conseguimos reunir, através dos emprazamentos realizados pela instituição aos seus foreiros, não nos fornecem elementos suficientes no sentido de analisarmos os mecanismos que procederam à aquisição do património capitular.

Nesse sentido, recorreu-se a outros estudos complementares, que apesar de não compreenderem todo o espaço cronológico desejado, ajudaram a conhecer a forma como este património se foi constituindo ao longo dos séculos.

Os dados encontrados, não correspondem, naturalmente, a uma visão totalitária dos processos aquisitivos da instituição, mostrando, ainda assim, uma realidade parcial, resultante de alguns dos documentos que se conservaram até à actualidade.

O avultado património que, através das fontes anteriormente mencionadas, conseguimos detectar para as centúrias de quatrocentos e quinhentos, é comumente justificado pela historiografia – pelo menos em parte – devido à transferência de bens que se operou do antigo mosteiro vimaranense para a Colegiada de Santa Maria da Oliveira.¹⁶⁴

As suas propriedades que abrangiam um elevado número de casais, herdades, moinhos, devesas, vinhas, casas, fornos entre outros, apresentavam uma considerável dispersão geográfica que compreendia além do actual concelho de Guimarães, outros territórios como Vila de Conde, Porto e a diocese de Coimbra.

Ainda que se tratasse de um processo moroso, a formação do património da Colegiada de Guimarães, segundo nos elucida José Marques, sofrera um aumento significativo nos séculos XIV e XV, sobretudo a partir de 1385 até à década de 1460.¹⁶⁵ Tal facto, esteve intimamente relacionado, como já tivemos oportunidade de

¹⁶³ IDEM, *Ibidem*, p. 580

¹⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 519

¹⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, pp. 523-525

referir, com a intensificação do culto à Senhora da Oliveira, que após a batalha de Aljubarrota e a peregrinação de D. João I, despoletara um movimento de doações e legados testamentários em favor da instituição em estudo.

Constituíram precisamente estas doações e legados, à semelhança de outros tantos organismos, a forma de aquisição mais frequente, índices, de certo modo, do prestígio e influência que a Colegiada, apesar de todas as dificuldades, assumiu em todo contexto nacional.¹⁶⁶

Podemos ainda observar, que outros mecanismos presidiram à constituição dos bens da Colegiada de Santa Maria da Oliveira. Apesar da menor frequência, entre os documentos que compulsamos, descobrimos algumas cartas de compra, sobretudo imóveis, que parecem denunciar uma política de investimento da Colegiada, apostada em aumentar o seu património. Do mesmo modo, encontramos também referência à prática de escambos; principalmente realizados com particulares, desconhecem-se, contudo, a informação de quem terá partido a iniciativa.

2.1.2. A Composição e Localização da Propriedade

Os dados que agora apresentamos são resultado do levantamento de um conjunto de empraçamentos que abrangem o espaço cronológico de aproximadamente um século.¹⁶⁷

Apesar das limitações que a utilização desta série documental acarreta, não pudemos deixar de considerar o seu valor informativo, particularmente no domínio das casas. Torna-se imperioso sublinhar, que os elementos contabilizados nesta fonte permitiram a visualização de um cenário ainda muito incompleto do campo habitacional, pelo que toda a sua leitura foi realizada com a devida precaução no momento de apresentarmos alguns dos seus resultados.

Embora pareça supérfluo, dada a evidência do quadro seguinte, não podemos deixar de olhar para o número extenso de bens urbanos que compunham o património capitular, denunciadores, de certo modo, da sua importância no contexto social e económico da vila de Guimarães, nos séculos XV e XVI.¹⁶⁸

¹⁶⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 527-529

¹⁶⁷ Tendo em consideração a baliza cronológica escolhida para este estudo, os empraçamentos encontrados situaram-se entre o ano de 1403 e 1521.

¹⁶⁸ Ao contrário do que fizemos para as outras instituições, não contabilizamos no presente capítulo, o património rústico capitular devido à sua extensão significativa.

Dos cento e oitenta e nove títulos compilados, constatou-se, mais uma vez, que a maior parte dos imóveis que a Colegiada detinha estavam destinados à habitação. Os restantes elementos detectados compunham-se, para além dos habituais pardieiros, *chãos* e exidos, de um número significativo de propriedades que optamos por designar como suburbana¹⁶⁹. Ocupando um espaço expressivo na malha urbana, estas parcelas que podiam ou não se encontrar cultivadas, proporcionaram à vila de Guimarães uma imagem dupla, onde o mundo urbano se articulou de modo coerente com uma outra faceta marcadamente rural.¹⁷⁰

Quadro I – Composição da Propriedade Urbana

Tipo de bem	Número
Casas	136
Pardieiros	16
Lugares	10
Almuinhas	6
Exidos	5
Chão	3
Aloque	1
Chousa do Prior	3
Pelames	2
Hortas	2
Casarias	2
Total	186

As informações disponibilizadas nos emprazamentos possibilitaram-nos o conjugar de alguns tipos de bens urbanos com a sua respectiva localização. Deste modo, foi possível verificar ainda no domínio dos “espaços verdes”, que almuinhas, lugares e hortas se concentraram *grosso modo* nas áreas imediatamente contíguas à cerca, não raro junto às suas portas.¹⁷¹ Apesar da menor frequência, os espaços de cultivo também estiveram presentes no espaço intramuros, particularmente nas hortas de Maçoulas, que

¹⁶⁹ BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha – *Évora na Idade Média (...), op. cit.*, p. 244

¹⁷⁰ MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no século XV (...), op. cit.*, p. 543

¹⁷¹ Entre as referências encontradas surgem, a título de exemplo as Portas da Torre Velha, S. Domingos, Santa Luzia, do Postigo e da Freiria.

corriam paralelamente à artéria de Santa Maria e onde mais tarde iria ser implantado o Convento de Santa Clara.¹⁷²

Foram ainda registados alguns pardieiros e chãos no interior da cerca, particularmente nas ruas secundárias menos movimentadas, como a Rua Escura, Rua de Donais, Rua de Alcobaça ou a Rua da Torre Velha.¹⁷³ Da análise desta tipologia de bens, ficou sobretudo a ideia de um ínfimo número de casas deterioradas entre a expressiva propriedade que a Colegiada de Guimarães possuiu neste período.



Figuras 11 e 12 – Localização das Hortas de Maçoulas no espaço intramuros. Pormenor da reconstituição de Bernardo Ferrão e comparação com a planta de 1569.

De um modo geral, o património capitular estava concentrado maioritariamente no espaço intramuros, sendo a restante propriedade distribuída pelos arrabaldes, nas principais artérias de acesso à vila, muito próximas da muralha.¹⁷⁴

¹⁷² Os espaços cultivados quando situados no intramuros eram habitualmente parcelas menores como os exidos ou as hortas. Sobre as hortas de Maçoulas veja-se FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite (...), op. cit.*, p. 54, nota 97

¹⁷³ Embora menos comum, encontram-se menções a este tipo de bens em ruas de importância como a de Santa Maria, Nova do Muro e Sapateira.

¹⁷⁴ O património capitular encontrava-se distribuído por trinta e cinco ruas da vila.



Figura 13. – *Reconstituição da propriedade do Cabido através da planta de 1569. (1) – Localização da sede do Cabido **

Analisando em particular a localização das habitações afectas à Colegiada, podemos constatar que a artéria de Santa Maria registava a cifra mais elevada, mais de metade dos prédios estavam aí situados¹⁷⁵. Ocupando o segundo lugar, mas com valores expressamente menores, encontrava-se a Rua da Sapateira, seguidas da Rua de S. Tiago, Rua Nova do Muro e Rua de Trespão.



Figuras 14 e 15 – *Reconstituição da propriedade do Cabido na Rua de Santa Maria a partir da planta de 1569. (Pormenor)*

¹⁷⁵ Idêntica conclusão chegou a historiadora Maria Conceição Ferreira que refere a Rua de Santa Maria como espaço de interesse do Cabido. IDEM, *Ibidem*, p. 86

* Ver com mais pormenor as plantas e reconstituições incluídas no volume II.

Deste conjunto de artérias, importa destacar que todas se encontravam muito próximas geograficamente da localização da Colegiada, tal como já havíamos notado no caso da concentração da propriedade de outras instituições.

Quadro II – Localização da Propriedade Urbana

	Localização	Número
Intra-muros	Rua de S. Tiago	7
	Rua Nova do Muro	7
	Maçoulas	2
	Rua Felgueiras	1
	Rua Escura	3
	Porta do Postigo	3
	Rua de Santa Maria	53
	Rua da Arrochela	2
	Rua Val-de-Donas	5
	Rua de Donais	5
	Porta de Santa Luzia	3
	Porta da Freiria	1
	Rua da Sapateira	15
	Porta da Torre Velha	6
	Rua das Ferrarias	2
	Rua do Gado	4
	Rua do Sabugal	2
	Praça da Vila	3
	Rua dos Mercadores	2
	Rua do Trespão	7
	Rua da Judiaria	4
	Adro de S. Paio	2
	Rua de Alcobaça	3
	Rua das Flores	2
	Porta de S. Domingos	4
	Rua Forja	1
	Rua dos Fornos	3
	Rua da Infesta	2

Arrabaldes	Trigais	4
	Rua da Caldeiroa	6
	Rua das Molianas	5
	Rua dos Gatos	3
	Campo da Feira	6
	Rua de Santa Luzia	2
	Rua de Couros	3
TOTAL		186

Pela sua finalidade específica, a documentação utilizada no levantamento do património do Cabido não fornece elementos para caracterizarmos as habitações quanto ao número de sobrados, materiais de construção ou compartimentações internas.

Os dados que conseguimos apurar não chegam a tocar na habitação, ficando-se essencialmente pelas suas dependências. Neste domínio, são frequentes os registos de exidos, situados por todo o espaço urbano, mesmo nas zonas mais concorridas como a Rua de Santa Maria, assim como a menção a poços repetidamente documentada nos contratos, em vários locais, inclusive na artéria referida.¹⁷⁶ De igual modo, se detectaram a presença de latas, pequenas hortas, lagares e vinhas, elementos que testemunham a multifuncionalidade destes espaços, habitualmente situados nas traseiras da habitação e, portanto sem qualquer contacto ou interacção com o cenário da rua.¹⁷⁷

Quadro III - Referências a casas e suas dependências

Casas	136
Exidos	12
Poços	4
Hortas	4
Latas	3
Almuinhas	4
Lagar	1
Vinha	1

Ao longo da leitura dos empraçamentos, pudemos observar ainda, a referência a medidas de iniciativa do Cabido no sentido de conservar e rentabilizar as suas

¹⁷⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 58, nota 13.

¹⁷⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 58

habitações. Por se revelarem em pouco número, achamos, porém, que não seria adequado debruçamo-nos neste ponto, relegando para outro momento do presente trabalho, a sua devida menção.

III. PARTE

A VILA DE GUIMARÃES NOS SÉCULOS XV E XVI

1.A Vila de Guimarães nos séculos XV e XVI

1. 1. Notas breves

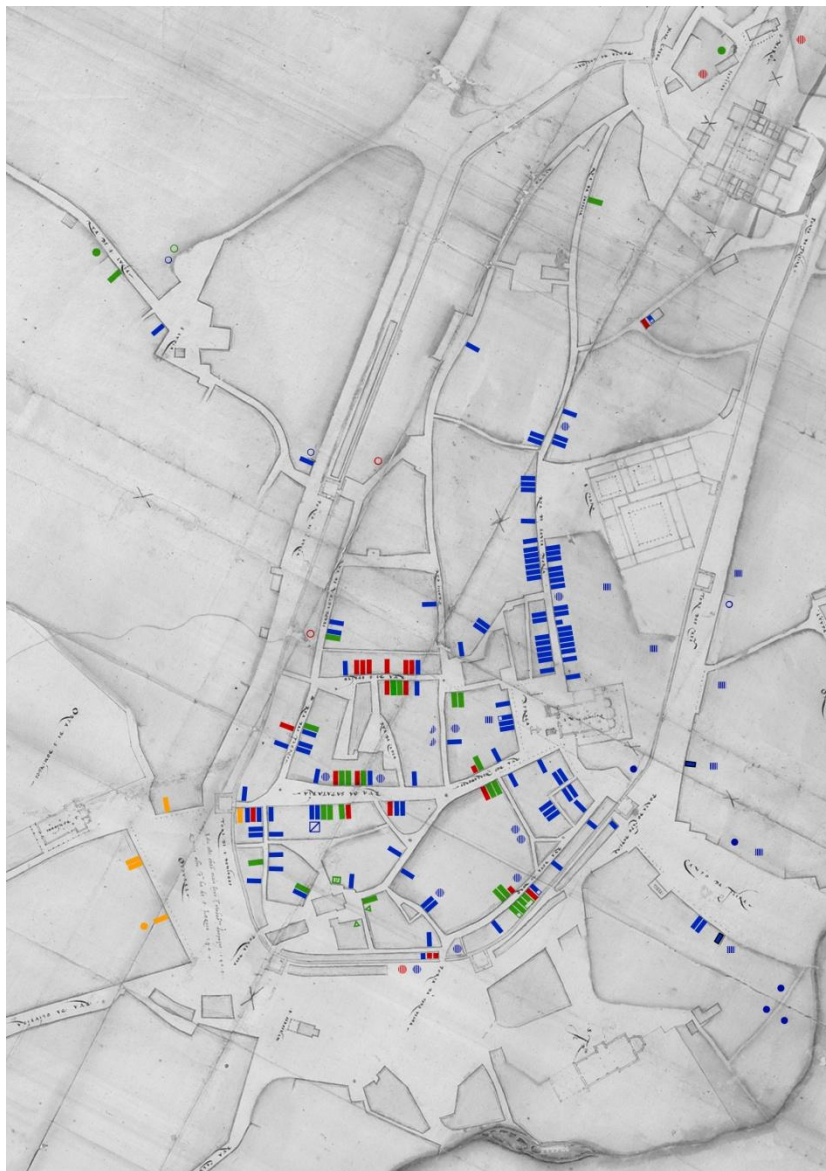


Figura 16. – *Reconstituição da propriedade das confrarias e propriedade capitular através da planta de 1570.**

Após tão longa digressão através da propriedade urbana das várias instituições vimaranenses, pareceu-nos imperioso, antes de nos debruçar propriamente na tentativa de uma reconstituição da casa corrente, realizar uma breve paragem neste percurso, no sentido de nos aproximar num primeiro momento, sobre a vila e o seu centro urbano nas centúrias de quatrocentos e quinhentos. Cremos que tal exercício se reveste de grande importância, sendo a hipótese da sua exclusão erro crasso no posterior entendimento do universo habitacional e da sua inserção no espaço urbano contemporâneo.

* Ver com mais pormenor as plantas e reconstituições incluídas no volume II.

Sobre ele a historiadora Maria Falcão Ferreira debruçar-se-ia, referindo pertinentemente um cenário temporal de “diversas vilas”:

“ *Ao falar de Guimarães no século XV, cada vez mais se ia revelando imperioso perguntar: qual delas? A nova Guimarães do Mestre de Avis? Ou a Guimarães senhorial do Conde D. Afonso? A Guimarães do Príncipe Perfeito? Ou a Guimarães ‘moderna’ que os finais da centúria permitem adivinhar?*”¹⁷⁸

À semelhança do que sucedeu um pouco por todo o reino, o espaço vimaranense dos finais da Idade Média foi palco de significativas alterações nos mais diversos domínios.¹⁷⁹ De um modo geral, tais modificações se deveram aos diferentes modo de gestão dos homens, dos seus poderes, sendo a vila, “ [...] *em tantos momentos arrastada, no seu dia a dia, pelos ritmos e percalços da Corte*”¹⁸⁰

Neste contexto, cumpre relembrarmos o papel de D. João I, nas sucessivas mercês concedidas, privilegiando as gentes de Guimarães pela sua colaboração. Momento de grande dinamismo¹⁸¹ para a vila, assistiu-se, neste período, a um avolumar de privilégios régios na Colegiada, no centro a protecção da Virgem Santa Maria, de tal modo que “ *em nenhum outro tempo os seus servidores foram tão agraciados como o foram com o devoto Mestre de Avis*”¹⁸²

O episódio de Alfarrobeira, havia de significar, por sua vez, um outro momento assinalável para a vila em estudo. Pelos serviços prestados a D. Afonso V, ao Duque de Bragança foi concedido a jurisdição de Guimarães, recompensa que não teria satisfeito as gentes vimaranenses que defendiam a permanência régia¹⁸³. Momentos conturbados neste período se viveram, nos longos percursos dos homens desta vila por terras de Ceuta, Tânger, Arzila, “[...] *era um nível elevado de participação da Guimarães, ao tempo. No regresso vinham homens com visões diferentes e a consciência de um mundo mais vasto*”.¹⁸⁴

¹⁷⁸ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit.*, p. 56

¹⁷⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 56

¹⁸⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 56

¹⁸¹ IDEM, *Ibidem*, p. 57

¹⁸² IDEM, *Ibidem*, p. 57

¹⁸³ IDEM, *Ibidem*, p. 64

¹⁸⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 66

Com D. João II, o *príncipe perfeito*, a vila recuperava novamente a jurisdição régia. Alguns indícios de desenvolvimento urbano se afiguravam em detrimento da vila do Castelo, cada vez mais isolada.¹⁸⁵

Finalmente, a Guimarães ‘moderna’ assinalava transformações substanciais na sua vila: “[...] *tempo novo no cenário socioeconómico, na revolução dos preços, novas profissões e a saída para além-mar a fazer-se a sentir.*”¹⁸⁶ Em outros domínios, a presença do foral manuelino marcava a superioridade do monarca face ao concelho, e, no que respeita a jurisdição era, mais uma vez, uma Guimarães senhorial.¹⁸⁷ Note-se que deste último facto resultara um golpe derradeiro na desocupação da vila velha, designadamente na atitude de D. Jaime, que optava por Vila Viçosa, abandonando assim os Paços Ducais.¹⁸⁸

Ao direccionarmo-nos para o estudo do traçado morfológico desta vila nas centúrias apontadas, não obstante o cenário anteriormente delineado, fica-nos sobretudo, a perspectiva de um conjunto de espaços que, ainda assim, se manteve em perfeita continuidade com a organização observada nos séculos anteriores.

Através das informações disponibilizadas quer pelos estudos realizados neste âmbito, quer pela interpretação dos resultados referentes ao capítulo das propriedades, constatou-se, com efeito, que o crescimento da vila de Guimarães incidiu, neste período, particularmente na urbanização de vias, cuja ocupação era já existente em épocas anteriores.

Conforme havíamos referido em outro momento da presente investigação, a construção da muralha no reinado de D. Dinis, mais tarde completada por D. João I assinalara uma nova ordenação espacial à vila, anteriormente estruturada em função de dois núcleos urbanos: a “vila alta” e a “vila baixa”.

A partir daquele momento, o eixo dinamizador responsável pelo desenvolvimento da vila alterara-se, concentrando-se, num só espaço, onde o mesmo centro tivera já a sua origem, deste modo “[...] a igreja, a praça e a rua, de quem o nome de Santa Maria era apanágio comum ordenaram o preencher do espaço urbano.”¹⁸⁹

¹⁸⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 66-67

¹⁸⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 54

¹⁸⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 54

¹⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 55.

¹⁸⁹ IDEM - *Uma rua de elite (...), op. cit.*, p. 51

Por conseguinte, o crescimento da vila processou-se ao longo dos séculos XIV e XV na sua parte baixa, no sentido geográfico ENE-OSO e com especial incidência no sentido sudoeste, onde as condições de habitabilidade foram certamente superiores.

Fenómeno comum, este característico “descendo” das populações, fora resultado da deslocação do centro económico da vila mas também devido à atracção exercida das vias que asseguravam a passagem ao litoral e, particularmente à cidade do Porto.¹⁹⁰

Revela-se exercício primordial a analogia entre a reconstituição da vila para o século quatrocentista, inserida no estudo de Bernardo Ferrão¹⁹¹ e a planta recentemente descoberta para o mesmo espaço, datada entre 1562 e 1570.¹⁹²

Não obstante, algumas dissonâncias já apontadas num artigo de divulgação do autor Mário Gonçalves¹⁹³, importa ressaltar que ambos os documentos nos revelaram uma maior densidade de estabelecimentos no espaço compreendido entre as ruas Nova do Muro, Arrochela e eixo viário formado pelas ruas Sapateira – Mercadores, área onde, se processou o maior crescimento da vila vimaranense, conforme já aludimos.

Do mesmo modo, a formação dos arrabaldes mais significativos da vila seguiu a mesma direcção geográfica que o desenvolvimento observado no interior dos seus muros. Mais uma vez as condições naturais e económicas determinaram uma maior ocupação dos seus espaços, como podemos verificar aliás, nos mapas conhecidos e na reconstituição realizada a partir das propriedades das instituições assistenciais vimaranenses, onde se constatou uma expressiva urbanização das ruas Caldeiroa, Gatos e Molianas, eixos que asseguraram as saídas para o litoral.¹⁹⁴

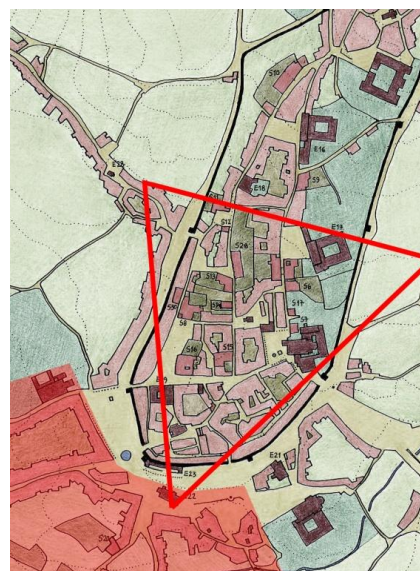
¹⁹⁰ SÃ, Alberto Manuel Teixeira – *Op. cit.*, p. 37

¹⁹¹ FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão – *A evolução da forma urbana de Guimarães (...)*, p. 13

¹⁹² O documento cartográfico em questão foi divulgado, pela primeira vez, pela responsável da cartoteca da Biblioteca Nacional do Brasil, Maria Dulce de Faria, no 21 st International Conference on the History of Cartography (Budapeste, Julho de 2005), dando a conhecer a presença da mesma planta naquela instituição. O documento apresenta a vila de Guimarães, quer no seu perímetro amuralhado, quer nos seus arrabaldes. Apesar de não se encontrar datado, existem alguns indícios, de se tratar de uma planta quinhentista, constituindo deste modo, uma fonte primordial para um melhor conhecimento do perfil urbano da vila neste período.

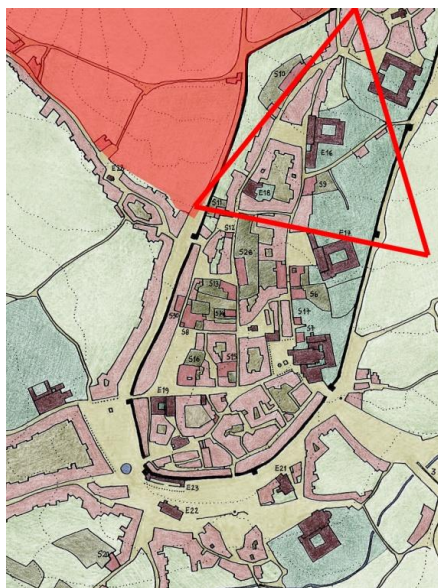
¹⁹³ FERNANDES, Mário Gonçalves – Notas para a história da cartografia urbana e para a morfologia urbana de Guimarães. Separata de: *Do Absolutismo ao Liberalismo, 4º Congresso Histórico de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal, 2009, p. 117-133. Não sendo este o momento indicado para nos debruçar atentamente sobre esta cartografia de excepcional relevância para o conhecimento morfológico da vila, importa ressaltar as suas novidades, e, sobretudo a confirmação de muitas das conjecturas que haviam sido formuladas em estudos urbanísticos para este período.

¹⁹⁴ Os principais arrabaldes desenvolveram-se perto das portas mais importantes da vila como a porta de S. Domingos, a de Santa Luzia, Torre Velha e a do Postigo.



Figuras 17 e 18 – Localização das áreas de maior densidade de estabelecimentos no espaço intramuros e arrabaldes. Confronto entre a planta de reconstituição de Bernardo Ferrão e a planta de 1569.

Situação inversa se observou nos mesmos documentos, à medida que se ascendia em direcção à “cerca velha”. Por diversos motivos a que já fomos aludindo ao longo desta apresentação, a vila do Castelo e os seus arrabaldes¹⁹⁵ foram se despovoando no decorrer dos séculos XV e XVI, tendo paulatinamente como desfecho final o arruinamento dos seus elementos de maior significado designadamente os Paços Duais e com ele o Castelo de S. Mamede.¹⁹⁶



Figuras 19 e 20 – Localização das áreas de maior despovoamento no espaço intramuros e arrabaldes. Confronto entre a planta de reconstituição de Bernardo Ferrão e a planta de 1569.

¹⁹⁵ Pela visualização dos mapas e reconstituições, verificou-se a quase inexistência de povoamento acima da porta do Postigo e da porta de Santa Luzia.

¹⁹⁶ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit., p. 55*

Por tudo o que vem sendo exposto, a Guimarães que nos surge nos finais da idade média, não obstante a presença das zonas largamente inocupadas¹⁹⁷, mostra-se, de um modo geral, expressivamente urbanizada no que respeita à sua paisagem intramuros.

A seu tempo, o seu núcleo urbano foi progressivamente se integrando no cenário contemporâneo das cidades medievais ocidentais. As pequenas ruas, que permitiam o acesso aos espaços mais importantes, multiplicaram-se¹⁹⁸, os espaços disponíveis foram construídos, as habitações adossadas umas às outras, invadiram frequentemente o espaço público, mas também o “outro” privado. Aos poucos “Guimarães tornara-se [...] uma verdadeira cidade, na forma e nas funções”¹⁹⁹, apesar do seu epíteto de vila.²⁰⁰

As últimas décadas do século XV permitem *grosso modo* a visualização de um traçado que se prolongou pelo século XIX, altura em que um plano realizado em 1863, determinaria algumas alterações no centro urbano da vila.²⁰¹

A Guimarães quinhentista, correndo o risco de nos iludirmos com a natureza dos documentos que chegaram até nós – relembre-se que datam de 1531 as primeiras sessões da Câmara – parece demonstra-nos, por outro lado, uma crescente necessidade no tratamento e manutenção dos seus espaços já existentes. O avolumar de informações sobre este assunto a partir do século XVI e, sobretudo no dealbar do século seguinte, possibilitam-nos reconhecer uma crescente preocupação em melhorar a paisagem construída e intervir num tecido urbano já edificado.

Sobre este assunto incidiu o arquitecto Bernardo Ferrão na sua referência ao desenvolvimento da vila de Guimarães neste período:

“A evolução processou-se através de um repensar de matrizes e certamente, não por coincidência, esses importantes marcos situam-se ao longo dos eixos fundadores e geradores de toda a envolvente urbana [...]. As principais linhas de

¹⁹⁷ IDEM - *Uma rua de elite (...)*, op. cit., p. 54.

¹⁹⁸ SÃ, Alberto Manuel Teixeira de – *Op. cit.*, pp. 37-75. De entre alguns dos novos arruamentos pode se mencionar a rua do Sabugal até à porta da Freiria, a rua da Infesta até ao Castelo, a rua do Gado até à porta de Val-de-Donas, as ruas de Alcobaça, Trespão, Escura, Açougues, Fornos entre outras.

¹⁹⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite (...)*, op. cit., p. 25

²⁰⁰ Em Portugal, constituem cidades apenas as sedes de bispado. Não existindo uma concordância entre a designação e a realidade urbana, como é o caso da vila Guimarães, com maior desenvolvimento do que outras cidades.

²⁰¹ A.a.V.v – *Guimarães. Do Passado e do Presente*. Guimarães: Câmara Municipal, 1985. A maior parte das artérias que conhecemos neste período mantêm a mesma fisionomia na actualidade, modificando, em alguns casos apenas a sua designação. A título de exemplo observem-se as ruas de Santa Maria, Nova do Muro, Escura, Arrochela, Val-de-Donas entre outras.

desenvolvimento conservam-se inalteradas, centradas na rede viária, mas produzindo novos acontecimentos urbanísticos ao longo do seu percurso (...).”²⁰²

Naturalmente, que as intervenções realizadas a que se refere o autor, nada têm a ver com as preocupações estéticas manifestadas por D. Manuel na cidade de Lisboa, medidas capazes de “ [...] *tomar como um ponto de viragem da concepção medieval para a cidade burgueso-manuelina* ”²⁰³.

Guimarães, tal como todo o reino, manteve a sua fisionomia claramente medieval, as realizações urbanísticas manifestaram-se apenas em alguns edifícios construídos ou em intervenções do edificado preexistente, notando-se, neste sentido, a dificuldade de actuação nos centros urbanos de pequenas dimensões, amplamente construídos, e, por isso, de complexa renovação.²⁰⁴

Com efeito, pela centúria de quatrocentos encontramos no seguimento da Porta de Val-de-Donas, a referência a uma pequena capela evocativa de Santa Luzia, que havia de dar nome ao espaço circundante, e que assegurava a ligação desta vila à cidade de Braga²⁰⁵. Do mesmo modo se registou a descrição do hospital de S. Domingos em 1498 e a presença, já no século XVI do Padrão de D. João I. Ambos implantados numa das mais importantes vias de acesso entre a vila e a estrada de Vila do Conde, definiram, assim, o limite urbano do núcleo vimaranense neste período.

Paralelamente, assistiu-se na mesma altura, ao estabelecimento de construções religiosas de relevância, dentro da área amuralhada e nas artérias de maior prestígio da vila. A edificação da igreja da Misericórdia, iniciada em 1588, junto à Porta de S. Domingos é paradigma deste fenómeno²⁰⁶. Num contexto semelhante, a fundação do Convento de Santa Clara em 1553, deu origem ao alargamento da Rua de Santa Maria, formando um terreiro, que apenas no século XVIII iria alcançar estatuto de “praça nobre”.²⁰⁷ Do mesmo modo, a praça do Toural, apenas completamente estruturada no

²⁰²FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão – *A evolução da forma urbana de Guimarães (...), op. cit.*, pp. 23-24

²⁰³ FERREIRA, Maria da Conceição falcão – A casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV). *D. Manuel e a sua época. III Congresso Histórico de Guimarães, 3ªsecção – População, Sociedade, Economia (25 de Outubro de 2001)*, p. 281.

²⁰⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 283-284.

²⁰⁵ IDEM – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit.*, p. 303.

²⁰⁶ FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão – *A evolução da forma urbana de Guimarães (...), op. cit.*, p. 26. O seu interesse como espaço religioso, certamente foi responsável pela abertura da praça ou terreiro no mesmo período, significando, necessariamente, a demolição de alguma malha urbana.

²⁰⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 26

século XVII, foi também nobilitada, neste período, com a construção de um chafariz em 1583²⁰⁸.

Ao longo do século XVI, vários acontecimentos urbanísticos foram surgindo em espaços já definidos nos séculos anteriores. As reivindicações dos oficiais do concelho patentes na petição de 1516, que haviam de ser posteriormente deferidas, revelaram um conjunto de novos elementos no espaço urbano nomeadamente uma nova casa do concelho, porque a que possuíam “ [...] *era a peor do reino e muito desbaratada* [...]”²⁰⁹, bem como um relógio com todos os seus aparelhos, “ [...] *feito de novo por se desfazer a torre em que estava e se fazer outra de novo* [...]”²¹⁰ e um “[...] *chafariz que estava na praça ao pé da dita torre.*”²¹¹

Num outro domínio do “contexto urbano”, o conjunto de vereações seiscentistas visando minimizar a poluição dos espaços públicos da vila, ajudam-nos a perceber que problemas desta ordem certamente estariam presentes em séculos anteriores, e que também suscitariam medidas por parte das autoridades locais.²¹² O facto de em 1605, os responsáveis pela ordem da vila proibirem lançar água de peixe ou sardinha na Praça de S. Tiago e no mesmo ano, ordenarem que ninguém lavasse nos chafarizes da praça, sangue, hortalça ou panos, atestam a insalubridade do meio urbano em períodos anteriores.²¹³

No que respeita ao calcetamento da vila, mais uma vez as medidas conhecidas para o século XVII fornecem dados relevantes que elucidam sobre a inexistência de pavimentação em algumas artérias do centro urbano, logo também ausentes nos séculos XV e XVI, apesar de se atribuir a este período, o começo de uma preocupação sobre estes assuntos. Por se tratar de obras demasiado dispendiosas, quer a nível dos materiais exigidos, quer pela necessidade de uma mão-de-obra especializada, grande parte das artérias desta vila, à semelhança de tantas outras, só a partir dos finais da idade média se haveriam de pavimentar, não obstante a existência de algumas excepções.²¹⁴

²⁰⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 27. Entre outras medidas aplicadas, verificou-se próximo do terreiro de S. Sebastião, na zona denominada Carvalhas de S. Francisco, local de acentuado desnível, a construção de um muro de contenção junto à rua de Couros, sobre o qual em 1588, foi também colocado um pelourinho.

²⁰⁹ ALMEIDA, Eduardo de - *Romagem dos séculos (...), op. cit., p. 213*

²¹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 213

²¹¹ IDEM, *Ibidem*, p. 213

²¹² BRAGA, Alberto Vieira – *Administração seiscentista (...), op. cit., p. 129-251*

²¹³ FERREIRA, Maria da Conceição falcão – *Uma rua de elite (...), op. cit., p. 37, nota 43.*

²¹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 37. Neste contexto, insere-se inevitavelmente a Rua de Santa Maria.

IV. PARTE

DADOS PARA A RECONSTITUIÇÃO DA CASA CORRENTE

Dados para a reconstituição da casa corrente

Ao introduzirmos este capítulo, importa ter presente, antes de mais, que ao longo da análise das várias instituições assistenciais, fomos deixando entrever algumas considerações relativas à casa corrente em Guimarães.

Os dados que conseguimos obter através do conteúdo do tombo de 1498, juntamente com os emprazamentos do Cabido permitiram-nos compreender a situação física destas habitações no espaço urbano, o seu trajecto desde a sua doação até aos diferentes modos de rentabilização utilizados pelo proprietário, assim como nos possibilitou aferir os seus preços, conhecer os seus habitantes, a sua condição socioprofissional.

Por outro lado, os informes disponibilizados neste tipo de fonte, muito raramente nos deixaram divisar o universo da habitação propriamente dita, a sua morfologia, o modo de organização dos seus *repartimentos* etc. De um modo geral, podemos dizer que os dados supracitados nos facultaram *grosso modo* uma amostra reduzida de elementos associados à habitação, que naturalmente necessitaram de um apoio e de uma maior fiabilidade para se tecerem algumas afirmações sobre eles.

Nesse sentido, e porque o que se pretende é a reconstituição da casa corrente, tentamos recorrer a um maior número de estudos disponíveis em diferentes domínios, no intuito de nos aproximar dela, estabelecermos analogias, rupturas e continuidades com investigações realizadas em períodos anteriores.

A organização de itens que se segue foi estruturada como se de uma visita se tratasse ao universo habitacional, visualizando num primeiro momento o exterior, o local onde se inscreveu, a sua estrutura volumétrica para posteriormente penetrarmos no seu interior, sentirmos o seu grau de conforto, entendermos a sua organização e, por último, descobrirmos os diferentes modos como se apoderou, à semelhança de tantos outros cenários, do espaço vimaranense.

1. O Lote

“ [...] a desruralização da cidade é um fenómeno do século XIX.”²¹⁵

Face ao exposto, começemos, então, por analisar as parcelas onde as construções se inscreveram, bem como as diversas facetas que imprimiram na paisagem urbana vimaranense.

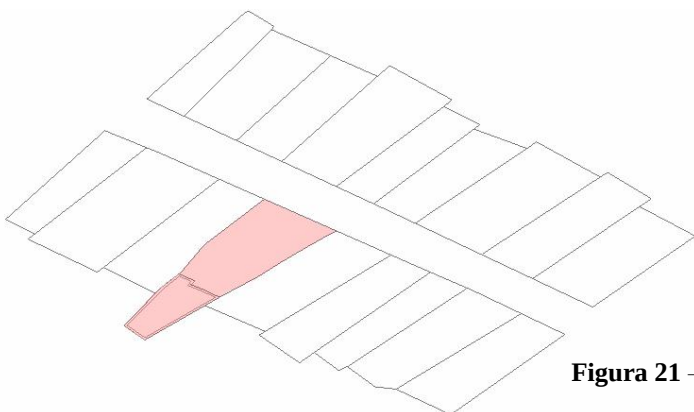


Figura 21 – Representação do lote

Os dados conseguidos através da observação das propriedades de algumas instituições fixadas nesta vila, permitiram-nos constatar que o lote adoptou, à semelhança de outras cidades, sobretudo do Norte do País, o seu conhecido aspecto rectangular, estreito e alongado.²¹⁶ Quer em núcleos urbanos fundados *ex-novo*, quer em cidades espontâneas/aditivas – caso em que se integra a Vila de Guimarães – podemos verificar a utilização sistemática da mesma estrutura de loteamento.²¹⁷

A questão prendeu-se, portanto, num primeiro momento, em tentarmos compreender as circunstâncias desta morfologia e a sua aplicação no caso concreto da vila de Guimarães. Pensamos que este ponto constitui um passo fundamental para percebermos o *modo de construir da cidade medieval*, que afinal de contas não é mais do que a projecção de todo um sistema social e cultural no próprio tecido urbano.

Muito pouco se sabe sobre a génese do lote godo²¹⁸. Nas palavras de Luísa Trindade “[...] quando a cidade medieval surge aos nossos olhos, o lote estreito e

²¹⁵ LE GOFF, Jacques - Por amor das cidades. Apud TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra* (...), *op. cit.*, p. 28

²¹⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 26

²¹⁷ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal* (...) *op. cit.*, pp 177-180.

²¹⁸ IDEM, *Ibidem*, pp. 41-42

profundo está já consolidado”²¹⁹, aventando, deste modo, a mesma autora, a hipótese de que terá sido “ [...] *algures na Alta Idade Média que este tipo de parcela urbana se configurou, “universalizando-se” rapidamente pela forma que se adaptava e respondia às necessidades da cultura urbana emergente.*”²²⁰

Estas necessidades terão sido, muito possivelmente, despoletadas pelo corte civilizacional operado pelo movimento da Reconquista²²¹. Efectivamente, e não obstante as alterações em outros domínios, terá sido aquando a conquista do território pelo domínio cristão face ao domínio islâmico que se procedeu à substituição de um “modelo” urbano por outro.²²²

Neste âmbito, não podemos deixar de mencionar o significativo processo de mudança de titularidade da propriedade urbana que conduziu a uma profunda mudança no modo de olhar a cidade.²²³ Desde logo, a repartição do território processou-se na divisão de unidades menores, levando o parcelário urbano a alterações significativas.

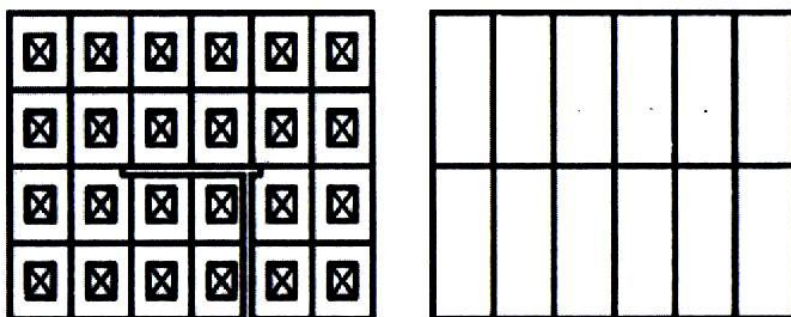


Figura 22 – Representação esquemática de um parcelário islâmico e posterior transformação em época cristã. Imagem retirada de TRINDADE, Luísa - *Urbanismo na composição de Portugal* (...), p. 80

Até aí, a prevalência do direito privado sobre o público, a liberdade concedida ao indivíduo na disposição e uso dos seus imóveis, e a sua organização social “*baseada em clãs e tribos de linhagem comum*”²²⁴, conferiam à cidade um carácter denso e aparentemente confuso²²⁵, onde a casa desempenhava o papel fundamental do fenómeno

²¹⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 42 Acrescenta, neste âmbito, a mesma autora: “ Para o caso português, a documentação é omissa em dados que permitam saber como o seu traçado se estabelecia. O facto, de não termos qualquer documento onde se determine a largura e a profundidade das e/ou ruas remete-nos exclusivamente para a observação e interpretação do cadastro ”.

²²⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 42

²²¹ IDEM, *Ibidem*, p. 41

²²² IDEM, *Ibidem*, p. 41. A afirmação de Luísa Trindade tem por base os vestígios ainda existentes nas cidades de Espanha, em Portugal a sua presença é quase nula.

²²³ IDEM, *Ibidem*, p. 79.

²²⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 64

²²⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 64

urbanizador, conforme nos demonstra a afirmação de Torre Balbás, “ [...] na *cidade muçulmana a casa precede a rua determinando o seu traçado*. ”²²⁶.

É precisamente nesta última citação que reside, talvez, a grande divergência entre os dois modelos urbanos em que nos debruçamos. A organização do parcelário medieval será realizada em função do traçado viário e não o contrário.

A necessidade do contacto directo com a rua “[...] *lugar de excelência do gesto humano, onde tudo se jogava e tudo se mostrava*”²²⁷, e a urgência de um melhor aproveitamento desse espaço, determinou a forma do lote medieval rectangular, estreito e comprido.

Recorrendo a frentes exíguas, as parcelas encostaram-se umas às outras “ [...] *concebidas como uma edificação entre paredes meãs* [...] ”²²⁸, na expectativa de aí fundar o maior número de habitações.²²⁹

O lote medieval assume, ao contrário do que acontecia no modelo islâmico, uma configuração muito precisa. Desde o início, a sua repetição em fileiras cerradas determinou a formação de quarteirões compactos de forma rectangular ou quadrangular que marcaram de modo indelével a organização da paisagem urbana.²³⁰

Embora não tenhamos dados que permitam conhecer o modo como o seu traçado se estabeleceu, a Vila de Guimarães, como tantas outras cidades medievais portuguesas, inscreveram-se no cenário anteriormente delineado. Se a documentação compulsada nos demonstra parte da realidade através das conhecidas confrontações entre prédios urbanos, a observação de plantas actuais não deixam dúvidas quanto aos vestígios do parcelário medieval nesta vila²³¹

Conjugando os dados disponíveis, pode-se afirmar que o lote na vila de Guimarães, assumiu, como já tivemos oportunidade de constatar, a feição de corredor estreito rectangular e alongado. Tendo em consideração que ao nível da largura, a fachada do edifício coincidia em termos de valores com o lote no qual se inscrevia, o mesmo não sucedia com o seu comprimento, sendo a parcela urbana frequentemente mais profunda que o espaço construído.

²²⁶ IDEM *Ibidem*, p. 64

²²⁷ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite (...)*, op. cit., p. 30

²²⁸ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal (...)* op. cit., p. 177

²²⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - Habitação popular urbana, no norte de Portugal medievo: Uma tipologia? Ou um modo de construir? *Cadernos do Noroeste*, 15 (1-2), 2001, (Série História1), p. 393

²³⁰ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal (...)* op. cit., p. 81

²³¹ Sobre este assunto veja-se o capítulo referente à persistência e continuidades das formas, paginas 127 à 132

Neste âmbito importa mencionar que o factor localização parece não ter influído, pelo menos no que respeita ao comportamento da largura do lote.

Tanto na zona intramuros como nos arrabaldes, a casa apresentou dimensões muito semelhantes, o que nos leva a ponderar que a disputa de uma rua ou, pelo contrário, a existência de uma maior liberdade construtiva não constituíram motivos suficientes para a determinação da sua morfologia.²³² Perfilhando a opinião de Luís Miguel Duarte, parece ter existido “ [...] *mais do que uma tipologia de construção uma tipologia de lote que pressupõe que estes precedem aquelas e que em grande medida, as condicionam ou pré-determinam.*”²³³ Isto não significa que as parcelas urbanas não demonstrassem algumas variações na sua configuração. Pelo contrário, ao longo do levantamento, podemos observar que os lotes tendencialmente são mais profundos nos arrabaldes, o que não nos causa estranheza dada a existência de um maior espaço livre em analogia com o espaço intramuros.²³⁴

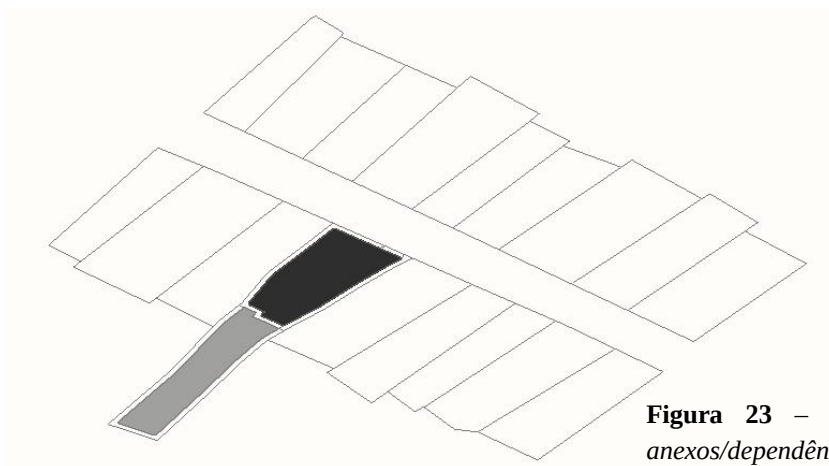


Figura 23 – Representação da extensão dos anexos/dependências face ao espaço construído da área habitacional.

Ao analisarmos o lote urbano não estamos, por conseguinte, a analisar somente a casa que o ocupa.

Como tivemos oportunidade de referir anteriormente, os dados disponibilizados demonstram-nos que as parcelas excediam frequentemente o espaço de

²³²Luísa Trindade, neste domínio, aponta a possibilidade de a dimensão do lote, estar subordinada ao uso racional de vigas de madeira, fundamentando assim, a dificuldade em se encontrar dimensões superiores a seis metros, particularmente mais dispendiosas. Tal não acontece com o comprimento do lote uma vez que nada impede que o mesmo se desenvolva. IDEM, *Ibidem*, pp.179-180.

²³³ DUARTE, Luís Miguel – Quando as casas se queriam pequenas: (espaço e medidas na Idade Média). Arquitectando espaços: da natureza à metápolis. Porto: Universidade do Porto. *Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património*, 2003, p. 189

²³⁴ Torna-se importante referir que o lote quer no espaço intramuros quer nos arrabaldes atingiu um comprimento que excedeu várias vezes a sua largura.

implantação do imóvel, sendo a sua parte posterior preenchida por outros espaços /dependências que completavam a imagem da habitação medieval.²³⁵

As informações recolhidas evidenciam claramente que um número elevado de habitações dispunha na sua parte traseira de exidos²³⁶, espaços não construídos, que podiam ser cultivados, e cujas dimensões excediam na maior parte das vezes a sua área residencial. A eles se deveram em grande parte a configuração do lote em corredor.²³⁷ São algumas as notícias que possuímos sobre estes quintais. Ainda que o número de informações não cubra, naturalmente, a realidade, contribuem em todo o caso para a confirmação da sua existência.

Em primeiro lugar, foi possível verificar em alguns registos documentais, que o acesso aos exidos seria realizado através de uma abertura na parte posterior da casa²³⁸. Do mesmo modo se constatou, que alguns destes logradouros dispunham de uma saída traseira para o espaço público. Salvo a referência a um exido situado na Rua dos Gatos, que se encontrava devidamente demarcado²³⁹, não possuímos informes relativamente à divisão destes espaços ou sobre o seu processo de vedação, necessidades que, muito provavelmente, existiram tendo em consideração os registos das frequentes invasões sobre o espaço privado.²⁴⁰

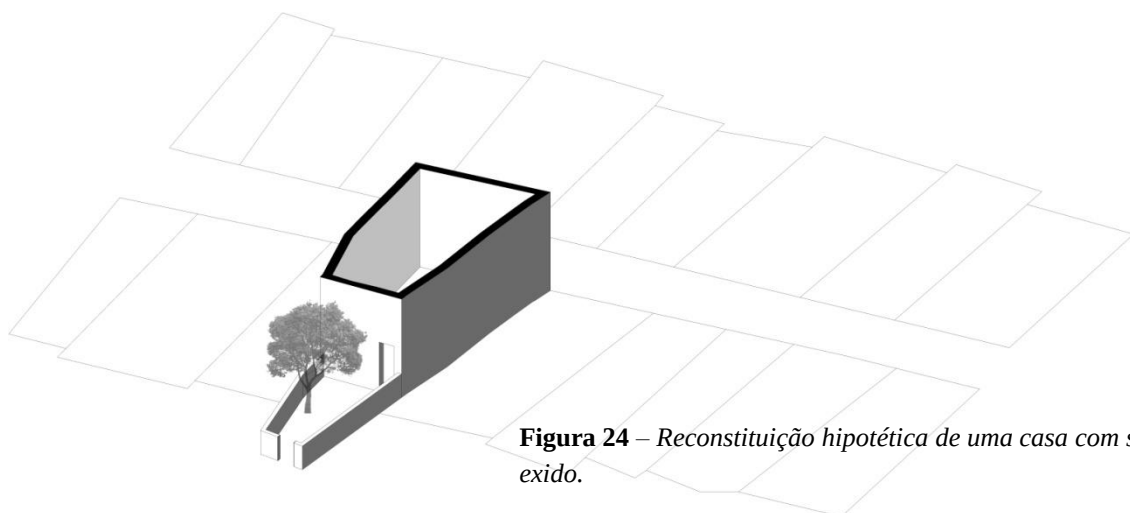


Figura 24 – Reconstituição hipotética de uma casa com seu exido.

²³⁵ TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra (...), op, cit.*, pp. 28-30

²³⁶ O que não quer dizer que todas as habitações dispunham de exidos. Estes quintais poderiam ser objecto de contratos de empraçamento a título individual ou em conjunto com a casa.

²³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 30

²³⁸ Sobre os resultados obtidos, vejam-se as tabelas inseridas no volume II do presente trabalho.

²³⁹ Atente-se à transcrição, “ (...) *A quall casa teem huum emxido per detrás marcado e devisado (...).*”

²⁴⁰ CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Volume II. Cascais: Patrimonia Histórica, 2000, p.388, nota 154. Sobre os processos de vedação, o mesmo autor refere alguns casos de muros construídos em pedra, admitindo, contudo, que estes não seriam a prática mais corrente, recorrendo-se, com mais frequência à vedação por sebes ou muros simples realizados com materiais menos nobres, como a taipa.

Os quintais arrolados pelas instituições caritativas vimaranenses, acompanharam, na maior parte das vezes, a largura das habitações às quais estavam contíguos, variando o seu comprimento como já mencionamos. Nalguns casos foi possível observar que o mesmo exido se encontrava partilhado por duas habitações “ [...] *As quaaes casas lhe asy foram emprazadas lhe foy dado hum emxido pera serventia das ditas casas (...).*”²⁴¹

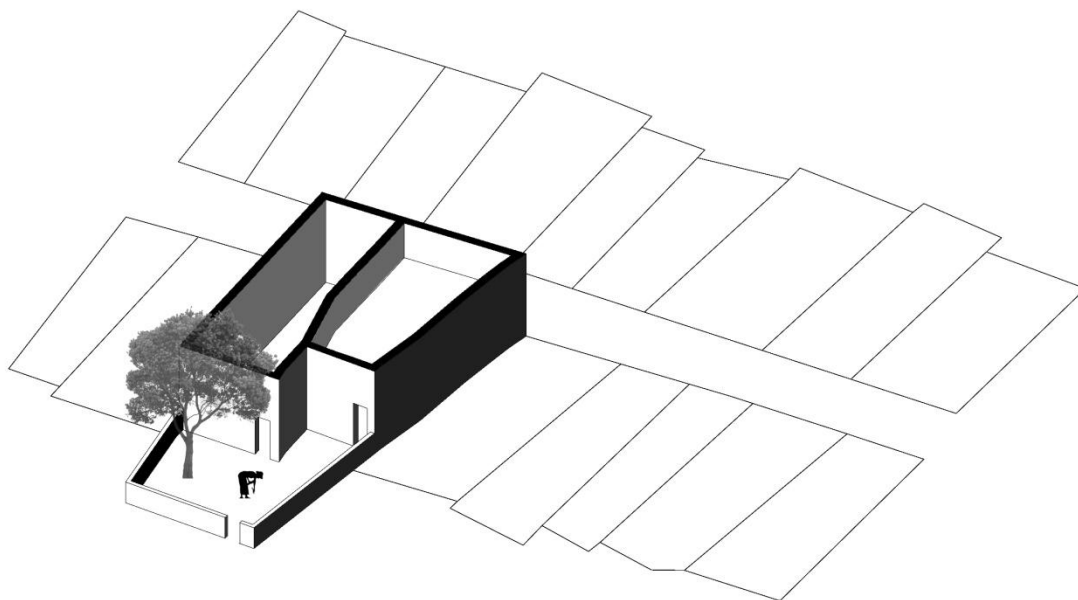


Figura 25 – Reconstituição hipotética de um exido partilhado por duas habitações.

De um modo geral, os exidos encontravam-se situados em todo o espaço urbano – intra-muros e arrabaldes - mesmo nas artérias mais disputadas como foram as ruas de Santa Maria, Mercadores, Nova do Muro, Escura e parte da Rua de S. Tiago²⁴², facto que nos demonstra a importância crucial destas pequenas áreas para os seus habitantes.

A julgar pela variedade de denominações que encontramos ao longo do inventário, pensamos que estes “anexos”, além de ampliarem naturalmente o espaço doméstico²⁴³ e assegurarem um segundo ponto de arejamento e iluminação²⁴⁴, serviram sobretudo como fonte de produção alimentar aos seus residentes.²⁴⁵ Neste âmbito, para

²⁴¹ MARQUES, José - *A confraria de S. Domingos de Guimarães (...)*, op. cit., p. 88

²⁴² FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *A casa comum em Guimarães (...)* op. cit., p. 286-287. Análise semelhante no estudo de TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...)*, op. cit., p. 29.

²⁴³ CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Uma Paisagem Humanizada (...)*, op. cit., p. 388.

²⁴⁴ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal (...)* op. cit., p. 74

²⁴⁵ CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Op. cit.*, p. 389. Para além destas funções, os espaços foram também utilizados na criação de animais e para zona de despejos domésticos.

além da alusão a exidos, detectamos a referência a hortas, almuinhas²⁴⁶, latas, bem como a menção a vinhas²⁴⁷, lagares, adegas e aloques que atestam a presença de edificações associadas ao armazenamento e transformação de produtos.²⁴⁸

Muito frequentes, de igual modo, foram os dados sobre os poços, localizados preferencialmente nos quintais da Rua de Santa Maria, bem como os fornos de pão tidos como “*elemento primordial da vila quotidiana*”²⁴⁹.

Através do conjunto diversificado de espaços e estruturas presentes na parte posterior da habitação fica, *grosso modo*, a visão de uma acentuada irregularidade do fundo do lote, cenário de resto comum a várias cidades portuguesas conforme nos demonstra a afirmação de Luísa Trindade na sua abordagem à habitação corrente em Portugal:

“ *A repartição do lote entre casa e quintal conferia uma duplicidade de imagem à cidade medieval: a densidade de construção sentida ao nível da rua pelo alinhamento cerrado de habitações, correspondia o espaço não edificado no miolo dos quarteirões.* ”²⁵⁰

Além do conjunto de exidos, que compunham uma significativa mancha verde na paisagem urbana, outros espaços não urbanizados ou pouco urbanizados se acharam com frequência na vila de Guimarães, tal como aconteceram para outros territórios.²⁵¹ Nesse sentido, chãos, chousos, pardieiros e, de um modo geral, espaços preenchidos por edifícios arruinados foram aproveitados pelos moradores para neles exercitarem alguns cultivos.²⁵²

²⁴⁶ As almuinhas encontravam-se vulgarmente emprazadas em unidades individualizadas.

²⁴⁷ Acerca da importância da cultura vinícola na vila de Guimarães veja-se FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit.*, p. 349.

²⁴⁸ DUARTE, Luís Miguel – *Quando as casas se queriam pequenas (...), op. cit.*, p.190

²⁴⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Op. cit.*, pp. 346 -348.

²⁵⁰ TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...), op. cit.*, p. 30

²⁵¹ CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Uma Paisagem Humanizada (...), op. cit.*, p. 389.

²⁵² IDEM, *Ibidem*, p. 389.



Figuras 26 e 27 – Representação da densidade de construções em analogia com os espaços verdes presentes no espaço intramuros e arrabaldes. (Planta 1570)

2. A Casa

2.1 O Exterior

2.1.1 – As Dimensões

Conhecida a constituição das parcelas urbanas, torna-se necessário procedermos, neste momento, à análise das dimensões das casas que ali se inscreveram.

A amostra de que dispomos, resultante do levantamento das instituições, revela-se diminuta no momento de tecermos algumas conclusões acerca das medidas da casa comum vimaranense. Indícios de uma realidade ainda muito lacunar, os valores conseguidos necessitam imperativamente, como já referimos, do recurso a outras fontes no sentido de se tornarem mais fiáveis.

Conjugando todas as informações obtidas através do capítulo das propriedades, pudemos divisar, ainda assim, as dimensões de cerca de duas dezenas de prédios situados no espaço intramuros e arrabaldes. Deste conjunto, são conhecidos o

comprimento de vinte e duas habitações e a largura de vinte e seis.²⁵³ Através desta pequena amostragem, verificou-se que a casa corrente nos finais do século XV possuía, em média, 4,1 metros de largura e 9,8 metros de comprimento²⁵⁴, valores muito semelhantes aos analisados por Alberto Sá, para este centro no mesmo período, ainda que o conjunto de casos seja aí significativamente mais representativo.²⁵⁵

Conforme tivemos oportunidade de analisar, para o conjunto de habitações afectas às Confrarias do Serviço de Santa Maria de Guimarães e S. Domingos²⁵⁶, constatou-se claramente a existência de uma maior dispersão em comprimento do que em largura, o que significou uma maior uniformidade das frentes das construções quando comparadas com a sua profundidade.²⁵⁷ O comportamento assinalado destes edifícios, sobretudo no que respeita ao seu comprimento, poderá ter estado associado ao espaço disponibilizado para a sua edificação, considerando os diversos elementos limitativos existentes no interior da cerca, inclusive a própria muralha em contraste com outros espaços largamente inocupados, situados maioritariamente no extramuros.²⁵⁸

Quadro I – Dimensões das casas

	Comprimento (metros)	Largura (metros)
Número de casas	22	26
Média	9,8	4,1
Valor mínimo	5,2	2,2
Valor máximo	14,3	6,6
Área média	40,2 m ²	

²⁵³ A diferença numérica entre a largura e o comprimento das habitações deveu-se à deterioração do documento que serve de fonte, que apagou algumas das informações relativas aos seus valores. SÃ, Alberto Manuel Teixeira de – *Op, cit.*, p. 80

²⁵⁴ Recorreu-se apenas ao cálculo da média, uma vez que a dispersão de valores conhecidos tende, no seu conjunto, a ser muito reduzida. Sobre outras medidas complementares de análise veja-se SÃ, Manuel Alberto Teixeira – *Op, cit.*, pp. 19-22

²⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 80. O autor procedeu ao levantamento da totalidade das instituições presentes no tombo de 1498.

²⁵⁶ Do conjunto de fontes analisadas, apenas as duas instituições mencionadas nos fornecem dados relativamente às dimensões das suas casas.

²⁵⁷ Em largura, os valores das casas registam uma maior frequência entre os três e os quatro metros; em comprimento, a sua variação é maior, situando-se, ainda assim as suas cifras preferencialmente entre os dez e os onze metros.

²⁵⁸ Importa referir, nesse sentido, a existência de espaços pouco urbanizados também no intramuros, designadamente na “Vila Alta”, claramente despovoada nos finais do século XV, bem como em outras ruas responsáveis pela transição entre os dois pólos (Sabugal, Gado, Infesta entre outras).

Por se tratar de um número reduzido de situações, não nos parece lícito interpretar os respectivos valores à luz da sua localização. Repare-se, a título de exemplo, que o valor mais alto em termos de comprimento encontrava-se numa habitação situada na Rua Nova do Muro, portanto, no interior da cerca, numa artéria de relativa importância, enquanto um dos valores mais baixos localizava-se no Toural, arrabalde do mesmo burgo.

Constitui, assim, o universo da habitação comum, uma realidade algo complexa, sendo necessário todas os informes possíveis sobre as confrontações que a envolveram bem como um conhecimento profundo sobre a malha urbana onde se inseriu.

Não obstante as dúvidas subjacentes às variações morfológicas, persiste, contudo, no domínio da casa comum, um dado indiscutível: a acentuada desproporção na relação entre largura/comprimento, sendo na esmagadora maioria dos casos conhecidos o edifício muito mais comprido do que largo, o que lhe conferiu o supracitado formato rectangular, estreito e alongado.

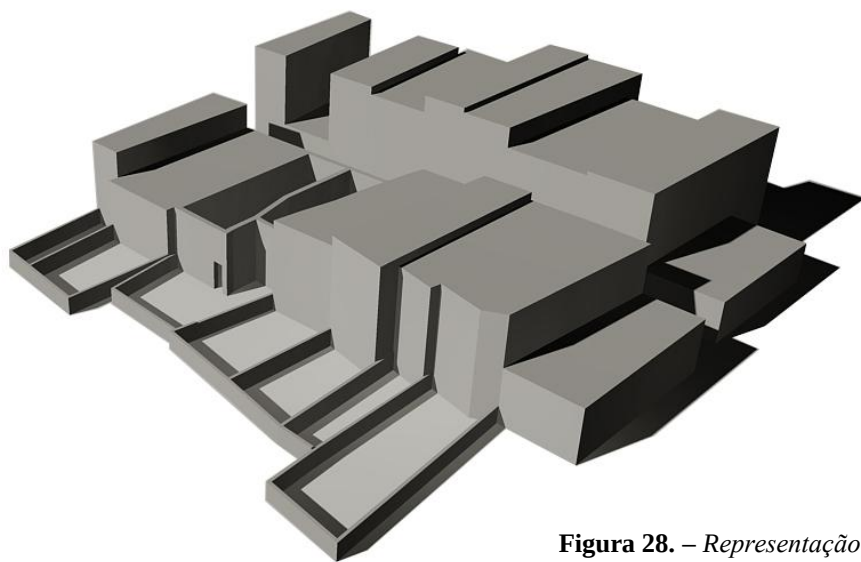


Figura 28. – *Representação da casa “corredor”*

Os dados disponibilizados pelo levantamento possibilitam-nos a afirmação de que os edifícios ultrapassaram frequentemente o dobro e, por vezes, o triplo da sua largura.²⁵⁹

Esta mesma constatação é, segundo as investigações realizadas por Maria Falcão Ferreira, observada pelo menos desde a centúria de Trezentos²⁶⁰, o que nos leva

²⁵⁹Valores semelhantes encontram-se registados nos estudos de SÃ, Manuel Alberto Teixeira – *Op, cit.*, pp. 84-85 e FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *A casa comum em Guimarães (...)* op, cit., p. 287.

mais uma vez a reflectir que a morfologia da casa corrente não teria resultado da limitação/disputa do espaço, mas simplesmente de um modo de construir, obviamente condicionado por um conjunto de diversos factores. Esta tendência, a julgar pelos diversos estudos realizados, parece ter sido corrente em todo o Norte de Portugal, assim como em outras cidades da Europa medieval, sendo menos frequente à medida que nos dirigimos para o sul mediterrânico²⁶¹

Do conjunto de informações registadas, podemos observar ainda, que a área de uma casa em Guimarães atingia, nos finais do século XV, uma média de 40,2 m², valores que em nada divergem das edificações do restante panorama nacional.²⁶²

Não obstante o reduzido número de situações detectadas, a área destas construções oscilou, maioritariamente, entre os 31-45 m², com cerca de dez casos, seguidos de apenas cinco ocorrências, em cujo espaço habitacional demonstrou uma variação entre os 16-30 m². Com expressão relativamente reduzida, foram, de igual modo registadas superfícies superiores aos 50m².²⁶³

Olhando a casa corrente em algumas vilas e cidades portuguesas, para a centúria de quatrocentos, obtemos valores muito semelhantes aos anteriormente apurados. Em Torres Vedras, por exemplo, as habitações possuíam, na sua maioria, superfícies inferiores a 50 m²²⁶⁴; em Barcelos as construções dispunham de 40 m²; em Lisboa metade das casas registaram uma média de 40,2 m²; em Alenquer e Óbidos detectaram-se áreas de 44 m²; Para o Porto os valores médios do espaço ocupado rondaram os 47 m² e na cidade de Coimbra, mantiveram-se pelos 45 m². Nem sempre as urbes portuguesas apresentaram valores inferiores aos 50 m². Por vezes, excederam em muito as cifras conhecidas para outros centros urbanos. Foi o caso de Torres Vedras com habitações de 52 m², Tomar com superfícies de 60 m² ou de Portalegre com uma área de implantação de 69 m².²⁶⁵

²⁶⁰ IDEM - Habitação popular urbana (...), *op. cit.*, p. 394

²⁶¹ IDEM, *Ibidem*, p. 384. Sobre este assunto observe-se ainda os seguintes estudos: SÃ, Manuel Alberto Teixeira – *Op. cit.*, p. 84; TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...)*, *op. cit.*, p. 31-32; CONDE, Manuel Sílvia Alves – A casa. In História da vida privada em Portugal. A Idade Média. Direcção de José Mattoso e Coordenação de Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Colecção Círculo de Leitores, 2010, p. 69.

²⁶² TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...)*, *op. cit.*, p. 31-32;

²⁶³ Os valores assinalados encontram-se em conformidade com as cifras aventadas por Alberto Sã na sua investigação, onde sustentou, com base num elevado número de dados, que em 46% dos casos, a área das construções variava entre os 31-50 m² SÃ, Manuel Alberto Teixeira – *Op. cit.*, p.86

²⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 86

²⁶⁵ O conjunto de valores mencionados estão inseridos no artigo de CONDE, Manuel Sílvia Alves – A casa (...), *op. cit.*, p. 68-69.

A habitação corrente em Guimarães nos finais da idade média, à semelhança de tantas outras cidades portuguesas e europeias, foi, pelo exposto, uma construção de dimensões muito reduzidas, o que não inviabilizou, naturalmente, a coexistência com outras edificações de espaços mais amplos.²⁶⁶

Comummente os estudos sobre a casa comum revelam que o comportamento da habitação – sobretudo no que diz respeito à sua superfície útil – variou em função da sua respectiva localização na malha urbana. Tendencialmente a área ocupada pelo prédio urbano, diminuía nas zonas de maior centralidade, isto é, no espaço intramuros mais concorrido e, por isso, mais caro e, tenderia, pelo contrário, a aumentar na sua periferia, “ [...] *onde a pressão urbanística era menor e sem restrições ao crescimento* [...] ”²⁶⁷.

Com efeito, a leitura dos dados disponibilizados não permitiu, na presente investigação, debruçar-nos sobre este assunto, como já havíamos referido anteriormente. A tabela experimental que decidimos elaborar sobre o estado da questão mostrou-se, obviamente, insuficiente no momento de tentarmos perceber se a existência da cerca limitara as dimensões das habitações, e de que forma se repercutira na sua morfologia.²⁶⁸

Perante a escassez de notícias, recorreremos, por isso, ao estudo de Alberto Sã que diante de uma amostra considerável, concluiu não existirem diferenças significativas nas dimensões das habitações para os espaços intramuros e arrabaldes.²⁶⁹

Naturalmente que em várias ocasiões a muralha terá estado na origem do constrangimento espacial de construções, ainda que não existam registos que o comprovem. Mas não será apenas este o motivo que justificou as dimensões exíguas da habitação em Guimarães, como para outros territórios quer no plano nacional como europeu.

São alguns os factores que têm sido apontados como responsáveis pelas dimensões reduzidas da casa medieval. Entre a já aludida actividade da muralha, frequentemente se menciona a disponibilidade financeira do respectivo proprietário/arrendatário²⁷⁰ e, neste domínio, o preço do terreno, da construção, assim

²⁶⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 68

²⁶⁷ TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...)*, op. cit., p. 36

²⁶⁸ Por tudo o que foi referido, decidimos não incluir a mesma tabela na presente investigação.

²⁶⁹ SÃ, Manuel Alberto Teixeira – *Op. cit.*, p.86. Segundo o autor, as maiores divergências na transição destes espaços, traduziram-se no aumento das dimensões dos exidos, que quando situados na periferia, ultrapassavam em média, cerca do dobro do vislumbrado no interior da cerca.

²⁷⁰ TRINDADE, Luísa – *Op. cit.*, p. 35

como o número de pessoas a alojar.²⁷¹ As razões apontadas não justificam na totalidade a morfologia da habitação medieval. Em locais onde não existia qualquer restrição de espaço, ou na ausência de condicionalismos económicos²⁷², a casa permanecia pequena.

Tais circunstâncias têm levado a que alguns historiadores, nomeadamente Luísa Trindade, aventem como possibilidade para o tamanho da habitação, as razões culturais.

De facto, tal como a configuração da rua, a casa medieval pode ter estado associado à concepção espacial dos homens e, sobretudo aos fins que lhes destinaram. Sendo “ *a noção de conforto [...] na Idade Média, um conceito rudimentar*”²⁷³, a casa foi, neste período, local de refúgio e, sobretudo um local para pernoita – relembre-se a importância da rua face à habitação. Nesse sentido, terá cumprido apenas as necessidades básicas, razão que explica a quase ausência de compartimentações, a falta de privacidade, e a escassez do mobiliário.²⁷⁴

2.2.2 - A Sobreposição de Pisos

“*O alteamento foi, por toda a parte, a resposta encontrada para fazer face ao crescimento das cidades*”²⁷⁵

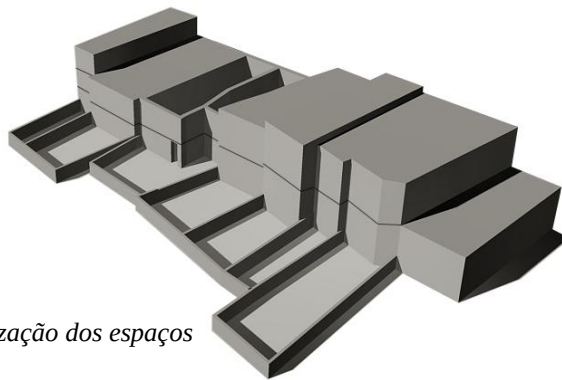


Figura 29. – A sobreposição de pisos e a rentabilização dos espaços

Casas que se queriam pequenas, segundo a designação de Luís Miguel Duarte²⁷⁶ constituíram, pelo exposto, o modelo habitacional predominante em toda a Idade Média, particularmente no que respeita à casa corrente.

²⁷¹ DUARTE, Luís Miguel – *Quando as casas se queriam pequenas (...), op., cit.*, p. 189

²⁷² Exemplos paradigmáticos desta situação são as dimensões das casas-torres edificadas pela pequena e média nobreza. Sobre o assunto veja-se BARROCA, Mário Jorge Barroca - «Torres, Casas- Torres ou Casas-Forte. A concepção do espaço de habitação de pequena e média nobreza na baixa Idade Média (séculos XII-XV) », *Revista de História das Ideias*, 19, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997, pp. 39-103.

²⁷³ TRINDADE, Luísa – *Op. cit.*, p. 36

²⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 36

²⁷⁵ IDEM, *Ibidem*, pp. 38-39

A presença desta norma construtiva haveria, contudo, de trazer alguns inconvenientes na vivência quotidiana das populações deste período.

Os informes disponíveis permitem, efectivamente, percebermos que confrontado com a escassez de espaço disponível, o Homem Medieval recorreu, inevitavelmente, a um conjunto de artifícios no sentido de aumentar toda a potencialidade residencial das suas habitações.

O “assentamento de casas”²⁷⁷ parece ter sido uma das soluções detectadas em Guimarães para ampliar a superfície útil das construções. Entre alguns exemplos, destacou-se o caso de Pero Fernandes, ferreiro, que havia emprazado à Confraria de S. Domingos de Guimarães, um conjunto de quatro casas na Rua dos Gatos, ocupando um espaço de cerca de 370 m².²⁷⁸

Com maior frequência assistiu-se à prática de alteamento dos imóveis. À semelhança de outras cidades portuguesas, o crescimento demográfico sentido na vila de Guimarães nos séculos XV e XVI²⁷⁹, levou a uma necessidade crescente de rentabilizar os espaços disponíveis, sobretudo nas áreas mais importantes, como os espaços próximos da igreja de Nossa Senhora da Oliveira, centro religioso, político e social por excelência.

As notícias arroladas através da análise das instituições religiosas vimaranenses proporcionam-nos dados fundamentais para visualizarmos a altimetria das edificações nesta vila, ainda que, mais vez, a amostra seja relativamente reduzida para nos aventurarmos em algumas convicções.

Da análise do quadro seguinte, apenas trinta e sete casas se revelaram passíveis de alguma análise quantitativa, relativamente ao número de pisos. Deste conjunto, foram contabilizados quatro habitações térreas, vinte e seis com um sobrado e sete com dois sobrados.²⁸⁰ Não foram detectadas casas com uma altimetria igual ou superior a

²⁷⁶ DUARTE, Luís Miguel – *Quando as casas se queriam pequenas (...), op. cit.*, p. 183

²⁷⁷ TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...), op. cit.*, p. 38. O assentamento de casas consistia, segundo a mesma autora na “[...] junção de várias unidades habitacionais que, ainda que sem ligação directa entre si, se encontravam na posse de uma só família ou locatário.”

²⁷⁸ Cf. Tabela correspondente ao levantamento da confraria de S. Domingos no volume II.

²⁷⁹ MARQUES, A. H de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das cidades medievais*. Vol I, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação científica, 1990, p. 15. População na Vila: 4500 habitantes - (finais do século XIV); 5000-5500 hab. - (1422) ; 7230 - (1527).

²⁸⁰ Neste âmbito, atente-se ao elevado número de prédios de tipologia desconhecida (181), que decidimos não considerar em nenhuma das outras categorias presentes no gráfico, dada a elevada margem de erro que a sua análise implicaria. Sobre outras metodologias adoptadas veja-se TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...), op. cit.*, p. 42. Sobre este tema, a autora menciona o seguinte: “ Segundo alguns autores o termo casa deverá equivaler a um único piso, «omitindo-se o qualificativo por

três sobrados, tal como se pode constatar para as habitações corrente da maior parte dos centros urbanos em Portugal.²⁸¹

De um modo geral, podemos verificar que, maioritariamente, as casas na vila de Guimarães encontravam-se sobradadas, tendência, aliás, já constatada desde a centúria de Trezentos.²⁸²

Estas construções encontravam-se localizadas, naturalmente, nas artérias mais próximas do ponto nevrálgico constituído pela igreja e praça de Nossa Senhora da Oliveira, onde existia uma maior pressão demográfica, como já vimos.

De entre as ruas sobressaem a Rua Nova do Muro, Mercadores, Sapateira e, nos seus arrabaldes a rua dos Gatos e rossio do Toural.

Quadro I – Distribuição da tipologia das casas pelas ruas

Ruas	Térreas	1 Sobrado	2 Sobrados	Desconhecido	Total
Rua Nova do Muro	-	3	2	11	16
S. Paio	-	1	-	2	3
Rua Sapateira	-	-	2	19	21
Rua dos Mercadores	-	-	3	4	7
Rua das Flores	-	1	-	3	4
Rua de Couros	1	-	-	1	2
Rua da Caldeiroa	-	2	-	8	10
Rua da Infesta	-	1	-	1	2
Rua dos Gatos	3	12	-	9	24
Toural	-	5	-	-	5
Porta de S. Domingos	-	1	-	3	4
Outras ruas (21)	-	-	-	21 (120 casas)	120
Total	4	26	7	181	218

corresponder a uma situação geral». Outros, pelo contrário consideram que «não estando especificado se a casa é chã ou tem sobrado, se deve considerar que tem rés-do-chão e andar».

²⁸¹ IDEM, *Ibidem*, pp. 44-45. Situações excepcionais verificaram-se nas cidades de Lisboa e no Porto, onde em determinadas artérias os prédios urbanos atingiram os três e os quatro pisos.

²⁸² FERREIRA, Maria da Conceição falcão – *Uma rua de elite (...)*, op, cit., p. 222, nota 21.

2.1.3. Materiais e Técnicas de Construção

Os dados disponibilizados através do levantamento da propriedade urbana das instituições estudadas não nos esclarecem sobre os diferentes materiais que entraram na composição da casa comum em Guimarães.

Perante a ausência total de dados, socorremo-nos, por isso, da investigação realizada por Maria Conceição Falcão Ferreira, que se debruçou sobre o mesmo tema, ainda que o período cronológico nele abrangido incidisse, particularmente, nos séculos XIV e XV.²⁸³ Dada a persistência das formas e dos materiais presentes na habitação medieval, decidimos, por conseguinte, direccionarmo-nos para uma metodologia de avanços e recuos cronológicos de modo a conseguirmos apreender o máximo de dados possíveis sobre o assunto supracitado.

São sobretudo os contratos de empraçamentos os subsidiários dos detalhes informativos relativos aos materiais e técnicas de construção. No registo das beneficiações impostas pelos prazos, surgem ocasionalmente condições pormenorizadas onde se inscrevem os materiais e técnicas a serem utilizados.²⁸⁴ Apesar de constituírem dados pontuais, que apontam para um cenário ainda muito incompleto, não podem deixar de ser mencionados, uma vez que confirmam, efectivamente, a sua presença no complexo habitacional.

Não existem dúvidas, no momento de afirmar que a madeira foi o material predominante na construção da casa corrente quer na vila de Guimarães como em quase todas as cidades portuguesas e europeias.²⁸⁵ O conceito de dividir o país num Norte de granito e num Sul de barro encontra-se actualmente ultrapassado e amplamente refutado por diversos autores, quando aplicado à construção comum nos séculos medievais.²⁸⁶

Nesta mesma linha de raciocínio, perfilhando a opinião defendida por Pierre Garrigou Grandchamp, Maria da Conceição Falcão Ferreira afirmava que “[...] *no processo construtivo, os fenómenos culturais e económicos se revelavam mais determinantes que as condições naturais*”²⁸⁷.

²⁸³ Os trabalhos de investigação de Maria Conceição Falcão Ferreira têm sido referidos ao longo deste estudo, pelo que não achamos necessário inclui-los novamente. Nesse sentido, remetemos para as notas anteriores.

²⁸⁴ TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...), op. cit.*, p. 77

²⁸⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 89

²⁸⁶ IDEM, *Ibidem*, pp. 83-84.

²⁸⁷ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Habitação popular urbana (...), op. cit.*, p. 385

De facto, e direccionando-nos particularmente para a situação de Guimarães, localizada no coração da civilização do granito, verificou-se naturalmente, que o recurso à madeira superou largamente o recurso à pedra, este último apenas utilizado em elementos estruturais da construção da casa.²⁸⁸

Ainda sobre este assunto, Luísa Trindade concluía nos seus estudos acerca da habitação corrente em Portugal, a presença sistemática da mesma associação de materiais – onde a madeira naturalmente predominava - em diferentes regiões do país, ainda que com algumas variações.²⁸⁹

Olhando a vila de Guimarães, o recurso à madeira verificou-se com preponderância em vários elementos da construção urbana. Pelo que ficou registado, utilizou-se “ [...] *na feitura dos sobrados, divisórias dos aposentos, armação dos telhados e, como elemento estruturante, da taipa dos frontais e, por vezes, de paredes. Portas, janelas, escadas interiores e por vezes os próprios lintéis.* ”²⁹⁰ Foram várias as razões que justificaram o seu peso nas construções mais modestas. Desde logo, a proximidade das matas dos centros urbanos, a facilidade do seu transporte e os preços baixos,²⁹¹ proporcionaram o seu aproveitamento em todo o território nacional.

A facilidade de construção em madeira permitiu, por outro lado, uma edificação consideravelmente rápida, sem recurso a uma mão-de-obra especializada, ficando assim frequentemente a cargo do respectivo proprietário ou foreiro a sua construção.²⁹²

Pelo exposto, torna-se importante ressaltar, como lembra Simone Roux que “ [...] *a ausência de monumentos e de construções de pedra, não significa necessariamente uma perda de capacidades técnicas de uma sociedade que encontra outros modos de habitar. A arquitectura em madeira requer também qualidades e acumula progressos – tem o inconveniente de não deixar senão poucos vestígios da sua*

²⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 385

²⁸⁹ TRINDADE, Luísa – *Op. cit.*, pp. 77-95

²⁹⁰ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Habitação popular urbana (...)*, *op. cit.*, p.390. A mesma autora refere, que de acordo com a documentação encontrada, além do pinho, as espécies arbóreas mais utilizadas terão sido o carvalho, castanheiro e a Cerdeira.

²⁹¹ TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...)*, *op. cit.*, p. 86. As peças de madeira de menor dimensão e menos trabalhadas seriam as mais utilizadas neste tipo de construções, já que as peças inteiriças tinham um custo mais elevado, reservando-se estas, para as estruturas mais nobilitadas. Ainda sobre este assunto, a mesma autora aventa a hipótese de uma livre utilização das madeiras dos bosques, tal como acontecia em Castela.

²⁹² IDEM, *Ibidem*, p. 86

existência”²⁹³. A comprovar a sua presença em espaços nobilitados, registou-se a menção à Rua Nova de Lisboa ou por exemplo, ao edifício da Casa da Câmara do Porto, que até meados do século XIV, se encontrava contíguo à Sé.²⁹⁴

A forte componente de madeira detectada nestas habitações tornaram-nas extremamente frágeis e facilmente deterioráveis, o que determinou o seu restauro amiúde, patente aliás, nas constantes exigências no domínio das benfeitorias impostas nos contratos.²⁹⁵

Situando - se a Vila de Guimarães numa região com uma humidade relativamente alta durante todo o ano – característica aplicável a todo o noroeste português ²⁹⁶ - os materiais tornaram-se mais vulneráveis e, conseqüentemente, pouco duradouros²⁹⁷. Fora necessária, por isso, como refere Fernando Távora, “ [...] *proteger os ditos materiais, afastando-os do chão, fazendo beirados salientes pintando as fachadas, ou revestindo-as de argamassa* ”²⁹⁸. Nesse sentido, recorreu-se no que respeita às fundações à utilização da pedra, não só, certamente, por este motivo, mas de igual forma por razões estruturais.²⁹⁹

Tendo em consideração os vestígios que chegaram até à actualidade, a solução ideal no edificado parece ter passado, naquele período, pela construção em pedra ao nível do solo até ao sobrado e a utilização de madeira para os pisos superiores, processo denominado por construção mista.³⁰⁰

Além da omnipresença da madeira e de uma utilização devidamente ponderada do granito³⁰¹, outros materiais interferiram na constituição da habitação corrente em Guimarães. O barro, a palha e adobe assumiram, não só neste burgo, uma função

²⁹³ ROUX, Simone – La maison dans L’Histoire. Apud FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit.*, p. 335

²⁹⁴ TRINDADE, Luísa – *Op. cit.*, pp. 87-88

²⁹⁵ FERREIRA, Maria da Conceição – *Uma rua de elite (...), op. cit.*, p. 226

²⁹⁶ RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. Lisboa: Edições João Sã da Costa, 1991.

²⁹⁷ TRINDADE, Luísa – *Op. cit.*, p. 90. A precariedade da habitação comum encontra-se patente numa situação exemplo da mesma autora, quando refere que “(...) *uma inundação ou uma enxurrada mais forte era suficiente para fazer desabar uma edificação.*”

²⁹⁸ TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António - «Zona I- Minho» in *Arquitectura Popular em Portugal*. 2ªed., Lisboa: Edição dos Arquitectos Portugueses, 1980, p. 85

²⁹⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Habitação popular urbana (...), op. cit.*, p. 386. Sobre as pedreiras detectadas para o abastecimento da vila de Guimarães veja-se IDEM – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit.*, p. 330.

³⁰⁰ CASTILHO, Liliana Andrade de Matos e – *Espaços e Materiais na arquitectura doméstica da Rua Direita de Viseu no século XVI. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2006/2007, I Série vol. V-VI*, p. 127.

³⁰¹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit.*, p. 330.

primordial³⁰². O tijolo foi largamente utilizado pelas suas qualidades, nomeadamente, de resistência ao fogo, frio e intempéries³⁰³ e o ferro, único metal registado neste domínio, surgiu particularmente associado à segurança das casas, “ [...] *caravelhas, chaves, fechaduras, armelas [argola com que se enfia cadeado, ou ferrolho para fechar as portas], e cadeados,* ”³⁰⁴ bem como a pormenores construtivos.

No conjunto denominado *grosso modo* como *pregadura*, faziam parte os “[...]“*pregos*” *de madeira, ou seja, pequenos pedaços talhados que uniam os elementos, para além da técnica de construir as peças de modo a encaixarem-se umas nas outras, sem necessidades de pregos.*”³⁰⁵.

A combinação de vários materiais designadamente o barro, cal, a palha, a terra e a água possibilitaram, entre outras funções, a realização de cimentos e argamassas³⁰⁶ quer para a união de elementos de construção, quer para diminuir as irregularidades das fachadas, que por fim receberiam o reboco, revestimento necessário tendo em conta o clima daquela região.³⁰⁷

Ainda no domínio dos processos construtivos, espaço privilegiado para a onnipresença da taipa, que podia significar um material (adobe, barro amassado) e, sobretudo uma técnica de construção.

No caso concreto de Guimarães, a ajuizar pelos indícios que chegaram até nós, terá predominado a taipa de fasquio e, especialmente, a taipa de rodízio, mais resistente, e difundida quer nas construções intramuros quer nas construções nos arrabaldes.³⁰⁸

Muito outros materiais terão estado presentes na casa comum dos finais da Idade Média. Ainda que a documentação conhecida não registe a sua existência, não significa, naturalmente, que outros elementos não tenham existido, particularmente na documentação que ainda há por conhecer. Neste âmbito se insere perfeitamente a presença do vidro em Guimarães, apenas documentado no século XVIII numa das

³⁰²IDEM - *Habitação popular (...), op. cit.*, p. 387

³⁰³IDEM – *A casa comum em Guimarães (...), op. cit.*, pp. 287 - 288.

³⁰⁴IDEM - *Habitação popular (...), op. cit.*, p. 390. A presença do trabalho do ferro está patente na toponímia urbana designadamente nas ruas da Forja e das Ferrarias.

³⁰⁵IDEM - *A casa comum em Guimarães (...), op. cit.*, p. 290

³⁰⁶IDEM - *Habitação popular (...), op. cit.*, p. 392. “ *Não deixa de ser curioso referir se conhece, para a primeira metade do século XVI, uma receita portuguesa de betume, para a construção civil. Entre os ingredientes, contava-se o tijolo vermelho, escora de ferro, seixo branco, cal peneirada e azeite.* ”

³⁰⁷IDEM, *Ibidem*, p. 392.

³⁰⁸IDEM, *Ibidem*, p. 390. A autora chama a atenção para a diversidade de significados que o conceito taipa podia ter, variando o seu significado quer a nível europeu, quer nas próprias regiões portuguesas.

portadas de uma casa na rua de S. Tiago, apesar de sobejamente conhecido nas centúrias anteriores.³⁰⁹

2.1.4. As Coberturas

O levantamento realizado sobre as propriedades das instituições de 1498 registou, ainda que em reduzido número, alguns materiais responsáveis pela cobertura das edificações que tratamos no presente estudo.

Como temos vindo a proceder para outros momentos da investigação, concentramo-nos antes de mais, nos estudos já elaborados para este centro, bem como para o restante panorama nacional.

Neles, e direccionando-nos particularmente para o assunto em questão, se verificou desde logo, que a utilização da telha, na centúria de quatrocentos, estava já amplamente generalizada para o espaço urbano vimaranense, assim como para as restantes vilas e cidades.

Ainda que a imposição de telhar as construções urbanas apenas fosse ordenada pela Câmara, nos inícios do século XVII³¹⁰, a tendência, segundo Maria Conceição Falcão Ferreira, era já na centúria de Trezentos para revestir de telha as coberturas das habitações vimaranenses³¹¹.

Sobre uma armação de madeira – composta pelos caibros, peças de madeira que ligavam a cumeeira aos frechais, e nos quais assentavam as ripas - assentava a telha³¹², na maior parte das vezes sem forro.³¹³ Seriam os telhados de Guimarães, segundo prática ainda corrente, em média de duas águas³¹⁴, situando-se a cumeeira paralelamente à artéria “ [...] e não no sentido longitudinal...Assim se entendem os beirais salientes, e não inclinados para o telhado do vizinho ”.³¹⁵

O predomínio da telha não significou, todavia, a inexistência de outro tipo de coberturas mais rudimentares como o colmo ou a palha. Fica nesse sentido, documentado para Guimarães, nos finais do século XV, a permanência de casas terreiras

³⁰⁹ IDEM – Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit., pp. 342-343

³¹⁰ BRAGA, Alberto Vieira – Administração seiscentista (...), op. cit., p. 129; Vereação (1605): “ Em 15-VI acordaram que ninguém na vila e arrabaldes tenha casa ou palheiro colmado, mas sim de telha.”

³¹¹ IDEM - Habitação popular (...), op. cit., pp. 395

³¹² IDEM, *Ibidem*, p. 397

³¹³ IDEM, *Ibidem*, p. 397

³¹⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 396-397

³¹⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 397

cobertas de colmo em artérias mais pobres do intramuros, nomeadamente nas ruas do Gado e Sabugal.

A coexistência de habitações colmadas e telhadas não foi, aliás, um fenómeno incomum. Duarte de Armas, nas vistas panorâmicas do Livro das Fortalezas, representou-as em diversas regiões como Outeiro, Vimioso ou Montalegre e, em menor número em Tomar, Santarém, ou na Vila de Torres Novas.³¹⁶

Por motivos de segurança e protecção, as habitações colmadas ou palhaças foram sendo progressivamente substituídas pela aplicação da telha. No cenário europeu são várias as disposições conhecidas nesse sentido, a título de exemplo “ *Na cidade castelhana de Béjar a não aplicação da telha pode levar à expropriação do imóvel [...]*³¹⁷ *Em Bruges, nas últimas décadas do século XIII, já só são admitidos telhados de telhas [...]*³¹⁸. Para Portugal, embora não estejam documentadas estas preocupações, ainda assim grande parte das construções dos seus centros urbanos estavam já, no século XV, cobertos com telha.

2.2. O Interior

“ *En el interior de las casas más humildes, una misma habitación o a lo sumo dos, sirven para todos los usos...evidencian que la pobreza reduce el espacio privado y comprime a sus integrantes hasta la promiscuidad.* ”³¹⁹

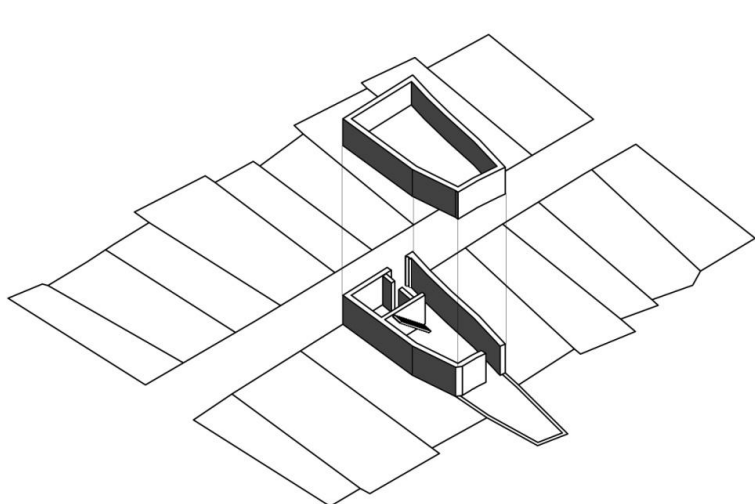


Figura 30 – Reconstituição hipotética do espaço privado de uma habitação

³¹⁶ TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...)*, op. cit., p. 93.

³¹⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 94.

³¹⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 94.

³¹⁹ RODRIGO ESTEVAN, Maria – La Vivienda urbana bajomedieval: Arquitecturas, conflictos vecinales y mercado inmobiliario (Daroca, siglo XV). *STVDIVM. Revista de humanidades*, 11 (2005) p. 53

A tentativa de penetrarmos no espaço privado da habitação revelou-se significativamente complexa quando comparada com a análise do seu respectivo espaço exterior, muitas vezes assunto do domínio público.

Pretendeu-se, com o presente assunto, alcançar uma maior compreensão acerca do modo como se organizaram os escassos repartimentos que definiram a casa comum vimaranense, as funções a que se destinaram, o grau de conforto e intimidade que ofereceram, os objectos indispensáveis que preencheram o seu espaço, em suma, procurou-se conhecer uma outra faceta do Homem medieval, “mais privada” e, nesse sentido, muito mais difícil de alcançar, sobretudo quando grande parte do seu tempo se passava no domínio do “espaço público”. Haveria apenas o Toque das Trindades, comunicar o recolher das populações às suas casas.³²⁰

As informações disponibilizadas no levantamento das propriedades vimaranenses, à excepção de uma ou outra referência indirecta, não nos permitem qualquer reflexão sobre o assunto. Silêncio semelhante ocorre em algumas cidades e vilas medievais portuguesas, conforme nos demonstram alguns estudos versados no mesmo tema.³²¹

As fontes arquivísticas, particularmente as que se referem à vila de Guimarães, não parecem ter captado indicações sobre o espaço privado residencial. Na maior parte das vezes, os tabeliães redigiam os dados fundamentais conforme a natureza do acto, e, muito raramente, incluíam alguns pormenores sobre a habitação.³²² Exemplificativo desta situação são as doações e os testamentos onde se deixavam as casas “ [...] *com todos os seus bens – manda de casas com a roupa e com as coisas que aí há.* ”³²³, assim como a alusão à “*casa perfeita*”³²⁴, suprimindo todos os aspectos que poderiam descrever o espaço interior da habitação.

Ainda assim, certos documentos deixam, ainda que de modo ténue, divisar alguns momentos em que uma “breve invasão” ao interior das construções se proporcionava. Efectivamente, os contratos lavrados à porta das habitações, também se redigiram no seu interior; aí tabelião e testemunhas teriam ocupado algum

³²⁰ BRAGA, Alberto Vieira – *As vozes dos sinos na interpretação popular e a indústria sineira em Guimarães*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1936, p.25

³²¹ FERREIRA, Maria Conceição Falcão – *A habitação popular (...), op, cit*, pp. 397-398 ; SÃ, Manuel Alberto Teixeira – *Op, cit.*, p.78

³²² FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite (...), op, cit.*, p. 231

³²³ IDEM – *A casa comum em Guimarães (...), op, cit.*, p. 295

³²⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 295

compartimento,³²⁵ certamente “mais público”, podendo-se descortinar mesas e alguns bancos para se sentarem.³²⁶ Do mesmo modo, em algumas situações se registou a entrada violenta de oficiais da justiça nas habitações, que por motivos de incumprimento, confiscavam alguns bens dos foreiros³²⁷; em outros momentos, arrombavam-se as portas, assaltavam-se as habitações, furtando-se as mantas e as arcas³²⁸.

Foi, porém, frequentemente em torno dos assuntos associados à morte, que mais se colheram dados sobre os diversos domínios do privado. Era na casa, no *leito*, que o Homem Medieval à hora da sua morte ditava as suas últimas vontades, e fazia a sua passagem rodeado por familiares e amigos³²⁹.

E foram precisamente as disposições testamentárias, o suporte fundamental para a nossa investigação, possibilitando-nos através de alguns elementos – ainda que com as devidas reservas - uma reconstituição de um privado, extremamente difícil de transpor.

Antes de nos debruçar sobre este assunto, importa iniciarmos o estudo da casa pela análise da sua organização espacial, ou seja, pelos seus repartimentos, não esquecendo a sua complexidade, já discutida aliás, por vários autores para outros centros urbanos.³³⁰

Conforme já mencionado, muito pouco conseguimos apurar sobre os espaços que configuraram a casa em Guimarães nos finais da Idade Média.

O estudo das propriedades das instituições apenas revelaram informações pontuais nomeadamente a alusão a uma casa com *sobrecozinha*, localizada na Rua dos Gatos, propriedade da Confraria de S. Domingos³³¹ e, uma outra casa, pertencente ao Cabido, cuja cláusula do contrato mencionava entre outros elementos a construção de uma cozinha. A localização desta divisão, no sobrado, foi, segundo Luísa Trindade, prática corrente, dada a facilidade na extracção dos fumos e cheiros mas de igual modo

³²⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 293

³²⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 293

³²⁷ IDEM, *Ibidem*, p.293

³²⁸ DUARTE, Luís Miguel; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Dependentes das Elites Vimaraneses Face à justiça no reinado de D. Afonso V. Porto: Faculdade de Letras, 1989, p. 207-221.

³²⁹ BEIRANTE, Maria Ângela – *Para a História da Morte (...)*, op. cit., p. 376

³³⁰ Cf. nota 313

³³¹ Cf. Tabela correspondente ao levantamento da propriedade da confraria de S. Domingos de Guimarães

como forma de prevenção dos incêndios, considerado elemento temível e devastador do tecido urbano.³³²

De um modo geral, recorrendo mais uma vez aos exemplos compilados por Maria Conceição Falcão Ferreira, podemos observar que a casa corrente na Guimarães dos séculos XV e XVI revelou, à semelhança de outras cidades e vilas, um esquema típico do seu tempo.³³³

De construção simples, pouco compartimentada e plurivalente, a habitação vimaranense deste período terá sido constituída, *grosso modo* por loja ou sótão - repartimento situado no piso térreo, por vezes, utilizado como local de venda de produtos, adega e outros anexos de apoio à estrutura familiar - e sobrado, este último com algumas variações, alternando entre uma cozinha, câmara e, por vezes, uma sala, câmara e cozinha, divisões que segundo a mesma autora traduziram “ [...] *um privado mais público – a cozinha, a sala, e um espaço de maior recanto, o quarto ou câmara, voltado se possível para as traseiras.*”³³⁴

Apesar destas considerações, a reconstituição de uma ou mais tipologias para a habitação dos finais da Idade Média, perfilhando novamente a opinião da mesma autora, merece sempre as devidas precauções, tendo em consideração as múltiplas condicionantes de que se revestiu e, que o estudo das instituições permite verificar, ainda que num conjunto de situações muito reduzido.

Naturalmente, a organização espacial de uma habitação e, particularmente o número de divisões que possuiu, variou consideravelmente conforme as necessidades domésticas e profissionais, não esquecendo que aí o Homem Medieval desempenhou o seu ofício, e foi significativa a sua variedade na vila de Guimarães.³³⁵ Do mesmo modo, e tendo em conta a heterogeneidade do escalão intermédio da sociedade medieval, as capacidades económicas e a categorial social determinaram, certamente, um conjunto diversificado de soluções no seu interior. Os vimaranenses mais abastados, muito provavelmente optaram por uma maior especialização dos seus compartimentos³³⁶,

³³² TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...), op. cit.*, p. 7. As cozinhas podiam estar também situadas nos quintais, sendo uma solução direccionada sobretudo para as habitações mais pobres.

³³³ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: `Duas vilas, um só povo (...)* *op. cit.*, p. 339-340

³³⁴ IDEM – *A casa comum em Guimarães (...)* *op. cit.*, p.290

³³⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 209.

³³⁶ IDEM – *Uma rua de Elite (...), op. cit.*, p. 232

aumentando o número de câmaras e tornando-as mais confortáveis de acordo com os seus gostos.³³⁷

Por outro lado, as casas pertencentes a pessoas mais simples, possuiriam uma organização mais rudimentar, com as divisões mínimas, em função das necessidades mais básicas.

Recuperando o assunto sobre as disposições testamentárias, tivemos já oportunidade de mencionar a importância destes derradeiros ditares do Homem como fontes excepcionais de investigação em diversos domínios do viver medievo.

Para o âmbito da casa corrente, em particular para o conhecimento do seu recheio doméstico, os testamentos e, de igual modo as doações, revelaram-se o elemento-chave que nos possibilitou transpor, ainda que por “breves instantes” a barreira do espaço privado.

Como suporte documental, recorreu-se aos elementos fornecidos por dois volumes, uma compilação de testamentos e doações do século XIV e XV, cuja transcrição data dos inícios de setecentos. Estes manuscritos, resultantes da crescente devoção à Virgem de Nossa Senhora da Oliveira e, testemunhos do desenvolvimento exponencial dos bens da Colegiada, encontram-se actualmente no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.³³⁸

Naturalmente, e tendo em consideração o período cronológico definido para a presente investigação, direccionamo-nos fundamentalmente para o século XV, ainda que o período anterior não tenha sido completamente posto de parte.³³⁹

No levantamento dos manuscritos supracitados procedeu-se sobretudo à recolha de referências que pudessem, de igual modo, oferecer-nos a visualização de cenários, ou pelos menos “ [...] *retalhos de um privado e de um público quotidianos, entre homens e mulheres de Guimarães* [...]”³⁴⁰. Neste sentido, foram considerados um conjunto vasto de elementos pertencentes ao quotidiano, desde peças de vestuário, acessórios, roupas de cama, utensílios domésticos entre outros objectos.

Dado o contexto da presente investigação, não se teve em conta, como em outros momentos, a frequência com que estes elementos surgiram nas disposições

³³⁷ CONDE, Manuel Alves Sílvia – *A casa (...), op. cit.*, pp.75-76

³³⁸ AMAP, *Livro I e II Testamentos e Doações da Colegiada* (A- 3.3.6./A-3.3.7.).

³³⁹ Neste sentido, torna-se importante ressaltar os estudos publicados neste âmbito para séculos anteriores designadamente RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva – *O mosteiro e a colegiada de Guimarães (ca.950-1250)*, 2vol s., dact., Dissertação de Mestrado apresentada à FLUP, Porto, 1999; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães (1250/1300). Separata da Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. XIV, Porto, 1997.

³⁴⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 35

testamentárias, muito menos se construíram reflexões em torno da possível predominância de determinadas alfaías em detrimento de outras, ou mesmo em função da heterogeneidade das classes que formaram a sociedade medieval.

De igual modo, não se procurou aferir em termos numéricos os géneros beneficiados pelas doações e testamentos, assim como os responsáveis pelo seu legado, ainda que a tendência fosse inevitavelmente para a preponderância do feminino nas duas perspectivas.³⁴¹

De um modo geral, a pequena amostra de que dispomos, permitiu-nos um leve espreitar do espaço doméstico, espaço este destinado, na sua maioria, a gentes com posses, de elevada condição social, a quem, como refere a Maria Conceição Falcão Ferreira “ [...] *a fortuna permitiu o perpetuar de memórias* [...]”.³⁴² Nunca será de mais lembrar, que grande parte dos testadores foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, muitos deles cônegos da mesma instituição.

O exposto leva-nos, de algum modo, a firmar que o cenário reconstituído, através de algumas alfaías, não será, nem de perto, uma aproximação à realidade da casa comum, pelo menos no que respeita ao seu interior, mas entre silêncios é preciso, como diria a mesma autora “ [...] *extremar a prudência com as piruetas interpretativas* [...]”.³⁴³

Não obstante as reservas em todos estes assuntos, pudemos, através da leitura dos vários testamentos e doações, observar que o nível económico e social dos testadores deverá se ter reflectido sobretudo no interior da habitação, ainda que por vezes as dimensões e, *grosso modo*, o aspecto exterior do imóvel também o tivessem testemunhado.

Terá sido no privado que as diferenciações entre gente comum e gente privilegiada mais se acentuaram, particularmente no que respeita a uma maior diversidade e qualidade do mobiliário e utensílios domésticos, ressaltando ainda assim a escassez destes elementos, nas classes mais abastadas.³⁴⁴

As informações apuradas no levantamento do tombo das doações e testamentos da Colegiada³⁴⁵, concretamente no que concerne às denominações encontradas,

³⁴¹ IDEM, *Ibidem*, p. 38

³⁴² IDEM, *Ibidem*, p. 35

³⁴³ GONZÁLEZ MINGUEZ, César - «La urbanización del litoral del norte de España». Apud FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit.*, p. 345

³⁴⁴ CONDE, Manuel Alves Sílvia – *A casa (...), op. cit.*, p. 60

³⁴⁵ Tendo em conta a diversidade de designações que nos foram surgindo, optamos por estruturar os resultados, segundo um conjunto de tabelas, cada uma englobando elementos sobre o mesmo tema.

integram-se, de uma forma geral, no quadro conhecido para os séculos anteriores. Facto que leva a ponderar a existência de uma mesma funcionalidade para cada objecto.³⁴⁶

Como expressões correntes, no domínio mobiliário, ficaram registados termos genéricos e abrangentes como “*leito*”, “*liteira*”, “*leitoal*”, conceitos, muitas vezes indiferenciados, que podiam designar quer a cama propriamente dita – alfaia doméstica de maior relevância no espaço habitacional³⁴⁷ - quer um conjunto de roupas e acessórios que formavam o leito completo.³⁴⁸

No espaço do leito, observamos ainda um conjunto diverso de designações que nos possibilitaram um maior conhecimento sobre aquele que é considerado o domínio mais privado da habitação comum. Entre eles, os colchões, colocados sobre as traves da cama, adoptaram, nos nossos documentos, à semelhança de muitos outros, as designações de *cócedra* e *almadraque*³⁴⁹, sendo este colocado num primeiro nível, constituído por palha e feno, e, sobre ele o segundo, de lã ou algodão.³⁵⁰ Sobre os colchões assentaram, tal como acontece actualmente, os *lençóis*, também denominados de *savãs*, bem como as *cubertas*, *almocelas* e as *colchas*, espécie de coberturas na época que serviriam para aquecer o leito³⁵¹. Destas peças podemos observar que uma das colchas era de algodão.

A completar este cenário, documentou-se com alguma frequência as referências aos *chumaços*, termo que iria desaparecer ao longo do século XV, vulgarizando-se a designação de almofada.³⁵² A menção a *faceiró*, ainda que pouco utilizada nos manuscritos, ficou registada, correspondendo a uma almofada de dimensões menores e de uso indeterminado.³⁵³

Tabela 1 – Roupas de cama

	Designação	Qualificativo
	...coatros leitos de mui boa liteira....	

Decidimos, ainda, associar aos objectos encontrados, outras referências – denominados qualificativos – que encontramos relacionados com os mesmos.

³⁴⁶ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Roupas de cama e roupas do corpo (...)*, op. cit., p. 52.

³⁴⁷ MARQUES, A. H de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, 3ªed. Lisboa: Editorial Veja, 1980, p. 77

³⁴⁸ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Op. cit.*, 35-39

³⁴⁹ A designação de *Almadraque* também podia significar um tipo de almofada de dimensões maiores.

³⁵⁰ MARQUES, A. H DE Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa (...)*, op. cit., p. 77

³⁵¹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Roupas de cama e roupas do corpo (...)*, op. cit., p. 44

³⁵² MARQUES, A. H de Oliveira – *Op. cit.*, p. 78

³⁵³ IDEM, *Ibidem*, p. 79

O privado	<i>...cossedras...</i>	
	<i>..dois chumassos...</i>	
	<i>...duas almoçellas....</i>	
	<i>...colchas...</i>	<i>...Dalgodom...</i>
	<i>.... lençóis³⁵⁴...</i>	
	<i>.... dois facereus...</i>	
	<i>....tres almadraques...</i>	
	<i>.... tres cubertas....</i>	
	<i>...hum leitoal...</i>	

Dentro do espaço doméstico, num domínio que pensamos “ mais público”, divisamos ainda uma panóplia de objectos de uso quotidiano. Por vezes, dada a conhecida ambivalência de muitos dos elementos detectados, optou-se por relegar para este ponto os que poderiam surgir num âmbito mais privado.

Repare-se que os objectos encontrados na fonte supracitada deveriam se ter concentrado particularmente na cozinha. Terá sido, muito, provavelmente a divisão onde mais elementos se acumularam, não obstante a sua ambivalência. Por outro lado, tendo em consideração que muitos dos testadores encontrados eram sobretudo cónegos, muitos dos objectos por eles doados, estiveram, naturalmente, associados ao seu ofício.

Os dados conseguidos a partir do tombo das doações e testamentos da Colegiada, demonstram-nos uma realidade já sobejamente conhecida no âmbito da historiografia.

O número considerável de elementos que obtivemos, acrescido de uma terminologia nem sempre entendida, leva-nos, contudo, a não nos envolver na sua “teia” de significados. O limite temporal de uma investigação desta natureza não permite a execução desta tarefa. Fica contudo, o levantamento de dados indispensáveis à compreensão de um espaço privado, e que poderão ser utilizados num futuro próximo.

Tabela 2 – Alfaias domésticas/litúrgicas

	Designação	Qualificativo
	<i>...dous vasos...</i>	<i>...prata..</i>
	<i>..hum calex ...hum calex com sua patena</i>	<i>...prata...dourado...tem o meu nome...</i>

³⁵⁴ Também designado nos testamentos da Colegiada como *savã*.

Um privado mais “público”	...breviário do costume...	 cuberto de pelle vermelha...
	...coatro pichéis...	...entre piquenos e grandes....
	...coatro gatos de arcar cubas...	
	...duas arcas de ter pão...	
	... hua pipa...	
	...hum matalote...	...velho...
	... hua arca...	... noua...
	duas arcas piquenas de carne..	
	 tres espetos...	
	... hua rapadoira...	
	...hua mesa com seus pees...	...noua...
	...hum caldeirom...	
	...hua pella de frigir...	
	...hua gamella noua de infundir...	
	...hum machado...	
	...hua fouce...	
	... hua arca de ter escrituras...	
	... dois manquais de Sugar...	
	...duas cadeiras...	
	...hum salteiro galego...	
	 hum tractado do Mestre Andre....	
	...hum horto do Espozo..	
	...duas Sobrepeliças...	
	...hua eixada....	
	...hua caldeira ...	...velha...
	sesteiro de milho...	
	hua cuba...	
	...tassa picada... hua taçinha de portaes... tassas de Bastiães....	... branca...com hua concha no meyo...

Tabela 3 – Indumentária

Designação	Qualificativo
....um gibom...	...roixo...
...saya...	...roxa...de palmilha...noua...
...pellote...	...de sarja...vermelho...verde..
...hua vestimenta... quatro vestimentas prefeitas... a minha vestimenta da zarzania...hua vestimenta de panno...	...verde... com manchas doiro...prefeitas...hua de Sarga Vermelha e outra branca com huns botois pretos... com cruzeiros de Masquim... debelludo de manchas douro... de linho dourada de seda prefeita...
...hua capa... hua capa de pardo...	...roxa com manchas de doiro... hua capa de belludo veermelho de manchas douro...
...hua faldrilha...	
... hua touca...	...hua de linho...
... Sobrepelliz...	
... guardacões...	...nouo...vermelho...
...dois lenços...	
...duas cintas...	...de prata...
...e esmolleiras...	
...socos...	
...anneiz...	
...garnacha....	...de Sarja Clara...
...tabardo com o capeirom...	...vermelho...
.... aljuba com o capeirom....	
....almofre....	
...hua calssas...	

2.3 A Casa Comum: entre o domínio público e o privado

“... o estudo da casa corrente tardo-medieval...espaço onde decorria grande parte da vivência diária, não pode limitar-se ao interior de quatro paredes ou, quando muito, de um quintal anexo. A rua era, na sociedade do Ocidente medieval, entendida e vivida como uma extensão natural da casa...”.³⁵⁵

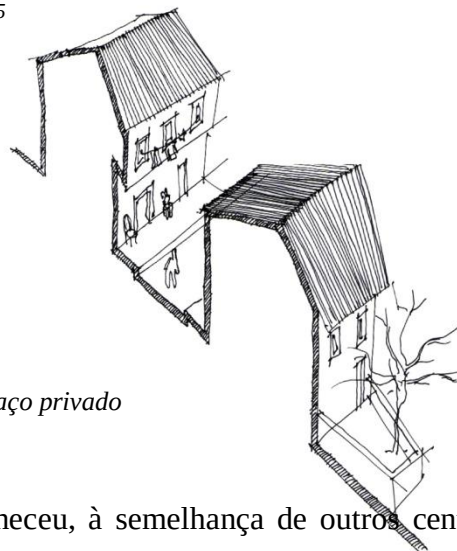


Figura 31 – Entre o domínio público e o espaço privado

A Guimarães quatrocentista e quinhentista conheceu, à semelhança de outros centros urbanos coevos, um conjunto de disposições marcadas pela preocupação com o espaço construído.³⁵⁶ Naturalmente, como afirmou a historiadora Maria Conceição Falcão Ferreira, a vila de “[...] Guimarães, tal como o resto do Norte do reino, não era Lisboa [...]”, pelo que as preocupações nela demonstradas não se revelaram capazes de estabelecer “*um ponto de viragem da concepção medieval para a cidade burgueso-manuelina*”³⁵⁷, conforme terá sucedido nas posturas aplicadas a Lisboa, a mais importante cidade portuguesa neste período.³⁵⁸

Ainda que as medidas conhecidas para a vila em estudo se afigurassem algo pontuais em analogia com outros centros urbanos, a realidade é que Guimarães partilhou das mesmas preocupações que as restantes vilas e cidades portuguesas. Os assuntos versados concentraram-se, efectivamente, no quotidiano das populações e particularmente na manutenção do espaço onde se interagia, ou seja, a rua, elemento de “[...] *comunicação em todos os sentidos da palavra [...] a distracção e a acção [...] A vida.*”

³⁵⁵ TRINDADE, Luísa – *Casa Corrente em Coimbra (...), op. cit.*, p. 96

³⁵⁶ GONÇALVES, Iria - «Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa» in *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 155

³⁵⁷ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *A casa comum em Guimarães (...), op. cit.*, p. 281

³⁵⁸ GONÇALVES, Iria - «Posturas municipais e vida urbana (...), op. cit., p. 155

É precisamente através das notícias que nos chegam sobre a rua, que conhecemos alguns aspectos referentes à casa corrente e às suas múltiplas facetas. Antes de iniciarmos uma reflexão sobre os dados apreendidos, importa porém, compreendermos a ligação entre estes dois elementos.

A afirmação de Luísa Trindade, com que pertinentemente iniciamos o estudo sobre a habitação no âmbito público-privado, evidencia desde logo que a habitação corrente não se confinou a si própria, mas estendeu-se para além dos limites impostos, tocando a rua, um espaço público, repetidamente regulamentado nas posturas régias e municipais.

As razões que explicam esta apropriação do domínio público tendem, de um modo geral, a concentrarem-se nas poucas condições de habitabilidade que casa corrente oferecia. Os espaços reduzidos e escuros, a falta de comodidade de que dispunha, a ausência de especialização dos espaços interiores e a inexistência de instalações básicas higiénicas, convidaram, segundo Iria Gonçalves, “ [...] *todos a procurar o exterior* [...]”.³⁵⁹

A rua tornou-se assim um espaço disputado, todos a “*queriam privatizar, incorporar na sua habitação, sem ceder um palmo em favor da colectividade*”.³⁶⁰

Foram diversos os modos de apropriação da habitação sobre o espaço comum. E nesse sentido, Guimarães revelou-se, mais uma vez, semelhante a tantas outras cidades portuguesas e europeias.

Comecemos pelos acrescentos ligeiros. Amplamente documentados para a vila de Guimarães, as sacadas, os balcões e os passadiços, permitiram, conforme já aludido, o acrescentar de alguns metros à superfície construída. A eles se deveram uma das facetas mais típicas da cidade medieval nomeadamente a característica rua desalinhada, repleta de reentrâncias e saliências do casario que a moldava.³⁶¹ Se a documentação faltasse bastaria simplesmente olharmos a cidade actual.

Apesar de todas as disposições normativas que recaíram sobre estes elementos³⁶², os desrespeitos, tal como sucedera para outros centros, foram frequentes, impedindo ou dificultando a passagem de homens e animais. Tal foi o caso de Gil

³⁵⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 157. Sobre este assunto veja-se também TRINDADE, Luísa – *A casa corrente* (...), *op. cit.*, p. 96. A autora acrescenta aos motivos anteriormente apontados, a atracção da rua “ (...) *tão só, porque numa sociedade extrovertida a rua detinha uma enorme força de atracção* (...)”.

³⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 158

³⁶¹ TRINDADE, Luísa – *Op. cit.*, p. 101

³⁶² GONÇALVES, Iria - «Posturas municipais e vida urbana (...), *op. cit.*, p. 77-95

Eanes, morador na Rua Nova do Muro, que decidira lançar um balcão nas casas onde morava, obstruindo os que andavam com as suas bestas e carros.³⁶³

As medidas inovadoras de D. Manuel I, particularmente no que respeita às disposições tendentes a abolir os acrescentos ligeiros das habitações, de modo a ficar tudo *res com parede*³⁶⁴, não tiveram aplicação na vila de Guimarães, bem como no restante país urbano, salvo raras excepções.³⁶⁵ As informações que possuímos para o século XVII comprovam-nos a subsistência destes recursos construtivos no tecido urbano.³⁶⁶

No mesmo âmbito a historiadora Maria da Conceição Falcão Ferreira, recorda-nos que “ (...) *no Portugal de Oitocentos, se continua a produzir reflexão jurídica sobre os lançamentos para o ar – espaço público – entre permissões e impedimentos casuísticos.*”³⁶⁷ e só apenas nos finais do mesmo século, as vereações demonstram alguma preocupação com a uniformização das fachadas do edificado. De qualquer modo, e mais uma vez, bastaria olhar-mos Guimarães no presente, particularmente para os vestígios que ainda se conservam destes recursos construtivos.

Para além das sacadas, balcões e passadiços, nefastos para a saúde pública e, de um modo geral, para a segurança das suas populações³⁶⁸, outras formas de invasão sobre o espaço comum ficaram registadas para a vila de Guimarães.

Neste âmbito, são abundantes as informações que possuímos sobre as tendas e os tabuleiros, situados nos espaços imediatamente contíguos à habitação, bem como da presença de alpendres, construídos frente às portas das moradas e que se prolongavam, geralmente sobre a via pública. Para além de constituírem estruturas que nos confirmam a duplicidade da casa enquanto espaço habitacional e simultaneamente oficina e local de venda,³⁶⁹ significaram, de igual modo, a obstrução da rua, dificultando a sua circulação num espaço já de si reduzido.

As fontes encontradas para a vila de Guimarães não nos facultam dados sobre a existência de posturas no sentido de minimizar os inconvenientes provocados por estes

³⁶³ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite (...)*, *op. cit.*, p. 33-34, nota 21

³⁶⁴ GONÇALVES, Iria – *Op. cit.*, p. 170

³⁶⁵ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *A casa comum em Guimarães (...)* *op. cit.*, p. 283

³⁶⁶ Sobre este assunto veja-se BRAGA, Alberto Vieira – *Administração seiscentista (...)*, *op. cit.*, pp. 129-252.

³⁶⁷ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...)*, *op. cit.*, p. 342.

³⁶⁸ CASTILHO, Liliana Andrade de Matos e – *A cidade de Viseu no século XVI (...)*, *op. cit.*, 166.

³⁶⁹ Se tal não fosse suficiente bastaria analisarmos a toponímia da vila Guimarães, direccionada particularmente para o exercício de actividades artesanais. Sobre este assunto veja-se ANDRADE, Amélia Aguiar – *Conhecer e Nomear: A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesa (...)* *op. cit.*, p. 127

elementos, não esquecendo que os relatos de vereações do concelho para o período que estudamos são significativamente escassos, o que poderá ter silenciado muitos dos problemas presentes no seu quotidiano.

O único exemplo que registamos neste domínio, data de 1531, e diz respeito a uma decisão da Câmara, onde se ordenava aos tendeiros que recolhessem tudo para dentro das suas boticas, e aí vendessem dado estarem as cordas das suas tendas soltas, o que importunava a circulação, e a serventia da praça.³⁷⁰

Situação semelhante ocorria para Lisboa, neste caso mais regulamentada pelas suas posturas onde poiais, bancas e tabuleiros, não podiam ultrapassar mais de seis palmos sobre o espaço público, sob pena de cem libras³⁷¹ Tal como para o Porto, que ao permitir a Maria Doniz colocar «*hum tauoleiro a sua porta das casas que ora fez na rua das tendas*»³⁷² impunha sob condição «*que nom Embargue o caminho e esto enquanto ao conçelho e homeens prouuer e mais nom*»³⁷³.

À semelhança de muitos centros urbanos portugueses e europeus, ficaram também registados na vila de Guimarães muitos outros modos de apropriação da casa sobre a rua.

As vereações de 1531 – as mais antigas e as únicas que possuímos para o período em questão -, dão-nos conta da presença de animais, sobretudo porcos, que circulavam livremente pela rua, causando distúrbios inclusivamente nos quintais dos vizinhos, conforme nos demonstra a seguinte disposição “... *qualquer pessoa que achar porcos ou gado em seus cerrados de pão tapadas ou devesas ou nabais ou outros quaisquer danos que os donos do gado ou porcos paguem cada vez para o concelho por cada cabeça 20 réis e o dano a seu dono se do vácuo e do outro gado e porcos 10 réis* [...]”³⁷⁴. Tidos como essenciais na alimentação diária, os porcos foram considerados uma verdadeira praga no espaço urbano, constituindo um perigo para a salubridade pública. Os regulamentos municipais que se constatarem sobre este tema, para esta

³⁷⁰ http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG107_02.pdf - FARIA, João Lopes de – Vereações (Guimarães, 1531). *Revista de Guimarães*, nº107, 1997, pp.13-166.

³⁷¹ GONÇALVES, Iria - «Posturas municipais e vida urbana (...), *op. cit.*, p. 159

³⁷² TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente (...), op. cit.*, 98

³⁷³ IDEM, *Ibidem*, p. 98. A mesma preocupação esteve presente em Toledo onde “*no se podían levantar poyos en callejas angostas ni junto a contrafuertes, para que « pasen los omes en anchura» y evitar así estrechar la viabilidad de las calles.*” IZQUIERDO BENITO, Ricardo -“ Normas sobre edificaciones en Toledo en el siglo XV. *Anuario de Estudios Medievales*, 16, Barcelona, 1986, p. 523.

³⁷⁴ http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG107_02.pdf - FARIA, João Lopes de – Vereações (Guimarães, 10-II-1531). *Revista de Guimarães*, nº107, 1997.

centúria, juntamente com uma outra alusão nas primeiras décadas do século XVII³⁷⁵ atestam a ineficácia das disposições e, deste modo, o incumprimento por parte dos seus habitantes, tal como aliás vimos suceder em outras circunstâncias, para o restante país urbano.³⁷⁶

A recordar um dos problemas característicos do espaço medieval, não obstante a ausência de dados para a cronologia desejada, fica documentado para a centúria de seiscentos, a invasão de elementos arbóreos sobre a via pública.³⁷⁷ Vejamos alguns exemplos, segundo as vereações deste mesmo período: em 1627 reclamavam os mestres “ [...] *que na Rua do Gado, no quintal que fez Sebastião Pereira da Silva, parecem umas laranjeiras sobre a rua, e que as bandeiras das procissões da vila e da charola, por ali não podiam passar*”³⁷⁸, em 1692, no livro dos acórdãos feitos por esta vila, o mesmo assunto se repetia “[...] *todas as pessoas que tiverem quintaes junto das ruas desta villa cortem os matos em forma que não fassa empedimento a passagem com pena de dous mil reis para accuzador e conselho.*”³⁷⁹ Tal como a onipresença de animais, a existência de ramificações testemunhou de alguma forma a presença de uma certa ruralidade que, fixada na habitação, se projectou sobre o espaço público.

A ausência de estruturas que permitisse o escoamento das águas residuais, juntamente com a inexistência, na maior parte das vezes, das conhecidas *privadas*, levou a que mais uma vez, a rua fosse utilizada como um prolongamento da habitação.³⁸⁰ A falta de informes sobre este tema para a vila de Guimarães, em todo o período medieval, não nos possibilita de debruçarmos sobre o mesmo. Ficam porém, mais uma vez, as notícias de seiscentos, a testemunhar a persistência de hábitos que, muito possivelmente, remontaram a uma época anterior. Efectivamente, o tradicional aviso de *água - vai*, para o escoamento das águas lixosas, subsistia ainda no século XVII, prolongado “*o característico desembaraçar medieval*”³⁸¹. Não se conhece, para a época medieval a menção a canos de esgotos, o que “ *não é o mesmo que concluir pela sua inexistência*”,

³⁷⁵ IDEM, *Ibidem*

³⁷⁶ TRINDADE, Luísa – *A casa corrente (...), op. cit.*, p. 97

³⁷⁷ Em Lisboa “ (...) *os ramos que encimavam as portas das adegas, a publicitarem um local de venda de vinho (...) pela estreiteza das ruas, só podiam ser colocados, tão alto que um cavaleiro não pudesse tocar-lhes com a mão*”. GONÇALVES, Iria - «Posturas municipais e vida urbana (...), op. cit., p. 159

³⁷⁸ BRAGA, Alberto Vieira – *Administração seiscentista (...)*, op. cit., p.155

³⁷⁹ GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Apontamentos para a história de Guimarães», *Revista de Guimarães*, vol. 5, Guimarães, SMS, 1888, p. 187 a 191

³⁸⁰ TRINDADE, Luísa – *Op. cit.*, p. 96

³⁸¹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite (...), op. cit.*, p. 36

tendo em consideração ainda a alusão ao rio Merdário /Merdeiro, situado junto ao Campo da Feira, designação que nos adverte para um local de imundices.³⁸²

2.4 O Mercado Imobiliário

*“Tener una vivienda, con independencia de si se es propietario de ella o no, significó, por encima de todo, contar con un domicilio reconocido, un origen y, por tanto, formar parte de la sociedad establecida, en contraposición a vagabundos, malvivientes y todo un elenco de errantes que pululaban por las ciudades y caminos siendo rechazados, por carecer de una casa, de un domicilio conocido.”*³⁸³

As considerações realizadas durante a análise do património dos vários proprietários vimaranenses testemunharam a existência de um autêntico mercado de imóveis na vila em estudo, sendo a sua dinamização produto de um conjunto de diversos mecanismos não muito diferentes do que podemos observar para a actualidade.

Neste domínio, destacou-se indubitavelmente o mercado da habitação, considerado a maior fonte de rendimento das instituições como tivemos, aliás, oportunidade de constatar num capítulo anterior.

À semelhança de outros centros urbanos, os resultados obtidos para a Vila de Guimarães demonstram-nos que as instituições eclesíásticas e de assistência constituíram, nos finais da Idade Média, os grandes proprietários do tecido urbano. O Cabido da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira ocupara, neste sentido, um lugar proeminente, pela razões já expostas, registando-se para o nosso estudo, cerca de duas centenas de imóveis do infindável património que o deverá ter constituído.

Os imóveis afectos a estas instituições foram, na sua maior parte, fruto de doações e legados testamentários o que terá originado uma significativa dispersão do respectivo património.

Não raro, registara-se também outras formas aquisitivas de propriedades. Apesar da menor frequência, utilizavam-se as cartas de compra, indicativos de uma política de investimento por parte destas entidades, bem como os escambos, instrumentos, particularmente direccionados não para o aumento do património, mas

³⁸² IDEM - FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘Duas vilas, um só povo’ (...), op. cit., p. 355.*

³⁸³ RODRIGO ESTEVAN, Maria – *La Vivienda urbana bajomedieval (...), op. cit., p. 43*

sobretudo para a sua substituição, com vista, pensamos, a uma reordenação e concentração geográfica dos bens que como vimos se apresentavam inicialmente dispersos.³⁸⁴ Este facto explicaria, pelo menos em parte, a constatação de uma relativa proximidade do património com os seus respectivos proprietários.

Mas como se geriu este conjunto significativo de propriedades?

Segundo Maria Luz Estevan Rodrigo, o elevado número de habitações consignadas a estes proprietários levou necessariamente a um sentimento de impotência no momento de impedir o rápido processo de degradação a que estes imóveis estavam sujeitos.³⁸⁵

Dada a sua fragilidade, tornou-se por isso necessário rentabilizar as construções de modo a evitar as inúmeras despesas causadas na sua manutenção e conservação.³⁸⁶

O entendimento dos processos que dinamizaram este património possibilitou-nos o conhecimento do intenso mercado imobiliário que se verificou na vila de Guimarães nos finais da Idade Média.

À semelhança do que acontecia um pouco por todo o lado, por meio da redacção de formulários “ [...] *genéricos e demasiado presos a estereótipos* [...] ”³⁸⁷ estabeleciam-se contratos, onde os proprietários cediam, segundo algumas condições, o domínio útil de habitações a outras, durante um determinado período de tempo. Estes acordos, segundo Maria Conceição Falcão Ferreira, representavam no caso do Cabido “ [...] *a par das suas obrigações litúrgicas, uma das mais importantes tarefas.* ”³⁸⁸, tal como de resto deveria acontecer para outras instituições analisadas.

Nas diferentes fórmulas contratuais, não podemos deixar de mencionar, o aparatoso ritual de que se revestiram alguns actos³⁸⁹, onde a questão da posse parece ter estado omnipresente³⁹⁰, conforme nos demonstra Afonso Vieira, procurador do número da vila na doação de metade de umas casas ao Cabido:

“[...] e disse que olhando as muitas e boas obras que Sempre Reçebera do dito Cabbido em suas Rendas que deles tragia querendo lhes galardoar com boos

³⁸⁴ BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média (...), op. cit.*, p. 223.

³⁸⁵ ESTEVAN RODRIGO, Maria Luz – *La vivienda urbana bajomedieval (...), op.cit.*, p.65

³⁸⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 66

³⁸⁷ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite (...), op. cit.*, p. 101

³⁸⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 100

³⁸⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 100

³⁹⁰ TRINDADE, Luísa – *A casa corrente (...), op. cit.*, p. 110

merecimentos e por honra de Santa Maria lhes daua e doaua e fazia pura doaçam ao dito Cabbido para sempre da sua meatade das cazas que ora ele há na rua de Santa Maria [...] com a sua parte do eixido, e pertenças, entradas, e sahidas como todas estão conjuntas com a outra meatade que he dito Cabbido [...] e logo no dito dia [...] o dito Affonso Vieira por o dito estromento e doaçam ser mais firme meteo logo em posse da dita meyra casa o dito Cabbido por Martim Affonso seu procurador que presente estava em qual posse o meteo por pedra, e terra e telha, e por portas da dita casa, e chaves dellas abrindo as e fechando o dito Martim [...]”.³⁹¹

Ao documento escrito, “[...] associava-se um ritual simbólico onde as palavras eram reforçadas pelos gestos”³⁹², percorrendo-se assim os espaços da habitação, abrindo e fechando as suas portas, “*tornando pública a «posse real e corporal posisson» da casa.*”³⁹³

A questão da posse estava presente, de igual modo, no acto simbólico do enfiteuta que, após a celebração do contrato, levava para sua casa a carta do manuscrito. Como testemunho da sua ligação ao proprietário, como prova dos seus direitos e deveres, “*« para esses homens analfabetos, aquela carta detinha o prestígio dos símbolos.»*”³⁹⁴

Redigiam-se neles os pontos essenciais que compunham as premissas do negócio, asseguravam-se interesses, impunham-se as cláusulas e esperava-se o cumprimento de ambas as partes.³⁹⁵

Um dos elementos a definir nestas fórmulas contratuais estava relacionada com a própria duração do contrato.

Neste âmbito, o resultado da análise à propriedade urbana revelou o já conhecido: a esmagadora maioria dos contratos realizou-se por empraçamento na vida de três pessoas. Em alguns casos, especificava-se a identificação das pessoas envolvidas, que após o falecimento de uma das vidas, responsabilizava-se por assumir o contrato. A pesquisa efectuada demonstrou ainda que frequentemente se recorria ao núcleo de familiares directos para completar o círculo contratual. A nomeação do

³⁹¹ AMAP, *Livro I Testamentos e Doações da Colegiada (A-3-3-6)* Ano 1457.

³⁹² TRINDADE, Luísa - *Op. cit.*, p. 110

³⁹³ IDEM, *Ibidem*, p. 111

³⁹⁴ DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – Prazos do século e prazos de Deus: os aforamentos na câmara e no cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV. *Revista da Faculdade de Letras: História*, II, 01, 1984, pp. 97-134.

³⁹⁵ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de Elite (...)*, *op. cit.*, p. 101

marido, seguido da mulher e do/a filho/a de ambos, ou outra pessoa que posteriormente seria designada, tornou-se corrente.

Prática usual, particularmente na administração do Cabido da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, foi também o costume de estabelecer-se para a primeira vida o direito de seleccionar a segunda e a este, por sua vez, designar a terceira, sobretudo quando se tratava de foreiros eclesiásticos.³⁹⁶ Situações excepcionais foram, porém, detectadas. Por vezes, alguns contratos restringiram a condição dos futuros foreiros, impondo que naquela habitação só “*podiam morar cónegos*”³⁹⁷, ou proibia-se que fossem mais poderosos.

A informação recolhida neste domínio revelou ainda o conhecimento das instituições sobre outras modalidades contratuais designadamente o emprazamento em uma e duas vidas, os aforamentos assim como o aluguer, embora tais recursos não tenham tido qualquer relevância numérica quando comparados com o prazo em três vidas.

Alguna expressão no contexto do mercado habitacional teve certamente a prática do sub-emprazamento, detectada em várias ocasiões do presente estudo, não obstante o carácter vago de algumas passagens que nos suscitaram algumas dúvidas.

A associação de um conjunto de habitações a um mesmo foreiro parece ter sido atributo de um estatuto socioeconómico mais elevado, o que lhe presenteou algum prestígio e notoriedade, além da necessária rentabilização que dali adviria.³⁹⁸

Regressando aos prazos em três vidas, que como já aludimos constituiu prática corrente a todas as instituições religiosas, importa ressaltar o fundamento da sua aplicação tão abrangente³⁹⁹. Efectivamente, o recurso a esta modalidade beneficiou, pela sua natureza, os interesses dos seus proprietários, permitiu uma maior rentabilização das suas habitações; recorde-se, nesse sentido, a actualização de rendas, por vezes no mesmo contrato, assim como assegurou o domínio real do objecto emprazado, situação contrastante com as “*enfiteuses de pura geração*” próprias de uma gestão camarária.⁴⁰⁰

A fragilidade da casa corrente e a rápida deterioração dos seus materiais, patente em algumas passagens das propriedades que estudamos, determinou a presença

³⁹⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 102, nota 78. Sobre este assunto a mesma autora refere que situação semelhante sucedeu com o caso de titulares solteiros, onde se observou a prática de livre nomeação, sendo aí vulgar a proibição de nomear pessoas com uma condição superior ao actual foreiro.

³⁹⁷ Cf. Tabela correspondente ao levantamento da propriedade do Cabido.

³⁹⁸ SÃ, Alberto – *Sinais de Guimarães urbana (...)*, op. cit., p. 93

³⁹⁹ DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – Prazos do século e prazos de Deus (...), op. cit., p.108

⁴⁰⁰ IDEM, *Ibidem*, pp. 104-105

de um tipo de clausulado que versou, de modo contínuo, sobre este mesmo tema.⁴⁰¹ Neste domínio, observou-se ao longo da análise das propriedades vimaranenses, um apertada fiscalização na manutenção e edificação de habitações, por parte dos seus proprietários, particularmente no caso da Confraria de São Domingos de Guimarães e do Cabido da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Extremamente atentos ao estado dos seus imóveis, e precavidos de todas as situações possíveis, as melhorias realizadas pelos foreiros reverteram sempre em favor das instituições, sem que o enfiteuta obtivesse qualquer compensação ou delas usufruísse.⁴⁰² Razão pela qual, muitas vezes se constatou nos contratos do Cabido a menção à renúncia do anterior emprazante, quando a habitação já se encontrava aforada por outra pessoa.⁴⁰³

⁴⁰¹ TRINDADE, Luísa – *A casa corrente (...)*, *op. cit.*, p. 79

⁴⁰² DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – *Prazos do século e prazos de Deus (...)*, *op. cit.*, p.108-109. Segundo os autores, situação semelhante ocorre para o Porto “ [...] podem queixar-se os povos de que escasseia o tempo para as levar a cabo, e mais ainda para delas se usufruir [...] os prazos perpétuos e hereditários da cidade dão o tempo suficiente aos foreiros para as construções e reparações [...] permitem pelo menos que eles usufruam consideravelmente das melhorias introduzidas”.

⁴⁰³ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma Rua de Elite (...)*, *op. cit.*, p. 105-108

V. PARTE

A PERSISTÊNCIA E A CONTINUIDADE DAS FORMAS

1.A Persistência e a Continuidade das Formas

1.1. Breves considerações

O ponto que agora se introduz tem como objectivo ser uma breve resenha sobre a influência que a casa corrente, dos finais da Idade Média, influi na imagem global do centro histórico de Guimarães, particularmente o que se encontra compreendido entre muralhas. Para além disso, pretende-se reflectir nas razões que estão subjacentes a encontrarmos um cenário ainda tão marcadamente medieval.

Por se tratar de um tópico que põe em confronto dois períodos temporais distintos, decidimos, também para que a leitura das afinidades se torne mais expedita, estabelecer um discurso onde a imagem tem tanta ou maior preponderância que o texto. Assim, serão constantemente comparadas a planta desenhada de 1570 e uma planta correspondente à imagem actual da cidade, fazendo-se, por conseguinte, a análise da *persistência e continuidade* da morfologia urbana. Seguidamente, fazendo uma aproximação à habitação, visualizaremos os vestígios da traça medieval que ainda perduram, e a estratégia de preservação que tem vindo a ser levada a cabo pelas entidades municipais.

Ao olharmos para as imagens seguintes, verificamos que ainda é perceptível a forma da muralha, da qual só resta um pequeno excerto, e o modo como ela configurou o espaço intramuros. Essa forma já não é, como referido, indiciado pela muralha, mas sim por uma linha de casas que mimetizam a mesma. Da mesma forma, o despovoamento que se verificou a partir da centúria de quatrocentos na Vila Velha, ainda se mantém pela ausência de construções e predominância de espaços verdes.



Figura 32.



Figura 33.

Os espaços verdes e não edificados, que referimos anteriormente, não se denotam somente na antiga Vila Alta, mas de igual modo noutros locais, que tomamos como exemplo: no espaço intramuros a praça contígua à Igreja de Santa Maria (1), o adro de S. Paio agora de maior dimensão (2), e um espaço verde que se denominava de *Horta das Maçoulas* (3); no espaço extramuros o “rossio” do Toural (4), uma Alameda que substituí o antigo Campo de S. Francisco onde assentava a Igreja S. Sebastião (5) entretanto demolida, e uma linha verde até à Igreja Santos Passos, anteriormente o campo da Feira (6).



Figura 34.



Figura 35.

No seguimento desta análise, assistimos a uma manutenção da rede viária nevrálgica para o funcionamento da urbe medieval, nomeadamente, as ligações entre a porta de S. Domingos e a Igreja de Santa Maria, a actual rua da Rainha, e entre a mesma igreja e o Castelo, unindo Vila Baixa e Vila Alta, respectivamente, a de igual toponímia Rua de Santa Maria.



Figura 36.



Figura 37.

Antes de entrarmos no domínio da habitação corrente, importa assinalar a persistência de certas linhas de edificação, que ainda mantêm seu traçado sinuoso praticamente inalterável. A título de exemplo observe-se as edificações nas antigas ruas Nova do Muro (1), S. Tiago (2), Santa Maria (3), Gado (4), e nos arrabaldes a rua de S.Domingos (5) e seu prolongamento para a rua dos Gatos.



Figura 38.

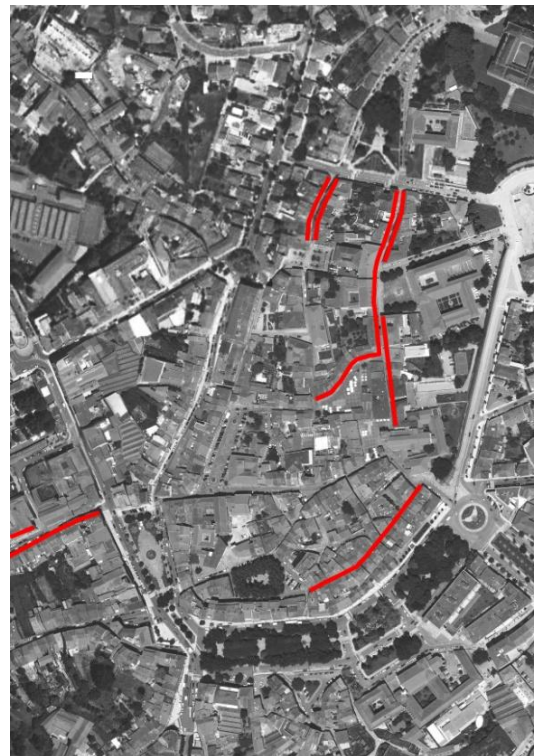


Figura 39.

Direccionando-nos de seguida para a habitação corrente podemos observar a preservação, na sua maioria, do lote estreito e rectangular, em corredor. Na manutenção da leitura do espaço público medieval, bem como de sua habitação corrente, torna-se importante referir o papel de certas entidades públicas, nomeadamente o Gabinete Técnico Local (GTL), que estabeleceu os limites de “como” se deve intervir no património histórico, principalmente o que está compreendido entre o antigo tecido histórico intramuros bem como a zona em expansão dos anos 30-40. Para além dessa regulamentação, exemplificaram-na em projecto construído, como as intervenções nas praças do Município, S. Tiago, Oliveira, ou na reabilitação da casa da Rua Nova. Assim, ficaram lançados princípios de reabilitação/preservação que assentavam, no caso específico da habitação corrente, no respeito pelos materiais e técnicas construtivas do medievo como a taipa de rodízio, e de fasquio nos sobrados e a pedra no rés-do-chão, bem como a importância dada à tipologia, e outros elementos identificativos deste tipo de construção, como: as sacadas de madeira, os beirais salientes, os andares em ressalto, a persistência das alpendradas, ou a continuação de espaços exteriores anexos à habitação, como os exidos.

A manutenção de certos usos também permite identificar uma vivência medieval, como a manutenção dos espaços do piso térreo da habitação para comércio, ou a eliminação do estacionamento automóvel na praça de S.Tiago para voltar a oferecer ao peão a primazia da circulação.



Figura 40. Sacada de madeira



Figura 41. Beiral saliente



Figura 42 - Ressalto duplo



Figura 43 - Alpendrada



Figura 44 - Diversos exidos no logradouro de um quarteirão



Figura 45. Praça de S.Tiago



Figura 46. Praça de S. Tiago

Por último, e colmatando todo o discurso, a rua mantém-se como o prolongamento da célula habitacional, já que, ao percorrer o casco histórico de Guimarães, continuamos a sentir a compressão que o privado nos provoca, que nos define quase como invasores de um espaço que afinal pertence ao domínio público.

CONCLUSÃO

A elaboração do presente trabalho de investigação permitiu-nos, não obstante as dificuldades, reconstruir um caminho para o conhecimento da casa corrente em Guimarães nos finais da Idade Média.

Ao longo do trabalho, foi notória a carência de fontes que, de algum modo, pudesse recordar o universo habitacional, onde na centúria de quatrocentos e nas primeiras décadas de quinhentos, residiu todo um escalão intermédio da sociedade vimaranense. A Guimarães medieval, e particularmente as suas edificações revelaram-se, nesse sentido, semelhantes a muitas cidades e vilas portuguesas contemporâneas.

Os entraves constantes que encontramos ao longo da pesquisa, levaram-nos inevitavelmente a recorrer a um conjunto de fontes de natureza diversa com o intuito de recolher o máximo de dados possíveis que nos elucidassem de alguma forma sobre o assunto.

A diversidade de documentos e estudos que nos possibilitaram, ainda que indirectamente, o conhecimento de alguns elementos sobre o espaço habitacional, revelou-se curiosamente um caminho bastante proveitoso.

Neste âmbito, importa destacar os temas associados à morte, assistência e salvação das almas, assuntos que estiveram, certamente, presentes no pensamento e nas conversas quotidianas do Homem Medieval. Com efeito, os informes que encontramos, e nos quais assentamos, num primeiro momento a nossa investigação, são provenientes ou talvez resultado de conceitos anteriormente supracitados. Repare-se que a referência a habitação, surgiu quase sempre associada a doações a instituições religiosas, onde por detrás de intenções de assistência aos pobres, se encontrava a maior inquietação da sociedade medieval: o *passamento* e a salvação das suas almas.

O estudo da casa corrente através das instituições religiosas, particularmente as de assistência, dada a reforma a que estiveram sujeitas no reinado de D. Manuel, constituíram um ponto de partida fundamental para a presente investigação, ainda que inevitavelmente, tivéssemos que recorrer a outros estudos.

Com este trabalho, esperamos ter cumprido, os objectivos anteriormente propostos, assim como ter despoletado algum interesse deste tema entre a comunidade académica, particularmente no campo da historiografia de arte.

Como já dissemos, o estudo da casa corrente constitui um instrumento crucial para conhecermos a cidade e, de um modo geral, toda a sociedade medieval. A omissão deste tema, significa necessariamente a deturpação de imagem do cenário medieval.

GLOSSÁRIO

ALJUBA – vestimenta de protecção, traje mourisco, de dimensões relativas, com mangas;

ALMADRAQUES – enxergão de palha ou feno que assentava sobre as traves da cama; podia também designar uma almofada de dimensões maiores e mais dispendiosa por se tratar enchida de penas. Os almadraques mais modestos possuíam lã e m vez de penas;

ALMOCELAS/ALMUCELAS – Cobertor leve, por vezes revestido com tecido mais caros como a seda e a púrpura;

ALMUINHA – Espaço de cultivo, utilizado para subsistência do homem. A designação tem a sua origem no latim *Alimonia*, mantimento;

ALOQUE – O significado do termo suscita algumas dúvidas. Segundo alguns autores, aloque podia significar o local onde os oleiros depositavam o barro ou o mesmo que pelame;

ANCHO – Largura;

ARMELA/ARMELLA – Utensílio em ferro utilizado para fechar as portas;

ARRUNHAMENTO – Expressão utilizada para indicar estado de ruína ou destruição de diversos elementos como searas, casas ou edifícios, provocada pelas intempéries, pelos homens ou por um conjunto de adversidades;

BALCÃO – Acrescento ligeiro, geralmente de madeira, que permitiu um avanço no plano da fachada, recurso utilizado no aumento do espaço útil da habitação. Apoiado em traves ou prumos;

CAIBROS – Tábuas compridas em madeira que serviam para unir a cumeeira aos frechais, e no quais assentava a telha;

CÂMARA – Quarto. Por vezes, é utilizado numa expressão mais genérica, a casa em que se dorme;

CHÃOS – Área ou espaço por edificar;

CHOUSA/CHOUSO – Espaço pequeno de terra cercado à toda a sua volta;

CURTUMES – Processo associado à preparação de couros ou peles para as conservar;

CUMEEIRA – Constitui a parte mais elevada do telhado, onde se encontram as superfícies inclinadas. Formada por uma viga de madeira, nela se apoiam os caibros do madeiramento da cobertura;

DEVESAS – Mata, souto ou campo;

ESCAMBO – Troca, permutação de um objecto por outro;

EXIDOS /EIXIDO/EMXIDO – Quintal de pequenas dimensões, geralmente contíguo às habitações;

FERROLHO - Ferro comprido, utilizado para fechar as portas por dentro;

FRECHAIS - Barrote horizontal que assenta sobre o topo da parede, e no qual são fixos os caibros;

MATALOTE - manto amplo curto ou cumprido;

RIPAS – Peça de madeira estreito e comprido, que assenta sobre os caibros da cobertura, e sustentava a colocação das telhas;

SOTÃO – Ao contrário do que acontece actualmente, este vocábulo refere-se ao rés-do-chão, e não a um piso superior, resultante do aproveitamento do telhado;

PALHAÇA – Casa coberta de palha;

PALHEIRO – Designação comumente atribuída a uma habitação pobre e modesta;

PARDIEIROS – Casas velhas, arruinadas ou em processo de deterioração;

PASSADIÇO – Recurso construtivo, utilizado para unir as casas fronteiras pertencentes ao mesmo proprietário. Geralmente em madeira;

PELAME – Oficina ou tanque onde se pelavam as peles;

PELLA – O mesmo que frigideira;

PICHEL/PICHEIS – Vaso de estanho ou de outro metal, próprio para o vinho, utilizado de modo genérico como vaso pequeno para beber;

RAPADOIRA/RAPADOIRA – Instrumento utilizado raspar outros elementos;

SACADA – Recurso construtivo, geralmente de madeira, utilizado para adicionar, em alguns metros, a superfície construída da habitação. Apoiado em traves ou prumos;

SOBRADO/SOBRADADO – Termo utilizado na documentação medieval que correspondia aos andares ou pavimento superiores ao rés-do-chão. A casa de um piso é designada como térrea ou terreira e a casa de dois pisos (rés-do-chão e primeiro andar), denomina-se sótão e sobrado ou loja e sobrado. A designação tem a sua origem, segundo alguns autores, do material em que eram construídos, a madeira. Acrescenta-se ainda uma segunda interpretação, em que se refere o sobrado como termo derivado do latim *superatum* < *superare* < *super* < *sobre*;

SOBREPELLIZ/SOBREPELIZES – Pequena capa utilizada pelos clérigos, colocada sobre a batina;

SUB-EMPRAZAMENTO – Fórmula contratual temporária, em que o enfiteuta que detém o prazo, cede o seu usufruto, por sua vez, a outrem que podia ser inquilino ou um representante;

VARAS – Media de comprimento correspondente a 1,10 metros;

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA

AMAP, Livro I e II, Testamentos e Doações da Colegiada (A-3.3.6 /A-3.3.7)

FONTES IMPRESSAS

COSTA, Avelino de Jesus da – Documentos da Colegiada de Guimarães, *Separata da Revista Portuguesa de História*, vol. 3, Coimbra, 1947, p. 561 a 589;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães», *O Archeologo Português*, vol. IX, Março a Junho nº3 a 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 81;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães», *O Archeologo Português*, vol. X, Março a Maio nº3 a 5, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 126 a 138;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães», *O Archeologo Português*, vol. XI, Janeiro - Abril nº1 a 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906, p. 93 a 108;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães», *O Archeologo Português*, vol. X, Outubro a Dezembro nº10 a 12, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905, p. 344 a 358;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães», *O Archeologo Português*, vol. XI, Maio – Agosto nº5 a 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906, p. 219 a 229;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães», *O Archeologo Português*, vol. XII, Janeiro – Abril nº1 a 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p. 79 a 91;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães», *O Archeologo Português*, vol. XII, Setembro a Dezembro nº 9 a 12, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p. 355 a 362;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Catalogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães», *O Archeologo Português*, vol. XIII, Julho a Dezembro nº 7 a 12, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, p. 193 a 299;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – *Vimaranis Monumenta Historica a seculo nono post Christã vs que ad vicesimvm*, Guimarães, 1908.

COROGRAFIAS E DICIONÁRIOS

COSTA, António Carvalho da – *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas & lugares* (...), 2ªed. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Oliveira, 1868 – 1869;

DIONISIO, Sant'Anna - *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho: Minho II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965;

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, 12 vols. Lisboa: Ed. Matos Moreira e Comp.º, 1874-1876;

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nos se conservam*. (Edição crítica de Mário Fiúza). Lisboa: Livraria Civilização, 1983-1984.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *O Românico. História da Arte em Portugal*. Lisboa: Presença, 2001;

ALMEIDA, Eduardo de - *Romagem dos séculos I – O pão nosso de cada dia (Subsídios para a história económica de Guimarães)*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1957;

ANDRADE, Amélia Aguiar - «Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas», *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas I*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 121 a 140;

ATLAS das Cidades Medievais Portuguesas (Séculos XII – XV) (dir. de A. H de Oliveira Marques, Iria Gonçalves, Amélia Aguiar Andrade). Lisboa: CEHUNL, 1990;

Aa.Vv - *Guimarães – Do passado e do Presente*. Guimarães: Câmara Municipal, Biblioteca Pública da Fundação Calouste Gulbenkian, 1985;

Aa.Vv - *Guimarães – Património Cultural da Humanidade*, 2 vols. Guimarães: Câmara Municipal, 2002;

BARROCA, Mário Jorge – *O Gótico. História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2002;

- «Torres, Casas- Torres ou Casas-Forte. A concepção do espaço de habitação de pequena e média nobreza na baixa Idade Média (séculos XII-XV) », *Revista de História das Ideias*, 19, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997, p. 39-103;

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995;

- “Para o estudo da morte em Portugal (séc. XII e XV)”. *In Estudos de História de Portugal. Séculos X - XV*. (Homenagem a A. H. de Oliveira Marques). Lisboa: Editorial Estampa, 1982;

BRAGA, Alberto Vieira – *Administração seiscentista do município vimaranense: obra comemorativa do centenário da cidade de Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal, 1992;

– *As vozes dos sinos na interpretação popular e a indústria sineira em Guimarães*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1936;

- *Curiosidades de Guimarães, I. – Mulheres, jogo, festas e luxo, Separata da Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1981;

– *Curiosidades de Guimarães VI. - Feiras e Mercados. In Revista de Guimarães*, 1939;

– *Curiosidades de Guimarães XVIII: Ruas, casas, muralhas. In Revista de Guimarães*, 1959;

CALDAS, António José ferreira – *Guimarães – Apontamentos para a sua história*, 2 vols, Guimarães: Câmara Municipal e Sociedade Martins Sarmento, 1996;

CARVALHO, A. L de – *Os mesteres de Guimarães*, 7 vols., Guimarães, 1939/1951;

CASTILHO, Liliana Andrade de Matos e – *A cidade de Viseu no século XVI*. Porto: Edição de Autor, 2007;

– *Espaços e Materiais na arquitectura doméstica da Rua Direita de Viseu no século XVI. Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2006/2007, I Série vol. V-VI, p. 127;*

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *A casa. In História da vida privada em Portugal. A Idade Média*. Direcção de José Mattoso e Coordenação de Bernardo Vasconcelos e Sousa. Lisboa: Colecção Círculo de Leitores, 2010;

– *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*. Volume II. Cascais: Patrimonia Histórica, 2000;

CONGRESSO *Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Actas*, 5 vols., Guimarães, 1981;

DIAS, João José Alves – *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996;

DUARTE, Luís Miguel; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Dependentes das Elites Vimaraneses face à justiça no reinado de D. Afonso V. Revista da Faculdade de Letras: História, II série, vol.6, 1989, p. 207-221;*

DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos – Prazos do século e prazos de Deus: os aforamentos na câmara e no cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV. *Revista da Faculdade de Letras: História*, II, 01, 1984, pp. 97-134.

FERNANDES, Mário Gonçalves – Novas para a história da cartografia urbana e para a morfologia urbana de Guimarães. *Separata de: Do Absolutismo ao Liberalismo*, 4º Congresso Histórico de Guimarães. Guimarães: Câmara Municipal, 2009, p. 117-133;

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – Gerir e julgar em Guimarães no século XV. Subsídios para o estudo dos ofícios públicos. Guimarães: AMAP, 1993, pp. 7 - 14;

- Guimarães: `duas vilas, um só povo`. *Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: Co-edição do CITCEM e da Universidade do Minho, 2010;

- Habitação popular urbana, no norte de Portugal medievo: Uma tipologia? Ou um modo de construir? *Cadernos do Noroeste*, 15 (1-2), 2001, (Série História1);

– Ingerências de D. Afonso V na vida municipal de Guimarães: os privilegiados da Coroa. *Separata da Revista de História da Universidade do Porto*. Vol VIII. Porto, 1988;

– Roupas de cama e roupas de corpo nos testamentos de Guimarães (1250/1300), *Separata da Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. XIV, Porto, 1997;

– Sinais de crise nas finanças concelhias, na Guimarães fernandina: as quitações de 1371. *Separata da Revista de Guimarães*, vol. 103. Guimarães: SMS, 1996, p. 298 a 323;

– Os besteiros do conto de Guimarães na centúria de Trezentos. *Separata da Revista de Ciência Históricas*, vol. 3, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1988, p. 183 a 216;

- Os testamentos de Pedro Afonso, Cónego de Guimarães: Um querer de vontades diversas (1494-1498) Porto : Universidade do Porto. Faculdade de Letras, [1999] p. 315-332;

– *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal, 1989;

FERRO, Maria José Pimenta – *Os Judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1970;

GONÇALVES, Iria – «Aspectos económicos – sociais de Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia», in *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 11 a 60;

- «Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV», in *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 221 a 245;

- «Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Media: o exemplo de Lisboa », in *Um Olhar Sobre a Cidade Medieval*, Cascais: Patrimonia, 1996, p. 77 a 95;

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Apontamentos para a história de Guimarães», *Revista de Guimarães*, vol. 5, Guimarães, SMS, 1888, p. 187 a 191;

IZQUIERDO BENITO, Ricardo -“ Normas sobre edificaciones en Toledo en el siglo XV. *Anuario de Estudios Medievales*, 16, Barcelona, 1986, p. 519-532;

LE GOFF, Jacques – *A civilização do Ocidente Medieval*, 2 vols. Lisboa: Ed. Estampa, 1984;

– *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1983;

LOBO, A. de Sousa Silva Costa – *História da sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903;

MARQUES, A.H de Oliveira; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das cidades Medievais*, vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1990;

MARQUES, A. H de Oliveira - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editora Presença, 1987;

– *A sociedade medieval portuguesa*, 3ªed. Lisboa: Editorial Veja, 1980;

MARQUES, José – *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988;

- «A assistência aos peregrinos no norte de Portugal, na Idade Média», *Revista de História*, vol. 11, Porto, Porto, CHUP/INIC, 1991, p. 9 a 22;
- A Colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes Lemos (1449-1487), *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Actas*, vol.2, Guimarães, 1981, p. 239 a 323;
- A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498), *Separata da Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol.1, Porto, 1984, p. 57 a 95;
- *As judiarias de Braga e de Guimarães no século XV*. Orense :[s.n.], 1994;
- O Morgado de Gil Lourenço de Miranda. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 2007/2008, p. 12-51;
- Património e rendas da colegiada de Guimarães, em 1442, *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Actas*, vol.2, Guimarães, 1981, p. 213 a 237;
- MARTÍN, Félix Benito – *La Formación de la ciudad medieval*. Valladolid: Univ. Valladolid, 2000;
- MORAES, Maria Adelaide Pereira de – *Velhas Casas de Guimarães*, 2 vols. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001;
- *Em redor de Nossa Senhora da Oliveira*. Guimarães: Ed. autor, 1998;
- *Guimarães, terras de Santa Maria*. Guimarães: Ed. autor, 1978;
- PINA, Luís de – *Vimaranes*, Porto, 1929;
- RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva – *O mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca.950-1250)*, 2 vols. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991;
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1991;

RODRIGO ESTEVAN, Maria – La Vivienda urbana bajomedieval: Arquitecturas, conflictos vecinales y mercado inmobiliario (Daroca, siglo XV). *STVDIVM. Revista de Humanidades*, 11 (2005).

SAMPAIO, Alberto - «As vilas do Norte de Portugal», in *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I. Lisboa: Editorial Veja, 1979;

SÃ, Alberto Manuel Teixeira de – *Sinais de Guimarães urbana em 1498*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2001;

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – “A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média”. *Revista de Ciências Históricas*, X, Porto. Universidade Portucalense, 1995, pp. 155-194;

OLIVEIRA, António José de – *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (Séculos XIV- XVI)*. Dissertação de Mestrado em História e Cultura Medievais. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 1998;

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, D. Quixote: Lisboa, 1992;

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António - « Zona I- Minho», *Arquitectura Popular em Portugal*, 2ªed., Lisboa: Edição dos Arquitectos Portugueses, 1980;

TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra. Dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal, 2002;

TRINDADE, Luísa – “A Praça e a rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Camara de Coimbra (1532)”. *Media Aectas, Paisagens Medievais I*, vol I da 2ª Série, Ponta Delgada, Universidade de Açores, 2004-2005, pp. 121-157;

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009;

BIBLIOGRAFIA ELECTRÓNICA

- <http://purl.pt/13969/1/> - BLUTEAU, Raphael - *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico* (...). Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG064_17.pdf - COSTA, Avelino de Jesus da - «Documentos medievais inéditos do Mosteiro de Souto. Homenagem ao Abade de Tagilde», *Revista de Guimarães*, 64 (3-4) Jul. – Dez., Guimarães, S.M.S., 1954, p. 356 a 409;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG107_02.pdf - FARIA, João Lopes de – Vereações (Guimarães, 1531). *Revista de Guimarães*, nº107, 1997, pp.13-166;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG022_11.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – «Arquivo da Colegiada de Guimarães». *Revista de Guimarães*, vol. 22, Guimarães, SMS, (3-4), Julho - Dezembro, 1905, p. 135-152; (3-4);

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG023_041pdf;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG023_18.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – «Arquivo da Colegiada de Guimarães». *Revista de Guimarães*, vol. 23, Guimarães, SMS, (1), Janeiro - Março, 1906, p. 5 a 17; (3-4) Julho - Dezembro, 1906, p. 133-142;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG024_01.pdf;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG024_15.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – «Arquivo da Colegiada de Guimarães». *Revista de Guimarães*, vol. 24, Guimarães, SMS, (1) Janeiro – Março, 1907, p. 5-21; (3-4) Julho –Dezembro, 1907, p. 133-144;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG025_01.pdf;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG025_01.pdf;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG025_15.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – «Arquivo da Colegiada de Guimarães».

Revista de Guimarães, vol. 25, Guimarães, SMS, (1) Janeiro- Março 1908, p. 5-29; (2) Abril – Junho, 1908, p. 75-89; (3-4) Julho – Dezembro, 1908, p. 162-177;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG026_03.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – «Arquivo da Colegiada de Guimarães». *Revista de Guimarães*, vol. 26, Guimarães, SMS, (1) Janeiro – Junho, 1909, p. 24-40;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG027_01.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – «Arquivo da Colegiada de Guimarães». *Revista de Guimarães*, vol. 27, Guimarães, SMS, (1) Janeiro – Março, 1910, p. 97-136;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG028_02.pdf;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG028_07.pdf, - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – «Arquivo da Colegiada de Guimarães». *Revista de Guimarães*, vol. 28, Guimarães, SMS, (1) Janeiro – Junho, 1911, p. 17-64; (4) Julho- Dezembro, 1911, p. 106-148;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG028_02.pdf;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG029_05.pdf;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG029_11.pdf; - João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) – «Arquivo da Colegiada de Guimarães». *Revista de Guimarães*, vol. 29, Guimarães, SMS, (1) Janeiro – Março, 1912, p. 3-36; (2) Abril-Junho, 1912, p. 49-78; Julho – Setembro, 1907, p. 116-135;

http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG006_06.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Documentos inéditos dos séculos XII – XIV. Mosteiro do Souto», *Revista de Guimarães*, vol. 6, Guimarães. SMS, 1889, p. 72 a 91;132 a 147;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG007_02.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Documentos inéditos dos séculos XII – XV. Mosteiro do Souto», *Revista de Guimarães*, vol. 7, Guimarães, SMS, 1890, p. 18/47; 56/74; 135/143; 193/199;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG008_06.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Documentos inéditos dos séculos XII – XV.

Mosteiro do Souto», *Revista de Guimarães*, vol. 8, Guimarães, SMS, 1891, p. 52 a 55; 67 a 70;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG008_06.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Documentos inéditos dos séculos XII – XV. Mosteiro do Souto», *Revista de Guimarães*, vol. 9, Guimarães, SMS, 1892, p. 170 a 173;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG010_16.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Documentos inéditos dos séculos XII – XV. Mosteiro do Souto», *Revista de Guimarães*, vol. 10, Guimarães, SMS, 1893, p.97 – 100; 188-194; 222-226;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG011_06.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Documentos inéditos dos séculos XII – XV. Mosteiro do Souto», *Revista de Guimarães*, vol. 11, Guimarães, SMS, 1894 p. 69-71; 165-177; 215-226;

- http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG012_04.pdf - GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira (Abade de Tagilde) - «Documentos inéditos dos séculos XII – XV. Mosteiro do Souto», *Revista de Guimarães*, vol. 12, Guimarães, SMS, 1895, p. 36 a 48; 91 a 96; 120 a 154;